

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

GERMANO KAWÉY FERRACIN HAMADA

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO MATO GROSSO DO SUL

Dourados - MS
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

GERMANO KAWAY FERRACIN HAMADA

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO MATO GROSSO DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade Federal da Grande Dourados - UFGD, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Profª Dra. Lisandra Pereira Lamoso

Área de Concentração: Produção do Espaço Regional e Fronteira

Dourados - MS
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

H198i	Hamada, Germano Kawey Ferracin. Investimento estrangeiro direto no Mato Grosso do Sul. / Germano Kawey Ferracin Hamada – Dourados, MS : UFGD, 2014. 110f. Orientadora: Profa. Dr. Lisandra Pereira Lamoso. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Investimento Estrangeiro Direto. 2. Internacionalização. 3. Mato Grosso do Sul. I. Título. CDD – 332.673
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.



UFPGD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA PELO CANDIDATO **GERMANO KAWHEY FERRACINI HAMADA**, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL E FRONTEIRA".

Ao trigésimo dia do mês de abril de dois mil e quatorze, às treze horas e trinta minutos, em sessão pública, realizou-se, na sala de aula da FCH, Unidade II da Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "**INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO MATO GROSSO DO SUL**", apresentada pelo mestrando **GERMANO KAWHEY FERRACINI HAMADA**, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, à Banca Examinadora constituída pelos membros Dr^a Lisandra Pereira Lamoso/UFPGD (presidente/orientadora), Dr. Eliseu Savério Sposito/UNESP-Presidente Prudente (membro titular), Dr. Adáuto de Oliveira Souza/UFPGD (membro titular). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições, que foram intercaladas pela defesa do candidato. Terminadas a defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado APROVADO, fazendo *jus* ao título de **MESTRE EM GEOGRAFIA**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Dourados, 30 de abril de 2014.

Prof^a Dr^a Lisandra Pereira Lamoso

Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito

Prof. Dr. Adáuto de Oliveira Souza

Esta ata, para produzir os efeitos que lhes são próprios, necessita ser homologada pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UFPGD.

ATA HOMOLOGADA EM: 30/04/2014, PELA PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA / UFPGD.

Prof. Cláudio Alves de Vasconcelos
Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
Matr. n. 0432923

RESUMO

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO MATO GROSSO DO SUL

O presente trabalho teve como objetivo analisar o recebimento de Investimento Estrangeiro Direto - IED e fluxo de capital estrangeiro pelo estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase no período de 2000 a 2010. A pesquisa incorpora, também, uma breve análise sobre a condição nacional a partir de 1995, quando importantes transformações ocorreram no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, como privatizações, concessões, fusões e aquisições que, são parte integrante do processo de mundialização do capital. Com a abertura econômica durante a década de 1990 e o início do Plano Real a partir de 1994, o volume de capital estrangeiro no país evoluiu de forma gradativa e permeou um processo de desnacionalização. Os dados analisados foram extraídos do Censo de Capital Estrangeiro publicado pelo Banco Central, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e bibliografia correlata. Foram organizados dados sobre a origem, o montante e os setores responsáveis por esta forma de investimento, com destaque para as atividades de mineração, celulose e sucro-álcool-energético, que se destacam para o território sul-matogrossense. A pesquisa apresenta, cartograficamente, os municípios desta Unidade da Federação inseridos na lógica internacional dos investimentos estrangeiros.

Palavras-chave: Investimento Estrangeiro Direto; internacionalização; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

FOREIGN DIRECT INVESTMENT IN MATO GROSSO DO SUL

This study aims to analyze the incoming Foreign Direct Investment - FDI and foreign capital flows by the state of Mato Grosso do Sul, with emphasis on the period 2000 - 2010. The survey also incorporates a brief analysis on the national condition in 1995, as major changes occurred in the Brazilian economic development process, such as privatizations, concessions, mergers and acquisitions that are part of the globalization process of capital. With the economic liberalization during the 1990s and the beginning of the Real Plan from 1994, the volume of foreign capital in the country has evolved gradually and permeated the whole process of denationalization. Data were extracted from the Census of Foreign Capital published by the Central Bank, the Ministry of Development, Industry and Trade and related bibliography. Data on the origin, amount and sectors responsible for this form of investment, especially in mining activities, cellulose and sugar-alcohol-energy, which stand out for the Mato Grosso do Sul territory were organized. The research presents cartographically, the municipalities of this Federal State entered the international logic of foreign investments.

KEYWORDS: Foreign Direct Investment; Denationalization, Mato Grosso do Sul.

DEDICATÓRIA

*A minha mãe e pai pelo amor e apoio
em todos os momentos,*

*Aos meus irmãos (Matheus, Paulinne e
Pablo) por sempre me proporcionarem
bons momentos,*

*A Thaís pelo companheirismo e
compreensão.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer muitas das vezes se torna uma tarefa difícil, pois envolve varias pessoas, fatos e acontecimentos que permearam durante o tempo de pesquisa. Por isso, mencionarei as pessoas que fizeram realmente parte desta etapa de minha vida, ajudando na pesquisa, nas risadas e nos momentos importantes.

À minha mãe, pelo total apoio, amor e carinho que durante o tempo que estive fora de casa serviu de alicerce para que continuasse com o sonho que estava buscando para mim.

Ao meu pai, pelo amor, compreensão e apoio.

Aos meus irmãos Matheus, Paulinne e Pablo, por sempre estarem presentes, me ouvindo e dando apoio quando era preciso.

À Thaís, minha namorada que me acompanhou durante minha graduação e mestrado, me apoiando, cuidando e sempre sendo compreensiva nos meus momentos de ausência.

Aos amigos Matheus, André e Igor que nos 16 anos de amizade sempre quando precisei estiveram comigo e também por serem como parte de minha família.

A minha amiga Dulce pelas conversas, companheirismo, risadas e também por sempre cuidar da minha namorada nos momentos de minha ausência.

Aos amigos Silas, Renato, Tiago, Cristovam e Sérgio, pessoas que no decorrer do mestrado pude chamar de amigos, principalmente pelo companheirismo e risadas que sempre serviram como incentivo.

Ao meu amigo e ex professor Paulo Nobukuni, pessoa que pude sempre contar em todos os momentos e também pelas conversas e cafés durante a tarde.

À minha orientadora Lisandra Pereira Lamoso, por apostar em mim, pela paciência, incentivo, ensinamentos e admiração pela qual criei no decorrer dos dois anos em que estivemos trabalhando juntos.

À professora Sandra Lúcia Videira, pelas oportunidades dadas durante os 3 anos trabalhando juntos, pelos ensinamentos e apoio que serviram como incentivo para entrar no Mestrado.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD pelo conhecimento passado.

"O regime da economia internacional atual pode ser definido como sendo de um 'espaço de concorrência diversificado, mas em vias de unificação', no qual a concorrência se dá cada vez mais diretamente entre companhias, que têm necessidade imperativa de todo o espaço para se desenvolverem. A palavra-chave desse regime de economia internacional é 'competitividade' ". (CHESNAIS, 1996, p. 218)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Metodologia	16
1 GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA.....	19
1.1 O contexto mundial.....	19
1.2 O contexto brasileiro no processo de internacionalização econômica.....	23
1.2.1 Transformações relevantes na década de 1990.....	28
1.2.2 Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária	33
2 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL	40
2.1 Aspectos formais do IED e capitais estrangeiros no Brasil	40
2.2 A década de 1990 e a entrada do IED no Brasil	43
3 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO MATO GROSSO DO SUL	55
3.1 Principais características do Mato Grosso do Sul.....	55
3.2 A evolução do IED no Estado do Mato Grosso do Sul	69
3.2.1. Da expansão a concentração: a espacialização dos fluxos de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul	74
4 CONCLUSÃO	86
5 REFERÊNCIAS	89
6 ANEXOS	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução anual de privatizações em bilhões de dólares (1991 e 2001)	36
Figura 2 - IED Líquido no Brasil no período de 1990 – 2000 (US\$ Milhões).....	46
Figura 3 - Brasil: IED líquido das privatizações no período de 1990 – 2013.....	47
Figura 4 - Total líquido de IED no Brasil por setor no período de 1995-2010.....	48
Figura 5 - Brasil: Investimento Estrangeiro Direto - IED (líquido) – anual.....	51
Figura 6 - Porcentagem de participação do IED no PIB brasileiro de 1990 à 2012....	53
Figura 7 - Mato Grosso do Sul divisão política.....	56
Figura 8 - Participação em porcentagem do destino das exportações 2013 do MS.....	62
Figura 9 - Blocos econômicos com maior porcentagem no volume das exportações entre 2003 - 2013.....	63
Figura 10 - Origem das importações do Mato Grosso do Sul em 2013.....	65
Figura 11 - Blocos econômicos com maior porcentagem no volume das importações entre 2003 - 2013.....	66
Figura 12 – Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2000-2005)	77
Figura 13 – Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2006 - 2010).....	82
Figura 14 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2000 - 2010).....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Brasil: venda por investidor no período de privatizações (1990 - 1994).....	30
Quadro 2 - Brasil: venda por investidor no período de privatizações (1995 - 2002).....	31
Quadro 3 - Bancos estaduais privatizados (1997 - 2004).....	34
Quadro 4 - Resultado dos leilões e dívida transferida no período de 1995 à 2002.....	35
Quadro 5 - Empresas Desestatizadas de 1991 à 1994.....	44
Quadro 6 - Principais produtos exportados do Mato Grosso do Sul de 2003 a 2013 (US\$FOB)	58
Quadro 7 - Principais empresas exportadoras do MS 2012 - 2013 (US\$ FOB).....	60
Quadro 8 - Principais produtos importados no Mato Grosso do Sul 2010 - 2013 (US\$ FOB).....	67
Quadro 9 - Dez principais empresas importadoras 2012 - 2013 do MS (US\$ FOB).....	68
Quadro 10 - País de origem do IED no MS 1995, 2000, 2005 e 2010 (US\$ MIL).....	70
Quadro 11 - Distribuição do IED no MS por atividade principal.....	72

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Brasil: país de origem do estoque de IED (1995-2010)	50
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ALADI	Associação Latino Americana de Integração
ART	Artigo
BACEN	Banco Central do Brasil S.A.
BANDEPE	Banco do Estado de Pernambuco S.A.
BANEB	Banco do Estado da Bahia S.A.
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.
BANESPA	Banco do Estado São Paulo S.A.
BANESTADO	Banco do Estado do Paraná S.A.
BEA	Banco do Estado do Amazonas S.A.
BEG	Banco do Estado de Goiás S.A.
BEM	Banco do Estado do Maranhão S.A.
BEMGE	Banco do Estado de Minas Gerais S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIA	Companhia
CINCO	Companhia Interamericana de Navegação e Comércio
CND	Conselho Nacional de Desestatização
COPENE	Companhia Petroquímica do Nordeste
CREDIREAL	Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETN	Empresa transnacional
EUA	Estados Unidos da América
EXP	Exportação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	<i>Free on Board</i>
FOSFÉRTIL	Fertilizantes Fosfatados S.A.
GEIA	Grupo Executivo da Indústria Automobilística
HSBC	<i>Hong Kong and Shanghai Banking Corporation</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IMP	Importação
IND	Indústria
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTDA	Limitada
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MS	Mato Grosso do Sul

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARAIBAN	Banco do Estado da Paraíba S.A.
PETROFÉRTIL	Petrobrás Fertilizantes S.A.
PETROQUISA	Petrobrás Química S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Programa Nacional de Desestatização
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PROES	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RENAI	Rede Nacional de Informações sobre o Investimento
S.A	Sociedade Anônima
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEPROTUR	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo do Mato Grosso do Sul
STA.	Santa
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TELEBRÁS	Telecomunicações Brasileiras S.A.
UFN	Unidade de Fertilizantes Nitrogenados

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é desdobramento de um processo que vem desde o início de minha carreira acadêmica na graduação. Pensando o fato de que produzir uma dissertação ou até mesmo pensar em uma, toma tempo e exige muita dedicação.

Nesse contexto e no pensamento principal de que deveria continuar com o processo de verticalização do conhecimento, decidi então buscar o desafio de entrar no mestrado e terminá-lo. A escolha pelo tema Investimento Estrangeiro Direto - IED, se deu a partir de estudos por via de Iniciação Científica entre meu segundo e terceiro ano de graduação. Chesnais (1996, p.56) baseado nas definições da OCDE (1992), considera "investimento estrangeiro como *investimento direto* quando o investidor detém 10% ou mais das ações ordinárias ou do direito de voto numa empresa".

A necessidade de aprofundar mais nesta temática e buscar conhecer os diferentes processos que levaram a internacionalização da economia brasileira incitou ao fato de levar este tema para dissertação, porém colocando como estudo a ocorrência do mesmo no estado do Mato Grosso do Sul.

Acerca do trabalho e principalmente sobre o processo de internacionalização econômica, podemos dizer que o processo global de fluxos de capital se dá sobremaneira via empresas multinacionais que concretizam o processo de globalização que cada vez mais se manifesta na sociedade atual.

No que diz respeito à globalização, alguns elementos podem ser identificados como auxiliares para a intensificação deste processo como as inovações tecnológicas e apropriações de tecnologias avançadas. Dentre estas a fibra ótica e os satélites que possibilitaram ações como transações de bens e capital pudessem ocorrer em menor tempo, proporcionando a expansão desses processos que hoje se tornaram tão importantes para o aumento da presença das indústrias, serviços e capitais nas economias capitalistas.

Diante da globalização, o que pode-se encontrar é um processo histórico dos mercados externos. A questão da procura por novos mercados consumidores se faz presente produzindo expansão do mercado mundial, tanto em países centrais como nos periféricos. A busca por novos *lócus* de investimento e consumo, além de mão de obra barata fez com que gerasse uma expansão da circulação do capital estrangeiro nas

regiões com maior produtividade espacial, para utilizar o conceito de Milton Santos (2010) de Região Concentrada.

O aumento da circulação do IED vai ao encontro da grande liquidez mundial, mas é também desdobramento da melhoria na esfera tecnológica que permite maior capacidade de transmissão de informações em tempo real, facilitando as negociações que a cada minuto ocorrem no mundo.

Os investimentos estrangeiros no Brasil sempre mantiveram um estreito vínculo com o aumento dos investimentos em infraestrutura, principalmente no que se refere ao sua implantação para suporte de pólos industriais. Nesse contexto o investimento estrangeiro, principalmente na forma direta, pode atuar.

No desenvolvimento de recursos produtivos no interior da firma, gerando um aumento do porte a partir da estrutura já existente, ou seja, ocorre pela internalização das atividades. Essa forma de crescimento pode levar à realização de investimento em mercados externos através da construção de facilidades (novas plantas). (PAULA & MAZZETTO, 2011, p.378)

Além desses fatores como abertura econômica e preparo de espaços para entrada do capital internacional no país, o contexto socioeconômico posto na década de 1990¹ contribuiu também significativamente para a adoção de uma política neoliberal, marcada por processos de privatização e desnacionalização em vários setores da economia brasileira. Nesse sentido, a participação do capital estrangeiro foi marcante contribuindo para uma intensificação da internacionalização da economia.

E a partir desses fatores que buscamos no trabalho apresentar algumas questões relevantes para o entendimento acerca do processo de internacionalização econômica no Brasil. Autores como Gonçalves (1994/1999/2003), Chesnais (1996), Pochmann (2001), Moraes (2002), Silva (2005), entre outros muitos escreveram sobre as transformações na década de 1990 e o processo de entrada do capital externo com maior intensidade na economia nacional neste período. Esta pesquisa tem por objetivo analisar o recebimento de Investimento Estrangeiro Direto - IED e fluxo de capital estrangeiro pelo estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase no período de 2000 a 2010. A pesquisa incorpora, também, uma breve análise sobre a condição nacional a partir de 1995, quanto importantes transformações ocorreram no processo de desenvolvimento econômico

¹ Esse contexto é marcado por uma série de ajustes econômicos, como os sucessivos planos econômicos que pretendiam a estabilização das taxas de inflação, a abertura econômica e os processos de privatização. Para maiores informações, consultar Biondi (2003).

brasileiro, como privatizações, concessões, fusões e aquisições que, são partes integrantes do processo de mundialização do capital.

O recorte temporal a partir de 1995 deve-se principalmente ao início do Plano Real em 1994 e a entrada de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República em 1995, presidente que em seus dois mandatos do dia 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002 pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, acabou por dar continuidade a uma política neoliberal extremamente desnacionalizadora.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro apresenta uma introdução ao processo de internacionalização econômica e globalização, em duas escalas: a mundial e a nacional.

O segundo capítulo dará enfoque ao processo de inserção do capital estrangeiro por via das privatizações no Brasil e o acréscimo do IED na economia nacional, além da sua definição, regulação e origem.

O terceiro capítulo será direcionado para o estado do Mato Grosso do Sul, fazendo apontamentos sobre sua economia, fluxo de IED para onde se direciona, de que forma está presente e as empresas de maior relevância no período de 2000-2010.

Metodologia

Sabemos que a metodologia é peça fundamental para a concretização do trabalho, o que a torna instrumento de grande importância devido à necessidade do levantamento e gestão de dados para a pesquisa.

Dentro disso, o primeiro passo está na análise de dados acerca do Investimento Estrangeiro Direto. Iniciado levantamento de dados junto ao *site* do Banco Central (informações sobre o censo de capitais estrangeiro²), à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo do Mato Grosso do Sul - SEPROTUR e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC com recorte temporal a partir do ano de 1995.

Acerca do levantamento de informações juntamente ao Banco Central, o objetivo de buscar esses dados foi demonstrar o fluxo de capital estrangeiro no caso dos IEDs no Brasil e no Mato Grosso do Sul. Para a retirada desses dados foi acessado o *site* do BACEN (<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>) na seção "Câmbio e Capitais Internacionais", selecionando a aba de Censo de capitais estrangeiros no país,

² Ver <http://www.bcb.gov.br/?CENSOCE>

nesta parte foram recolhidos dados acerca do fluxo de IED no Brasil nos quatro principais censos de capital estrangeiro no país (1996, 2001, 2006, 2011) todos com ano anterior como base.

Também para a retirada de valores anteriores ao ano de 1995, foi utilizado o Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), presente na aba de Economia e finanças - Séries temporais. Com ele você pode fazer a busca por palavras chaves e levantar dados, no caso do trabalho foi sobre o IED de anos anteriores até o ano de 2013.

Acerca do IED no Mato Grosso do Sul o levantamento dos valores foi juntamente com o Censo de capitais estrangeiros e também pelo Registro de capitais estrangeiros presentes no BACEN. A partir desses registros que se encontram datados de outubro de 2000 a outubro de 2011, foram levantados os valores do IED nesta Unidade da federação além das empresas receptoras, países de origem e até mesmo a empresa de origem.

Para fazer esse levantamento foi necessário fazer a separação das informações sobre o MS dos demais estados. Feita essa separação criou-se uma tabela contendo o ano, empresa receptora, empresa de origem, país de origem, valor em moeda de origem e em moeda real³, após a separação destas variáveis, foi feito o levantamento da cidade onde a empresa estava localizada no território estadual para assim podermos espacializar este tipo de investimento e elaborar os mapas.

Para a elaboração dos mapas, dividimos os dados sobre as empresas a partir dos registros de capitais estrangeiros em seis setores, sendo eles Serviços, Indústria, Agropecuária, Mineração, Celulose e Sucro-álcool-energético.

Tradicionalmente, há a divisão entre três setores: Serviços, Indústria e Agropecuária, mas a análise dos dados já recolhidos nos permitia constatar a expressão dos investimentos em celulose e na produção de açúcar e álcool, que são dois vetores em dinâmico crescimento no território sul-matogrossense. Em virtude disso, optamos por conferir destaque aos mesmos, bem como a mineração para que pudéssemos perceber a localização e a expressão dos mesmos no total estadual.

Na elaboração dos mapas utilizamos o *software* Philcarto V. 5.69, nele foi criado um banco de dados com os setores divididos e os valores de cada ano nas determinadas

³ Para a transformação dos valores de moedas estrangeiras em Real, foi utilizado os valores de Dólar à R\$ 2,25 e Euro a R\$ 3,05 datados do dia 7 de novembro de 2013.

idades com fluxo de IED, podendo assim ser feita a espacialização dos valores no contexto de Mato Grosso do Sul.

Na SEPROTUR os dados que contribuíram para sistematizar a análise foram os das cadeias produtivas. Sobre as indústrias o levantamento junto ao MDIC/SECEX foi para que pudessem ser apresentadas as empresas que mais importam e exportam dentro do estado, além dos produtos também mais importados e exportados. A busca por esses dados foi necessária para que pudesse ser apresentada uma análise mais detalhada sobre o objeto de estudo, como sua economia é baseada e quais são os principais produtos de maior necessidade num período de dez anos entre 2003 - 2013. Para o levantamento das empresas e produtos utilizamos o ano de 2013 como base e a partir dele fomos resgatando os valores até 2003. A escolha por esses anos se deu pelo início do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (1º gestão 2003-2006 e segunda gestão 2007-2010 pelo Partido dos Trabalhadores)

Após o levantamento de todos os dados necessários, o trabalho direcionou-se para a interpretação e escrita do texto que é o passo indispensável para a concretização da pesquisa. Nesta parte a seleção da variável “investimento estrangeiro” foi feita porque se trata de um dos indicadores que teve, e ainda tem maior expressão na realidade econômica atual, devido sua expansão não somente no Brasil como nos países com economia internacionalizada.

CAPÍTULO I

1 - GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA

A segunda metade do século XX apresenta uma série de processos como reestruturação econômica no centro e periferia mundial. O primeiro e segundo choques do petróleo nos anos de 1973 e 1979 respectivamente geraram um ambiente de incertezas nas economias mais consolidadas, visto que a economia estava estritamente ligada a essa fonte de energia.

Potências como Estados Unidos e Inglaterra com suas economias em queda, acabam por criar e/ou retomar planos como o Liberalismo Econômico. Reformulado na década de 1970 ele passa a se constituir como Neoliberalismo, sendo adotado por diversas economias. O Consenso de Washington⁴ de 1989 surge com pensamento neoliberal e toma forte proporção principalmente na América Latina, o que redesenharia novamente a política econômica a partir do processo de internacionalização econômica do centro à periferia.

Nesta primeira parte serão feitas algumas considerações acerca do processo de internacionalização econômica e globalização. Esses conceitos relacionados à expansão capitalista principalmente no final do século XX ganham força política e ideológica na medida em que se expandem.

No segundo momento, será apresentado o processo histórico de internacionalização econômica nacional ocasionada por diferentes fatores econômicos e políticos principalmente no século XX.

1.1 - O contexto mundial

A expansão dos fluxos de capital no século XX gerou um processo de internacionalização econômica ou como chama Chesnais (1996) de "mundialização do capital". No início do século XX, temos a expansão de diversas frentes econômicas e exploratórias no mundo.

⁴ Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o "Estado Mínimo", isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (privatizando as atividades produtivas) e, portanto, com um mínimo de despesas como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, déficits em conta corrente no balanço de pagamentos, crescimento econômico insuficiente e distorções na distribuição da renda funcional e regional. (SANDRONI, 1999, p.123)

Com a expansão da indústria e das trocas comerciais, verifica-se um ambiente hostil no qual o modo capitalista de produção avançava na medida em que os territórios principalmente as colônias conquistadas para a exploração de recursos naturais e mão de obra expandiam-se. A mecanização da produção e o excedente de bens acabam por forçar frentes de expansão e de relações entre países. E é nessa circunstância que o processo de internacionalização econômica no século XX se expande.

Países como Estados Unidos, Alemanha, França e Reino Unido que já possuíam uma cadeia industrial produtiva mais solidificada, despontam como potências econômicas e industriais, começando a abrir frentes de expansão imperialista, atrás de matéria-prima e mercado consumidor. Os Estados Unidos com a América Latina, os países europeus buscando uma expansão além do regional nos continentes da África e Ásia de maneira desenfreada, a rivalidade entre Alemanha e Inglaterra relacionada ao nacionalismo extremo levou à eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Pós Primeira Guerra Mundial, a Europa encontrava-se devastada. A fragilização das economias europeias proporcionam a indústria estadunidense uma expansão sem limites, a falta de concorrência e um mercado consumidor europeu fortalecido devido aos desgastes da indústria local no período bélico, proporcionou altos lucros à indústria norte americana.

Porém, com a reestruturação industrial e econômica europeia, a indústria norte-americana perde força na medida em que a demanda do mercado consumidor diminui. O contexto liberal frenético com alto índice de produção de bens, sofre a diminuição das exportações e o aumento do excedente de produção. Esse fator, relacionado às incertezas da indústria local leva ao colapso da Bolsa de Nova Iorque em 1929.

A crise de 1929, acarretada principalmente pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, gera um processo de instabilidade econômica nos países do centro e da periferia. Mercados antes impulsionados pela cadeia agroexportadora, principalmente os advindos da América do Sul que antes dependiam das exportações para gerar a economia com certa estabilidade, encontram-se num processo de transformação e substituição de importação.

O modelo liberal de gestão econômica enfraquece e a capacidade do mercado em se auto regular acaba não se concretizando. O colapso capitalista está feito. O período da crise de 1929 foi de extrema instabilidade. Países antes fortalecidos como Estados Unidos, Inglaterra, França entre outros; encontram-se num período de recessão.

A falta de emprego e a instabilidade financeira acarretam a estagnação e baixa na economia dos países não somente os periféricos como também os centrais.

Juntamente com a crise de 1929 que se estende da década de 1930 até o início da II Guerra Mundial, surge o Keynesianismo, modelo de política econômica monetária que visava principalmente o controle inflacionário da moeda, apresentadas na obra de John Keynes em 1936, "A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda". Dessa obra, surge então a "convicção de que o capitalismo poderia ser salvo desde que os governos soubessem fazer uso de seu poder e cobrar impostos, reduzir juros, contrair empréstimos e gastar dinheiro" (SANDRONI, 1999, p.324).

O Keynesianismo foi a forma de saída da recessão e proporcionou a estabilidade do mercado para que as ações econômicas de comércio e investimento continuassem a existir. Paralelamente ao Keynesianismo, o Plano Marshall⁵ em 1947, vem com o objetivo de financiar a reconstrução do continente europeu no período pós-segunda guerra mundial, o que proporcionou a expansão do capital norte americano neste continente.

O regime Keynesiano sobrevive até a década de 1970. Nesse período, muitos países pela crise da acumulação do capital, desemprego e forte inflação encontram-se insatisfeitos (HARVEY, 2008). Em nome de uma nova política econômica, Margaret Thatcher primeira ministra da Inglaterra inicia o discurso da desregulamentação do setor financeiro e privatização das estatais, o chamado Neoliberalismo, que para Harvey (2008, p.12).

é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e comércio.

O papel do Estado então torna-se o de

criar e preservar a estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do

⁵ "Programa de recuperação europeia lançado em 1947 pelo secretário de Estado norte-americano George C. Marshall, com o objetivo de reconstruir, com a ajuda financeira dos Estados Unidos, a economia da Europa Ocidental arruinada pela Segunda Guerra Mundial. Executado no período 1948-1951, o programa abrangeu os dezesseis países que se reuniram na Conferência de Paris (1947) para fundar, no ano seguinte, a Organização para a Cooperação Econômica Europeia, encarregada de viabilizar a integração dos planos de seus membros num âmbito global. De acordo com o plano, cabia aos Estados Unidos o controle da política monetária e fiscal dos países em questão durante o período." (SANDRONI, 1999, p.469)

dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedades individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, 2008, p.12)

Nesse contexto, "o mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como resposta por meio de uma série de idas e vindas de experimentos caóticos que na verdade só convergiam como uma nova ortodoxia com articulação" (HARVEY, 2008, p.23).

O novo pressuposto ideológico e econômico e a expansão industrial transnacionalizada, juntamente o avanço tecnológico, evidencia em maior volume o processo de globalização. Num período de expansão econômica, Gonçalves (2003, p.22) discorre que:

a globalização econômica pode ser entendida como a ocorrência simultânea de três processos: crescimento extraordinário dos fluxos internacionais de produtos e capital, acirramento da concorrência internacional e maior interdependência entre empresas e economias nacionais.

Esse acirramento da concorrência é desdobramento da própria característica da globalização. O Estado então, apenas com as funções políticas e militares, torna a empresa de grande porte "o principal *locus* de acumulação e de poder econômico, a partir do seu controle sobre ativos específicos (capital, tecnologia e capacidades gerencial, organizacional e mercadológica)" (GONÇALVES, 2003, p.23).

É nesse contexto do acirramento da concorrência, expansão da indústria e desregulamentação do mercado que o processo de mundialização do capital ocorre de maneira mais acentuada. Chesnais (1996, p.32) aponta que "a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas".

O fluxo de IED torna-se um fator importante no processo de internacionalização econômica. Países que antes viam suas economias dominadas pelo capital estatal, passam a receber fluxo de capital externo de maneira acentuada, principalmente aqueles que aderiram ao processo de abertura econômica de forma indiscriminada como os exemplos de países como México, Chile e Argentina e também o Brasil.

O fato da expansão do fluxo de IED com maior expressividade principalmente a partir da década de 1990, não exclui essas ações também no início do século XX, por

via de empresas norte-americanas ou europeias em países periféricos, principalmente na década de 1980, pois, para sua expansão, a saída usada pelas economias capitalistas do centro foi a de procurar maior acesso aos mercados internacionais de bens de capitais ou serviços, principalmente aqueles que nos países periféricos de maior relevância estavam emergindo (GONÇALVES, 1999).

Nesse ambiente de fluxos de investimentos diretos, o aumento na tecnologia é fator crucial para a proliferação das redes de empresas que na década de 1990 se expandem de maneira extraordinária. O capital agora interligado aos fluxos de investimento é o principal agente do processo de internacionalização econômica o que nos leva a pensarmos em escala nacional com o caso do Brasil.

Os diferentes processos de regulação da economia e do mercado transformaram as economias de maior atração de capital num complexo de redes e fluxos que se interligam e transformam o território, como veremos no caso do estado de Mato Grosso do Sul.

A expansão capitalista liderada pela empresa multinacional de capital norte americano e europeu gerou uma série de transformações no ambiente econômico global. Os fluxos de IED e o aumento das privatizações, principalmente as geradas a partir do Consenso de Washington (1989) na periferia, gerou um ambiente propício para o processo de internacionalização econômica de maneira mais acentuada, o que nos leva a pensarmos o contexto brasileiro.

1.2 - O contexto brasileiro no processo de internacionalização econômica

No item anterior, destacamos alguns fatores que levaram as economias capitalistas ao processo de internacionalização econômica desde o início do século XX até a primeira década do século XXI.

Nesse contexto, a procura pelo entendimento do processo da internacionalização econômica brasileira torna-se relevante, pois, juntamente à temática do trabalho proposto, o maior fluxo de investimentos estrangeiros proporcionaram um re-arranjo não somente industrial, mas também na economia nacional, que no período da década de 1990 sofreu maior inserção de capital externo.

O processo de internacionalização econômica no Brasil pode ser observado em três etapas⁶: a primeira com, inserção de capital britânico, principalmente na segunda metade do século XIX até o período da Segunda Grande Guerra Mundial; o segundo, por via do processo de substituição de importações no período pós Segunda Guerra Mundial; e o terceiro com a expansão do neoliberalismo e controle inflacionário do Brasil entre as décadas de 1980 e 1990.

A primeira etapa se dá através da expansão de empréstimos predominantemente de capital britânico para investimentos em infraestrutura no país: estradas de ferro, portos e no incentivo ao financiamento do déficit público (GONÇALVES, 1999).

O processo de inserção da economia brasileira em âmbito mundial no início do século XX, se dá sobremaneira via industrialização e por meio da entrada de capital internacional, "a partir da década de 1920 as empresas internacionais e o IED desempenharam um papel importante tanto na expansão da produção industrial quanto na diversificação da estrutura industrial do país" (GONÇALVES, 1999, p.53).

No que diz respeito à expansão de investimentos advindos de outros países, o exemplo da evolução dos fluxos de investimento no início do século XX originários da economia norte-americana pode ser ilustrado no sentido em que os investimentos britânicos entre 1913-1927 aumentaram 23%, enquanto os investimentos norte-americanos 852%. Porém, o controle dos Estados Unidos por via dos investimentos na economia brasileira somente se torna hegemônico no início da década de 1940 (GONÇALVES, 1999).

As crises econômicas no período entre a Primeira e Segunda Grande Guerra Mundial⁷ no Brasil influenciaram no processo de industrialização por substituição de importações, o que estimulou o fluxo de IED para o país. Nesse período, a "indústria era tecnologicamente simples, pequena e de muito pouco capital-intensivo e aproveitava as 'vantagens comparativas estáticas'⁸ sem a promoção ou ajuda do governo" (MORAES,

⁶ Ver Gonçalves (1999).

⁷ A quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, juntamente ao agravamento da Depressão mundial, se torna fator decisivo para inserção do processo de industrialização por substituição de importação.

⁸ "Concepção teórica sobre o comércio internacional desenvolvida por David Ricardo, em 1817. A principal consequência prática dessa concepção teórica é que cada país deveria dedicar-se ou especializar-se onde os custos comparativos fossem menores. O exemplo simplificado dessa concepção consiste em relacionar os custos de produção dos produtos A e B produzidos por dois países distintos, X e Y. Os custos de produção do produto A são expressos em relação aos custos de produção do produto B. Possui a vantagem comparativa o país em que for menor a relação dos custos de produção dos produtos A e B. (SANDRONI, 1999, p.628)

2002, p. 33). Acerca do processo de substituição de importações e entrada de capital internacional, Gonçalves (1999, p.55) menciona que

Além das restrições ao comércio exterior decorrente dos conflitos bélicos, cabe mencionar os efeitos da Grande Depressão sobre o sistema mundial de comércio (demanda de preços decrescentes das exportações brasileiras) e as barreiras comerciais imposta pelo país. Ademais vale notar que o ingresso do capital externo era estimulado e, até mesmo, recebeu tratamento preferencial em alguns momentos. Embora em meados dos anos 1930 tenha havido restrições no que diz respeito à presença de capital externo em alguns setores, tais como mineração, petróleo e energia hidrelétrica, essas foram impostas por razões de segurança nacional.

O início do processo de substituição de importação na década de 1930 sendo levada até a década de 1950/1960, nos leva a pensar o segundo período de internacionalização econômica no Brasil.

A industrialização por substituição de importação no país muito se deve ao processo de inserção do capital estrangeiro. Estudando essa temática Gonçalves (1999, p.53) aponta que a anteriormente a 1920 "a presença do capital internacional não parece ter sido significativa, embora esse capital vinha investido no Brasil em plantas de montagem, empresas de serviços, escritórios de vendas e plantas industriais". A partir da década de 1920 "as empresas internacionais e o IED desempenharam papel importante na expansão da industrial quanto na diversificação da estrutura industrial do país" (GONÇALVES, 1999, p.53).

No período pós Segunda Grande Guerra, o processo de industrialização e das substituições de importações⁹ agora se dá por via dos setores de bens duráveis, intermediários e de capital. Vale ressaltar que a inserção da indústria automobilística, química, de máquinas e de metalurgia era dada como prioridade do governo da época (MORAES, 2002).

No contexto da década de 1950, um fato importante para a expansão da internacionalização da economia nacional por via dos investimentos externos foi a

⁹ "A fase de substituição foi iniciada, a despeito do fato de o país não dispor de taxa adequada de poupança, para sustentação dos investimentos consequentes; por ser pobre de *know-how* e tecnologia; e limitações de capacidade gerencial e métodos modernos de comercialização." (GRIECO, 1997, p.181)

expansão devido ao Plano de Metas¹⁰ empregado pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1960).

Sobre o Plano de Metas, Moraes (2002) aponta que o Plano de Metas estabeleceu programas (grupos) específicos de promoção de investimentos na construção de navios, bens de capital, tratores e na telefonia. Na indústria automobilística foi dirigido pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA). Foram oferecidos estímulos ao IED, como a permissão de importação de componentes e bens de capital, para as empresas multinacionais que se comprometessem a substituir progressivamente as importações de produtos automotivos. As empresas automotivas foram classificadas como "indústria de base", o que possibilitava o recebimento de recursos financeiros do BNDE percebe-se, o processo de expansão da indústria incentivada pelo Plano de Metas e influenciado pelo processo de industrialização via substituição de importação elevou a entrada de capital estrangeiro no país, visto que medidas regulatórias e políticas de industrialização atraíam o capital internacional a se estabelecer no país.

Acerca da expansão dos investimentos externos nos decorrentes anos, um fator que proporcionou maior acréscimo de capital externo na década de 1950 foi a Instrução nº 113, da Sumoc em janeiro de 1955

esse mecanismo permitia às empresas estrangeiras importar bens de capital sem cobertura cambial, se o investidor estrangeiro aceitasse o valor (em moeda nacional) do equipamento como participação de capital na empresa que fosse usar o equipamento. (GONÇALVES, 1999, p. 59)

Sendo assim

A importância da Instrução nº113 é mostrada pelo fato de que entre 1955-1960 o valor total de IED aprovado segundo esse mecanismo foi de 507 milhões de dólares, enquanto o total do ingresso de IED foi de 609 milhões, isto é, mais de 80% do ingresso total de IED na segunda metade dos anos 1950 beneficiou-se desse esquema especial. (GONÇALVES, 1999, p. 59)

Na década de 1960, os déficits públicos advindos da segunda metade da década anterior, juntamente a políticas de incentivo a multinacional por via de créditos, além do

¹⁰ Denominação dada ao plano de desenvolvimento econômico e social adotado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e que se caracterizou pelo estabelecimento de metas que deveriam ser alcançadas nos planos econômico, social e de infraestrutura elaborados durante seu governo, (SANDRONI, 1999, p.469).

aumento salarial incompatível com o aumento da produtividade na década de 1960 é responsabilizado pela inflação na década.

A crise na política industrial brasileira juntamente ao contexto inflacionário, acarretou em menor liquidez industrial, o que levou empresas à falência ou aquisições das mesmas por grupos de empresas internacionais (MORAES, 2002).

No período da década de 1970, as crises do petróleo (1973-1979) acarretaram no Brasil, numa diminuição da inserção do fluxo de capital internacional. Também ocorreu o aumento da sua dívida externa, visto que o aumento do preço do petróleo e a baixa liquidez industrial, favoreceu a formação de um ambiente de instabilidade movido principalmente pela queda dos fluxos de capitais privados e públicos, fato este que continua até final dos anos de 1980, muito devido a queda de credibilidade do empresariado brasileiro, levado ao constante controle de inflação do país.

GONÇALVES (1994, p.130) destaca também que, "na década de 80 parece ter predominado uma estratégia passiva e basicamente conjuntural de reação à crise e à desestabilização macroeconômica". Essa estratégia, além de apresentar o fracasso da política econômica imposta na década de 1980, proporcionou também a deterioração da economia até o início dos anos 1990.

Decorrente do processo de industrialização, controle inflacionário, controle da balança comercial, o Brasil no decorrer das décadas pôde receber diversas formas de investimentos estrangeiros, seja por via dos empréstimos como os tidos no início do século XX, ou pelo processo de industrialização por via da substituição de importação.

Esses fatores e os reajustes econômicos mundiais feitos no século XX, desencadearam na década de 1990, principalmente nos países periféricos, um alto grau de internacionalização e inserção econômica mundial.

Advinda de uma década de busca pelo controle inflacionário, implementação de diversos planos¹¹ para controle da moeda, além de estagnação econômica nacional. A década de 1990 no Brasil, foi o período de maior inserção de capital internacional do século XX.

O controle da moeda com o Plano Real em 1994 e a abertura econômica nos primeiros anos da década, favoreceu a formação de um ambiente de extrema liquidez via empresas multinacionais. Nesse contexto, o aumento de um mercado consumidor com maior poder de compra tornou-se um forte atrativo para o capital internacional.

¹¹ Os Planos Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989).

Juntamente a esse novo quadro econômico nacional, o Programa Nacional de Desestatização - PND e o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária - PROES, tornam-se ilustrativos na medida em que foram usados no processo de diminuição da participação do Estado na economia, advindo da ideia neoliberal adotada na década de 1970 e com o Consenso de Washington (1989).

O processo de inserção do Brasil no contexto de internacionalização do capital aconteceu, num primeiro momento via exportação de produtos agrícolas, fato que devido ao enfraquecimento do mercado externo nos períodos de crise no início do século XX, proporcionou o processo de industrialização pela substituição de importação no período pós Segunda Grande Guerra e nas décadas seguintes.

A industrialização pela substituição de importação e o Plano de Metas propiciaram um ambiente de entrada de capital externo no Brasil, além de maior "visibilidade" da economia nacional no contexto internacional. O enfraquecimento da economia no final da década de 1970 e a estagnação em 1980 deram o aporte necessário para a maior inserção da economia nacional no contexto mundial globalizado da década de 1990 por via das privatizações relacionados principalmente a abertura econômica.

1.2.1 - Transformações relevantes na década de 1990

O início da década de 1990 foi marcado pelo *impeachment* do então Presidente da República Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional - PRN em 1992. No período do mandato de Collor inicia-se no Brasil os projetos de privatização através do Programa Nacional de Desestatização - PND.

As transformações na década de 1990 no âmbito econômico para o Brasil, tiveram forte agressividade. Isso pode ser notado pelo aumento do fluxo de capital internacional, controle monetário e inflacionário, além da desregulação do aparato do Estado. Alguns pontos nesse contexto podem ser apresentados como principais sujeitos de regulação econômica interna que levaram o Brasil ao maior fluxo de IED no século XX.

O Programa Nacional de Desestatização - PND (12 de Abril de 1990) e o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária - PROES (13 de Fevereiro de 1997), no Brasil produzem as transformações do contexto econômico advindo das décadas passadas.

O Plano Real em 1994 e a entrada do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) com o processo de abertura econômica como política nacional, passaram a gerar um campo de incertezas na questão do funcionalismo público, visto que uma série de empresas estatais nesse período se não estavam a venda, já estavam privatizadas.

O aumento do desemprego na década de 1990, foi evidente no momento em que as privatizações, as fusões ou aquisição de empresas se iniciam de maneira mais acentuada na realidade nacional.

A lógica empresarial na década foi a de diminuir os postos de trabalho visto que os processos de venda de empresas não garantiriam a permanência nos postos de trabalho elevando o desemprego. Pochmann (2001, p.48) apresenta que “entre 1989 e 1999, a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhão para 7,6 milhões, com aumento da taxa de desemprego aberto passando de 3,0% da População Economicamente Ativa para 9,6%”.

Nesse sentido, apresentar algumas características acerca do Programa Nacional de Desestatização, torna-se necessário pois como principal programa utilizado para as privatizações na década de 1990.

O PND foi instituído pelo Presidente Fernando Collor de Melo através Lei nº8.031, de 12 de Abril de 1990. O Programa tinha como objetivo principal transferir para o setor privado as atividades que eram consideradas pelo governo indevidamente exploradas pelo setor público, além da diminuição da participação do Estado na economia nacional com o seu cunho neoliberal.

Os objetivos pelo governo Collor apresentados visavam a reformulação do Estado e a quitação de dívidas externas, visto que na década de 1980, o país passou por difíceis tentativas de controle inflacionário, apresentando políticas de reestruturação da moeda e da economia. Planos governamentais como o Cruzado, Bresser e Plano Verão no período da década de 1980 são efetivados, porém, sem sucesso.

Em 1997 a Lei nº8.031/1990 que regulamentava o PND foi revogada e entra em vigor a Lei nº 9.491, alterando então alguns aspectos do PND, apresentando-o com o objetivo de caráter reformador, buscando permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que poderiam ser transferidas à iniciativa privada, como o exemplo do setor de comunicações.

Nesse contexto, privatizações e a desregulamentação da economia tornam-se parte das reformas do governo. No período de 1990-1994 da “Era Collor”, “a privatização realizada concentrou-se no setor produtivo estatal, basicamente na indústria

de transformação (petroquímico, siderurgia, mineração e fertilizantes)" (POCHMANN, 2001, p.29). Nesse sentido, ocorre a privatização de 33 empresas nacionais entre 1990 - 1994, distribuídas entre os setores de siderurgia, petroquímico e o Decreto 1.068, obtendo uma receita de 11,9 bilhões de dólares (BNDES, 2002).

Para a compra das estatais foi-se utilizado títulos da dívida pública federal com nome de “Moedas de Privatização”, que representaram cerca de 81% das receitas obtidas pelas vendas ocorridas.

Neste mesmo período, a participação do investimento estrangeiro no montante das transações das vendas das estatais ainda não se encontrava em um patamar maior do que o das empresas nacionais, representando apenas 5% do total de compras da empresas (ver Quadro 1). No início da estabilidade monetária e econômica, além do processo de abertura para o capital externo, apenas as indústrias que demandavam maior tecnologia faziam do Brasil um país atraente para os investimentos estrangeiros, o que justifica a baixa representatividade do capital externo no período apresentado.

Quadro 1 – Brasil: venda por investidor no período de privatizações (1990-1994)

Tipo de Investidor	Receita de Venda (US\$ Milhões)	%
Investidor Estrangeiro	398	5
Empresas Nacionais	3.116	36
Instituições Financeiras	2.200	25
Pessoas Físicas	1.701	20
Fundos de Pensão	1.193	14
Total	8.608	100

Fonte: BNDES, 2002.

Org. Hamada, G.K.F. 2012.

Entre 1995-2002, período do Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a prioridade que vinha do governo Collor era o das privatizações, utilizando o PND como ferramenta que impulsionaria o aumento das privatizações no país. Com a criação do Conselho Nacional de Desestatização – CND¹², a comissão diretora é substituída, iniciando uma nova fase no período das privatizações na década de 1990.

¹² O principal objetivo do CND era o de "recomendar, para aprovação do Presidente da República, meios de pagamento e inclusão ou exclusão de empresas, inclusive instituições financeiras, serviços públicos e participações minoritárias, bem como a inclusão de bens móveis e imóveis da União no Programa Nacional de Desestatização." (Lei nº 9.491, de 9 de Setembro de 1997)

Setores como portuário, elétrico, saneamento básico, rodoviário dentre outros são incluídos, utilizando como justificativa novamente a “melhoria” dos serviços prestados.

A diminuição das “moedas de privatização” pelas “moedas correntes”¹³ foi significativa, chegando a representar 95% do total arrecadado nos leilões de privatização. Outro fato notável é a maior participação do capital estrangeiro, que era cerca de 53% do total arrecadado, o que pode também ser explicado pela

[...] abertura da exploração dos serviços em infraestrutura [...], por meio da privatização e da concessão, conduz ao chamado efeito *sinização*, no qual novos investimentos tenderão a ser canalizados para o país de forma direta (com melhoria e expansão dos serviços) e indireta (ambiente favorável à entrada de capitais externos). Portanto, em países como o Brasil, a infraestrutura é, atualmente, a área mais atrativa para os investimentos privados nacional e estrangeiros. (PEGÔ FILHO; CÂNDIDO JUNIOR; PEREIRA, 1999, p.8)

Juntamente com o fato citado, o Plano Real em 1994 trouxe estabilidade monetária para o país o que também influenciou na entrada de investimentos externos. Políticas de isenção ou atração de investimentos por via da infraestrutura tornam-se significativos no que diz respeito à atração de empresas internacionais ou até mesmo nacionais¹⁴ de grande porte. O Quadro 2, representa os valores de venda por investidor no período de 1995-2002.

Quadro 2 – Brasil: venda por investidor no período de privatizações (1995-2002)

Tipo de Investidor	Receita de Venda (US\$ milhões)	%
Investidor Estrangeiro	41.737	53
Empresas Nacionais	20.777	26
Setor Financeiro Nacional	5.158	7
Pessoas Físicas	6.316	8
Entidades de Previdência Privada	4.626	6
Total	78.614	100

Fonte: BNDES, 2002.

Org. Hamada, G.K.F. 2012.

¹³ É “O dinheiro legalmente autorizado a circular no país como meio de pagamento, em geral emitido (cédulas de papel-moeda) ou cunhado (moedas metálicas) pelo próprio governo” (SANDRONI, 1999, p.406)

¹⁴ No que diz respeito a investimentos diretos nacionais, estes estão sendo aplicados na forma de investimentos diretos principalmente em carteira, esses investimentos são caracterizados por terem fluxos inferiores a 10% o que acaba não tendo interferência nas ações da empresa. Eles no caso nacional, são representados pelas aplicações brasileiras em títulos no exterior.

Diferente do período de 1990-1994, o número da receita de compras nos leilões pelo capital estrangeiro ultrapassa 50% entre os anos de 1995-2002, não somente devido à maior atração dos serviços e infraestrutura, mas também pelos “avanços das telecomunicações, com a expansão da tecnologia digital e de fibras óticas que formarão as infovias por onde trafegarão todas as informações relativas aos negócios da economia” (PEGÔ FILHO; CÂNDIDO JUNIOR; PEREIRA, 1999, p.8), o que facilitava e ainda facilita o maior acesso e transmissão de informações ao redor do globo terrestre.

Cabe acrescentar também que a partir de 1995, "a privatização voltou-se mais para os serviços públicos, como telecomunicações, energia, transportes, bancos, entre outros" (POCHMANN, 2001, p.29).

Com o prosseguimento do PND, o Governo FHC conclui a desestatização do setor petroquímico, vendendo 12 participações acionárias da Petroquisa e Petrofértil, empresas como Copene, Salgema e Polibrasil são algumas das empresas desestatizadas (BNDES, 2002). Uma das maiores privatizações, não em caráter contábil, mas em lucro e receita pela empresa compradora é da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD (uma das maiores produtoras de minério do mundo) em 1997.

Com a venda de empresas do ramo industrial, sinais de desestruturação do mercado de trabalho puderam ser percebidos, também “o país ampliou ainda mais seu grau de vulnerabilidade externa¹⁵ diante da crescente dependência financeira, produtiva, comercial e tecnológica, sem conseguir instalar um novo estágio de desenvolvimento econômico sustentado” (POCHMANN, 2001, p.39) o que vai contra as propostas de aumento de trabalho e infraestrutura apresentadas pelo governo FHC no início de seu mandato.

Juntamente com o setor de indústria, o setor de serviços e infraestrutura despontam como um dos principais não só para a economia, mas também para a prestação de serviços e começam a ter um elevado número de investimentos externos.

Porém, em seu maior número foi-se dada à concessão através das licitações¹⁶ para a utilização de determinado trecho ou cidade, a exemplo temos o consórcio *Opportrans* que assume o controle da Metrô-Rio em 1997 e transformando assim

¹⁵ Segundo Gonçalves (1999, p.36) "vulnerabilidade externa significa uma baixa capacidade de resistência das economias nacionais diante pressões, fatores desestabilizadores ou choques externos".

¹⁶ “Procedimento administrativo cujo objetivo é verificar, entre vários concorrentes, quem oferece condições mais vantajosas para contratação de obras, serviços, compras e alienações da administração pública” (SANDRONI, 1999, p. 348,).

responsável pelo transporte público metroviário na cidade do Rio de Janeiro, concessão cedida por US\$ 262 milhões por um período de vinte anos.

O objetivo aqui foi o de apresentar como o Programa Nacional de Desestatização - PND, foi o projeto federal que impulsionou o processo de abertura econômica brasileira no período da década de 1990, e a partir dele que a internacionalização se deu de maneira concentrada em setores de grande importância nacional como mineração, telecomunicação e, mais a frente, o financeiro. A mineração é uma das atividades que tem recebido no caso do Mato Grosso do Sul, o maior fluxo de capital estrangeiro desde 2001.

1.2.2 - Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária

O Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária - PROES, foi um instrumento que referenciou as ações do governo a partir de alternativas como extinção e privatização dos bancos. Em relação aos bancos, (SALVINO JUNIOR, 2004, p. 81) destaca o PROES por meio da Medida Provisória nº 1.514 de 1996, que "este Programa à medida que saneava as instituições bancárias com dificuldades financeiras, contribuía para prepará-las para o processo de privatização".

O que acarretou numa série de bancos estaduais privatizados, como demonstra o Quadro 3.

Quadro 3 - Bancos estaduais privatizados (1997 - 2004)

NOME	DATA	VENDA (R\$ MILHÕES)	ADQUIRINTE
Banco Meridional do Brasil S.A.	04.12.1997	265,60	BANCO BOZANO SIMONSEN
Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ	26.06.1997	311,00	ITAÚ
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. – CREDIREAL	07.08.1997	127,30	BCN/BRADESCO
Banco do Estado de Minas Gerais S.A. – BEMGE	14.09.1998	583,00	ITAÚ
Banco do Estado de Pernambuco S.A. – BANDEPE	17.11.1998	183,00	ABN/AMRO
Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEBA	22.06.1999	260,00	BRADESCO
Banco do Estado do Paraná S.A. – BANESTADO	17.10.2000	1.625,00	ITAÚ
Banco do Estado São Paulo S.A. – BANESPA	20.11.2000	7.050,00	SANTANDER
Banco do Estado da Paraíba S.A. - PARAIBAN	08.11.2001	76,50	ABN AMRO Bank Real
Banco do Estado de Goiás S.A. - BEG	04.12.2001	665,00	ITAÚ
Banco do Estado do Amazonas S.A. - BEA	24.01.2002	182,91	BRADESCO
Banco do Estado do Maranhão S.A. - BEM	10.02.2004	78	BRADESCO S.A

Fonte: Banco Central do Brasil, 2014
Org. Hamada, G.K.F. 2014

Enfocando a questão de valores no período FHC, a transferência de dívidas e a receita das vendas inviabilizou-se devido ao fato de que a desestruturação do sistema de empresas estatais em sua maioria não foi feita de forma justa e bem avaliada. O exemplo dos bancos exemplificam pelo fato de que os valores das suas vendas já com as dívidas liquidadas como exemplo do BANERJ foram menores do que os valores aplicados para a sua reestruturação.

No que diz respeito a pressa de privatizar, Biondi (2003, p.42) afirma que o inusitado está relacionado ao fato de que

Desde maio de 1998, os banqueiros e investidores internacionais já estavam fugindo, cortando o crédito, do Brasil, e o Real caminhava para a desvalorização. Os leilões da Telebrás, a toque de caixa, eram uma forma de captar dólares e reais, mesmo que em quantidades abaixo do preço justo, e permitir que o governo mantivesse a ilusão do Real até a reeleição.

O Quadro 4 traz o resultado por setores dos leilões no geral ocorridos entre 1995-2002, além da quantidade de dívida transferida para os compradores apresentadas pelo BNDES.

Quadro 4 - Resultado dos leilões e dívida transferida no período de 1995 à 2002

Setores	Receita de Venda	Dívida Transferida	US\$ Milhões Total
Indústria	10.852	4.265	15.117
Petroquímica	816	706	1.522
Petróleo	4.840	-	4.840
Mineração	5.196	3.559	8.755
Infraestrutura e serviços	63.281	10.545	73.826
Financeiro	6.329	-	6.329
Elétrico	22.238	7.510	29.748
Transporte	2.321	-	2.321
Portuário	421	-	421
Gás/Saneamento	2.111	88	2.199
Telecomunicações	29.811	2.947	32.758
Informática	50	-	50
Participação Minoritária	4.481	-	4.481
Decreto 1.068 ¹	753	-	753
Estaduais	3.728	-	3.728
Total	78.614	14.810	93.424

Fonte: BNDES, 2002.

Org. Hamada, G.K.F 2012.

1 - O Decreto 1.068 instituído em 1994 inclui no PND "as participações societárias minoritárias de que são titulares as fundações, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e quaisquer outras entidades controladas, direta e indiretamente, pela União." (Decreto nº 1.068, de 2 de Março de 1994)

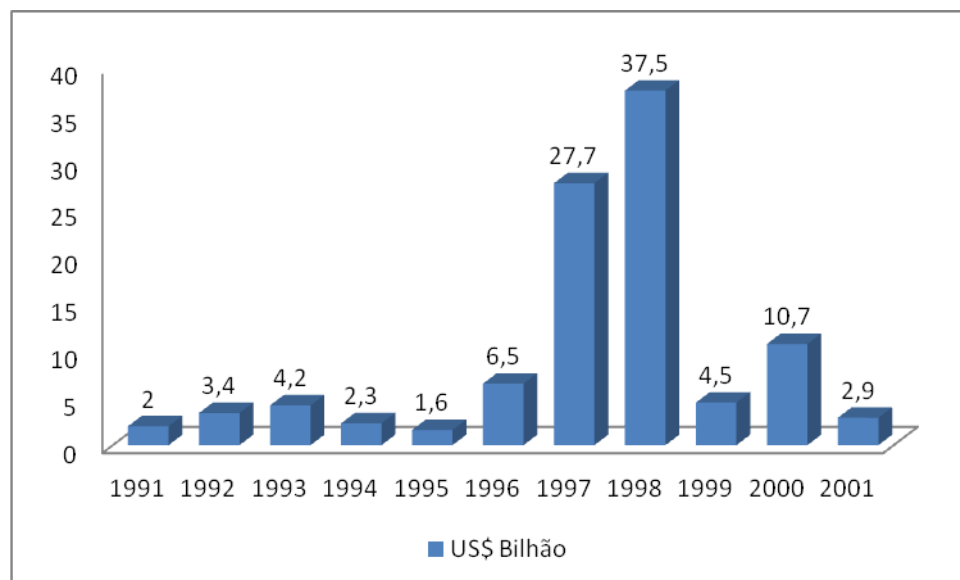
O Quadro 4 aponta que determinados setores faturaram mais do que outros devido ao seu alto valor de venda e concessões cedidas para determinados usos como distribuição de energia ou saneamento básico. O caso das vendas no setor de serviços e de infraestrutura foi questionável pelo fato de que as empresas de consultoria não levaram em consideração propositadamente algumas questões como crescimento da demanda como veremos a seguir com sistema Telebrás (BIONDI, 2003).

O valor das estatais era produzido via empresas de consultorias contratadas pelo governo FHC. Analisando essa questão, Biondi (2003) apresenta dois erros que resultaram num prejuízo de bilhões para o tesouro pela venda do Sistema Telebrás de comunicação. O primeiro deles é a "comercialização que as consultorias 'esqueceram' de incluir nas contas as receitas, isto é, o faturamento que os compradores terão com a venda de milhões e milhões de linhas" (2003, p.41); o segundo foi que as empresas de consultorias não levaram em consideração o crescimento na "participação do mercado" que na época estava em crescimento.

O exemplo do Sistema Telebrás foi apenas para ilustrar como o processo de vendas das estatais, de maneira geral foi feito sem o planejamento apropriado e os devidos cuidados para que não houvesse a queda da participação do Estado nas estatais de maneira acentuada e desordenada, vendendo parte considerável das empresas nacionais. As privatizações e transferência de dívida, resultaram nos valores: durante o período 1997-1998 respectivamente US\$ 27.7 e 37.5 bilhões de dólares o que mostra o expressivo montante apresentado a partir das políticas de privatizações.

Demonstrando a evolução anual dos valores gerados por via das privatizações na década de 1990, a Figura 1 apresenta os valores arrecadados entre o espaço de dez anos (1991 e 2001).

Figura 1 – Evolução anual de privatizações em bilhões de dólares (1991 e 2001)



Fonte: BNDES, 2002.
Org. Hamada, G.K.F. 2012.

A Figura 1 nos apresenta alguns valores em dólares no período da década de 1990 demonstrando explicitamente um alto volume acrescido entre os anos de 1997 e

1998 cerca de quinze vezes maior do que os valores conquistados pelas privatizações no ano de 1991 (US\$ 2.0 bilhões de dólares). O ano de 1998 apresenta US\$ 37.5 bilhões de dólares, o que pode ser explicado pelo avanço da infraestrutura e políticas de desenvolvimento via privatizações entre os governos Collor e FHC, além do controle e estabilidade monetária decorrente do Plano Real em 1994.

Comparando os anos de 1998 e 2001, nota-se uma diminuição do número de valores pelas privatizações, baixando de US\$ 37.5 para apenas US\$ 2.9 bilhões de dólares. Um dos fatores que proporcionaram essa queda foi a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (nº 101/2000), estabelecendo as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, sendo aplicável à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, impedindo o uso de recursos públicos para socorrer o sistema financeiro. Além do fato de que a maioria das empresas estatais já haviam sido privatizadas, o que acaba por diminuir o montante via privatizações. O fluxo agora em sua maioria é impulsionado pelo processo de entrada dos investimentos estrangeiros direto intercompanhias.

Percebemos aqui, que o processo de privatização no período do Governo de FHC impulsionou ainda mais a internacionalização econômica nacional que vinha desde o início da década de 1990. O que se buscou aqui foi apresentar como o governo FHC concentrou o processo de privatizações na busca da estabilidade monetária e governamental.

O período de 1995-2000 em sua grande parte foi de ajustes e reformas, porém, um fator notável foi o das privatizações dos bancos públicos e dos Sistema Telebrás de Telecomunicação que aqui foram apresentados como medidas que atuavam na forma de conter maiores gastos do governo devido a falta de infraestrutura nas comunicações e o enfraquecimento dos bancos estaduais.

No que diz respeito ao processo de transição para o governo Lula, do Partido dos Trabalhadores - PT (2003-2010), pode-se dizer que o processo de entrada do fluxo de IED por via das privatizações acaba sendo inexpressivo. Alves & Lima (2009, p. 19) afirmam que "na década atual esse movimento perde velocidade e esgota-se, associado nitidamente ao esgotamento dos ativos privatizáveis, sendo essa uma das principais causas da redução do volume de privatizações".

Nesse contexto, "pode-se inferir que o IED recente na economia brasileira deve contribuir mais para a criação de capacidade produtiva no país" (ALVES & LIMA, 2009, p.19).

Essa transição de um governo liberal, para outro que em sua gênese programática é de esquerda, modifica os sujeitos no que diz respeito a privatização. Os processo de fusões e aquisições encontram-se a partir desse momento muito mais evidentes que as privatizações e o Governo passa a buscar a execução de propostas de Parcerias Público-Privadas e concessões de serviços públicos, como a que está em curso em várias rodovias, ferrovias e outros sistemas técnicos.

Novas formas de organização por via dos IEDs são produzidas e características como a expansão das privatizações se "extinguem", sendo alterados por processos de concessões de longas datas, fluxos de estoque de IED e de capital via empréstimos e financiamento inter-empresas multinacionais presentes no território nacional.

O Brasil encontra-se no início do século XXI com o objetivo de um novo-desenvolvimentismo, principalmente na forma de uma maior estabilidade econômica, crescimento de PIB, desenvolvimento territorial e industrial.

Nesse sentido, observamos nas reformas de governo uma maneira de expandir a economia em âmbito nacional e internacional. O fortalecimento do mercado interno com a geração de empregos e renda, realizado seja por planos ou política de governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que visava o maior incremento na área de infraestrutura básica do país, afim de aumentar o nível de investimentos em setores chave da economia nacional ou por políticas públicas como o Bolsa Família que elevam a população mais carente ao consumo, assim como maior participação da família na escola, saúde e assistência social.

A evolução da indústria nacional relacionada ao processo de aumento tecnológico advindo de capital estrangeiro no Brasil pôde proporcionar maior competitividade com mercado internacional em determinados setores como os exemplos do automobilístico, com empresas como Renault, Hyundai, Volkswagen dentre outras e do setor aéreo com a EMBRAER.

Também inserido no processo de expansão econômica no território nacional, no final do século XX e início do século XXI e a expansão da agroindústria no Brasil, como o exemplo do estado do Mato Grosso do Sul, elevando o índice de produção de grãos. Nesse sentido, apesar de possuir uma "região concentrada"¹⁷ certas atividades econômicas de produtos primários encontram-se ainda em pleno vapor, o que nos leva a

¹⁷ Refere-se as regiões onde o acréscimo tecnológico no território é contínuo. Ver em Santos & Silveira (2010).

considerar que o processo de expansão agroindustrial, juntamente com os serviços estão tornando-se peças fundamentais para a economia nacional.

Nesse ambiente de inquietações, diversas novas economias surgiram. A expansão de mercados consumidores em escala mundial gera a reorganização de empresas e fluxos de investimentos, podemos apresentar o Brasil no início do século XXI, principalmente com a expansão da economia por via da agroindústria, fato que somente poderá ser comprovado no devir histórico.

CAPÍTULO II

2 - INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL

No capítulo I refletimos acerca de alguns processos que proporcionaram a inserção do capital internacional no Brasil. Dando continuidade a essa discussão, neste capítulo II serão apresentadas considerações acerca do fluxo de IED.

Dividido em duas partes, esse capítulo apresenta inicialmente os aspectos formais sobre o IED, sua definição, modo de regulação, entre outros aspectos relevantes.

No segundo momento, levando em consideração a década de 1990, devido ao aumento dos fluxos de investimentos externos proporcionados pela abertura da economia nacional, serão apresentadas análises acerca do IED no Brasil, seu montante, setores e desdobramentos desse processo de internacionalização da economia nacional por via das privatizações.

2.1 - Aspectos formais do IED e capitais estrangeiros no Brasil

O processo de internacionalização do capital no Brasil, foi relacionado aos fluxos de investimentos internacionais, seja por via de empréstimos como no início do século XX ou por via das privatizações, fato notável perante a conjuntura econômica da década de 1990.

Nesse sentido, regular, definir ou caracterizar esses investimentos, torna-se peça importante para o processo de regulação e fiscalização. Acerca dos capitais estrangeiros, a Lei Nº 4.131, de 3 de Setembro de 1962 Art. 1º os define como

[...] os bens, máquinas e equipamentos, entrados no Brasil sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços, bem como os recursos financeiros ou monetários, introduzidos no país, para aplicação em atividades econômicas desde que, em ambas as hipóteses, pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior.

Acerca dos investimentos estrangeiros diretos, Chesnais (1996, p.56) baseado nas definições da OCDE (1992), considera "investimento estrangeiro como *investimento direto* quando o investidor detém 10% ou mais das ações ordinárias ou do direito de voto numa empresa". Essa definição é também utilizada pelo BACEN que utiliza como padrão o Manual de Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional.

Ainda sobre o investimento estrangeiro na forma direta, Gonçalves (2003, p.24) o define como

todo fluxo de capital com o intuito de controlar a empresa receptora do investimento. O principal agente de realização do IED é a empresa transnacional - empresas de grande porte que controla ativos em pelo menos dois países. Essas empresas têm, geralmente, a sua matriz localizada nos países desenvolvidos e, por intermédio do investimento externo direto, controlam subsidiárias e filiais em outros países.

No Brasil, a regulação e quantificação dos investimentos externos por via dos censos se inicia em 1995 com o "Censo de Capitais Estrangeiros" realizado pelo BACEN, apresentando um conjunto de informações relativas ao estoque de IED, país de origem, atividade econômica, entre outros. Anteriormente, os estoques de IED como apresenta o BACEN nas notas explicativas anexo IV¹⁸

Estão computados os ingressos e saídas efetivas de capitais em moeda estrangeira e bens, as conversões de empréstimos e outros créditos em investimentos, e os reinvestimentos. As remessas ao exterior a título de ganho de capital sobre investimentos diretos, as remessas de lucros e dividendos e os chamados empréstimos "intercompanhia" ou "intragrupo" não estão computadas.

No que tange aos investimentos estrangeiros, o BACEN, como já mencionado utilizando o Manual de Balanço de Pagamentos do FMI, divide os investimentos diretos em dois grupos. Os "investimentos direto no exterior" e "investimento direto no país".

O investimento direto no exterior é utilizado para registrar ativos¹⁹ externos "detidos por residentes no Brasil" representados por duas modalidades. A primeira, na

¹⁸ Ver <http://www.bcb.gov.br/?INVEDIR>

¹⁹ Define-se ativo como " Conjunto de bens, valores, créditos e semelhantes, que formam o patrimônio de uma empresa, opondo-se ao passivo (dívidas, obrigações etc.). Nos balanços das empresas, o ativo é subdividido em vários itens, de modo a distinguir-se o dinheiro em caixa (saldos bancários, títulos que podem ser vendidos imediatamente), o depósito a curto prazo (recebimentos em trânsito, empréstimos a

forma de "participação de capital". Nesta são consideradas as saídas de recursos total ou parcial de empresas não residentes por via de bens ou moedas relativos à "aquisição/subscrição/aumento de capital".

A segunda é por via dos empréstimos intercompanhias, na qual os empréstimos "concedidos pelas matrizes, sediadas no país, suas subsidiárias ou filiais estabelecidas no exterior" são caracterizados como investimento direto no exterior.

Os investimentos diretos no país, são representados a partir dos passivos²⁰ de dois grupos de investimento direto. O primeiro, participação no capital,

compreende os ingressos de recursos em bens, moeda e as conversões de obrigações externas em investimento estrangeiro direto, incluindo os valores destinados ao programa de privatizações, relacionados com a aquisição/subscrição/aumento de capital, total ou parcial do capital social de empresas residentes (BACEN, 2014).

O segundo é representado pelos empréstimos intercompanhias. Nele, "os créditos concedidos pelas matrizes sediadas no exterior, a suas subsidiárias ou filiais estabelecidas no país", são os fatores que a determinam como investimento direto no país²¹.

A respeito da regulação dos empréstimos que não são intercompanhias e importação financiada²² estas também são reguladas pelo BACEN, porém são formas de capital externo que não são advindas na forma direta.

Esses fatores e medidas regulatórias proporcionaram o levantamento de dados do montante, fluxos e capital de investimentos externos no Brasil. Os aspectos aqui apresentados sobre as formas de regulação e definição do IED no Brasil, foram tornando-se importantes a partir do processo de inserção do país no processo de

curto prazo), o estoque de mercadorias (inclusive as mercadorias em consignação), os terrenos e edificações, as instalações máquinas, as luvas e os direitos e privilégios". (SANDRONI,1999, p.34,35)

²⁰ Define-se passivo como "Total das dívidas e obrigações de uma empresa. Opõe-se a ativo, que representa o total de bens da empresa. O passivo divide-se em dois grupos: *passivo real*, que consiste no total de créditos de terceiros contra a empresa, e *passivo não exigível*, que representa o capital da empresa (cujos credores são os proprietários da empresa),reservas e saldo de lucros". (SANDRONI, 1999, p.448).

²¹ Maiores informações acerca das notas explicativas
<https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/NotasExplBPM5.pdf>.

²² " É um mecanismo que facilita a importação de produtos e serviços, principalmente de valores mais elevados, podendo haver, ainda, o Refinanciamento da operação, onde o Banco renegocia com o cliente um financiamento existente, com novas taxas e prazos a serem cumpridos" (BANESTES, 2014).

mundialização do capital, fato que vai tomando forma na medida em que os fluxos de capital estrangeiro aumentam e fazem da economia nacional mais internacionalizada.

A intenção de discorrer a respeito desse item, foi introduzir o conceito de IED e como ele é regulado no Brasil e no mundo a partir do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI. A regulação como aqui apresentada, pode ser percebida que em suma é realizada pelo FMI e aceita pelo BACEN como medida regulatória, fato que proporciona o levantamento de dados acerca do IED no mundo devido a sua padronização.

No próximo item, apresentaremos alguns aspectos acerca do IED no Brasil como: montante, setores e países de origem a partir da década de 1990. Apresentar, igualmente alguns fatos que na década anterior proporcionaram o maior grau de capital internacional no país.

2.2 - A década de 1990 e a entrada do IED no Brasil

No Brasil, o estudo quanto da inserção dos IEDs na economia brasileira não é algo inédito. Autores como Gonçalves (1994, 1999, 2003), Greico (1997), Moraes (2003), Pochmann (2001), Silva (2005) entre outros, já apresentavam informações e discussões a respeito desta temática, principalmente na década de 1990.

As discussões que aqui serão apresentadas, muito delas baseadas nas informações dos censos de capitais estrangeiros nos anos de 1995, 2000, 2005, 2010 do BACEN, balizarão o trabalho no que consiste apresentar análises do IED no estado do Mato Grosso do Sul no capítulo próximo.

No item anterior, apresentamos os fundamentos que regulam o IED no Brasil, o que nos leva aos mencionados censos de capitais estrangeiros e a partir deles que referenciaremos este item apresentando os valores, montante e origem do capital estrangeiro, destacando principalmente alguns aspectos da década de 1990, o que levou ao alto grau de internacionalização da economia nacional. Como já mencionamos as políticas de governo principalmente na década de 1990 (PND, Plano Real e PROES), muito ajudaram no processo de internacionalização econômica do Brasil.

Este processo se dá de forma mais intensa na década de 1990. O Programa Nacional de Desestatização - PND, iniciado pelo Presidente Fernando Collor de Mello em 1990, viabiliza a entrada do capital externo no país de maneira mais acentuada

principalmente em setores de produção até então sob responsabilidade estatal como a indústria química e petroquímica, siderúrgica, elétrica, mineração entre outras.

O processo de abertura da economia nacional por via das privatizações, no início da década de 1990, foi justificado principalmente ao fato da indústria nacional estar em desvantagem em relação internacional. O atraso tecnológico foi o principal argumento apresentado pelo governo, que levou à abertura das empresas nacionais ao capital externo por via das privatizações.

Neste processo, a indústria de transformação com os setores da petroquímica, siderúrgica, mineração e fertilizantes foram as mais afetadas. O Quadro 5, nos apresenta as empresas privatizadas no âmbito do PND com porcentagem majoritária²³ para o capital estrangeiro no período de 1991-1994.

Quadro 5 - Empresas Desestatizadas de 1991 a1994

Ano	Empresa	% Capital Total vendido	Receita da Venda (US\$ Milhões)
1991	Celma	89,1	91,1
	Cosinor	89,8	13,6
	Mafersa	90	48,4
	Usiminas	69,9	1460,5
1992	Acesita	74	465,4
	Álcalis	100	81,4
	Copesul	62,9	797,1
	Companhia Siderúrgica de Tubarão	89	327,4
	Fosfertil	88,3	182
	Goiás fértil	100	13,1
	Petroflex	100	234
	Piratini	72,4	106,7
	SNBP	90	12
1993	Açominas	99,9	598,6
	Cosipa	60	359,9
	Companhia Siderugica	81,9	1285

²³ As empresas levadas em consideração, foram as que apresentavam valores mais expressivos na porcentagem de capital vendido.

	Ultrafertil	100	205,6
1994	Caraíba	100	5,8
	Embraer	60,4	192,2
	Petroquímica União S. A	50,3	287,5

Fonte: BNDES, 2013.
Org. Hamada, G.K.F. 2013

No mesmo período, empresas como Petroquímica União, Celbrás, Adria e Continental (capital privado) em 2001²⁴ são compradas por grupos estrangeiros. A maior quantidade das empresas privatizadas no âmbito do PND, como já dito, está ligada ao setor industrial e, principalmente de transformação (CSN, Açominas), ou naquela que necessitava de maior aumento tecnológico como o caso da EMBRAER no ramo da aviação.

Os primeiros anos da década de 1990, intrinsecamente relacionados ao processo de abertura ao capital externo, demonstram o processo de internacionalização econômica de forma mais acentuada. Esse contexto de expansão dos fluxos de IED no Brasil pode ser explicado devido ao que

atrai efetivamente o IED para o Brasil são dois fatores: o primeiro é o baixo preço das empresas brasileiras em dólar, seja via fusão e aquisição, seja via privatizações. Como segundo motivo, também importante, tem-se o desdobramento da concorrência interoligopólica mundial pelos mercados relevantes. O Brasil, deixando de ser um mercado grande mas estagnado e sem perspectivas de expansão, com a estabilização das taxas de inflação, volta a ser um mercado razoavelmente atraente. (ANTUNES, 2001, p.69)

A escolha por apresentar as privatizações da década de 1990 em dois momentos deve-se pelo fato de que o processo histórico de abertura econômica na década se divide em duas partes na medida em que a instalação do Plano Real em 1994 e a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República evidenciou-se como marcos divisórios no que diz respeito as privatizações em âmbito nacional.

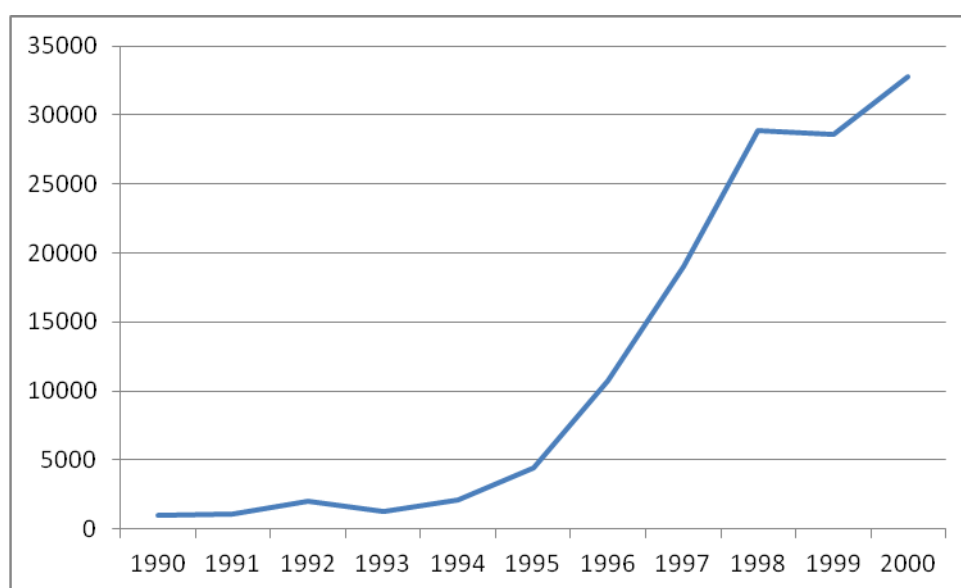
O acréscimo do volume dos IEDs no Brasil, é visto a partir de 1995 com maior grau de inserção do capital estrangeiro no século XX. A abertura das privatizações para o setor de serviços, também o controle monetário propiciado pelo Plano Real de 1994, elevam ao dobro os valores do capital estrangeiro na economia nacional.

²⁴ Gonçalves (1999, p.143)

Focando o governo Fernando Henrique Cardoso pelo PSDB entre 1995-2002, percebe-se que "no caso das empresas estatais, o processo de privatização de empresas federais e estaduais, assim como as concessões foram os meios mais importantes usados pelo capital estrangeiro para entrar no setor de serviços" (GONÇALVES, 1999, p.144).

Levando em conta também a segunda fase do PND pós Plano Real, podemos discorrer que o maior apoio para as privatizações no setor de serviços, gera não somente o maior fluxo de capital externo como também um ambiente de acréscimo desse fluxo na economia líquido no país, como apresenta a Figura 2.

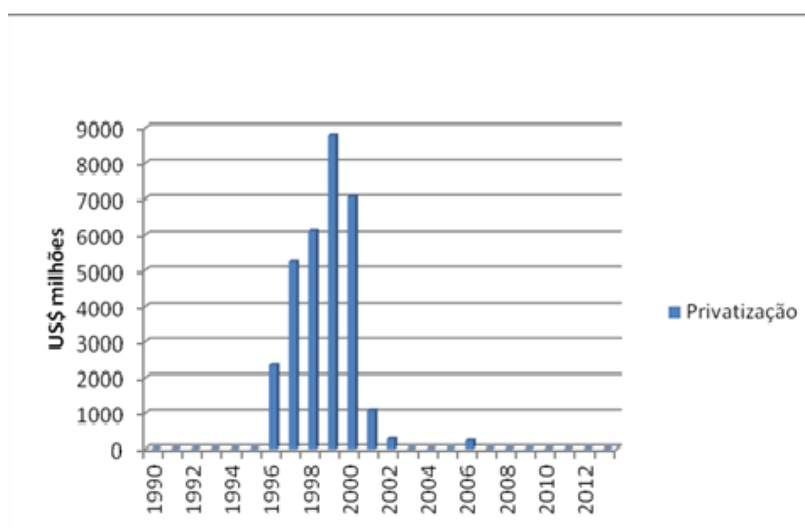
Figura 2 - IED líquido no Brasil no período de 1990 – 2000 (US\$ Milhões)



Fonte: BACEN - Departamento econômico, 2013.
Org. Hamada, G.K.F. 2013.

Nesse contexto, acontece nos anos de 1997-2000 o maior número de IED no país. A venda da Companhia Vale do Rio Doce (1997), do sistema Telebrás (1998), de bancos inseridos no PROES como Banco Meridional do Brasil S.A (1997), BANERJ (1997), BEMGE (1998), BANEBA (1999), BANESTADO (2000), BANESPA (2000), aumentou ainda mais o nível de inserção e internacionalização do capital como vemos na Figura 3.

Figura 3 - Brasil: IED líquido das privatizações no período de 1990 – 2013



Fonte: BACEN - Departamento econômico, 2013.
Org. Hamada, G.K.F. 2013.

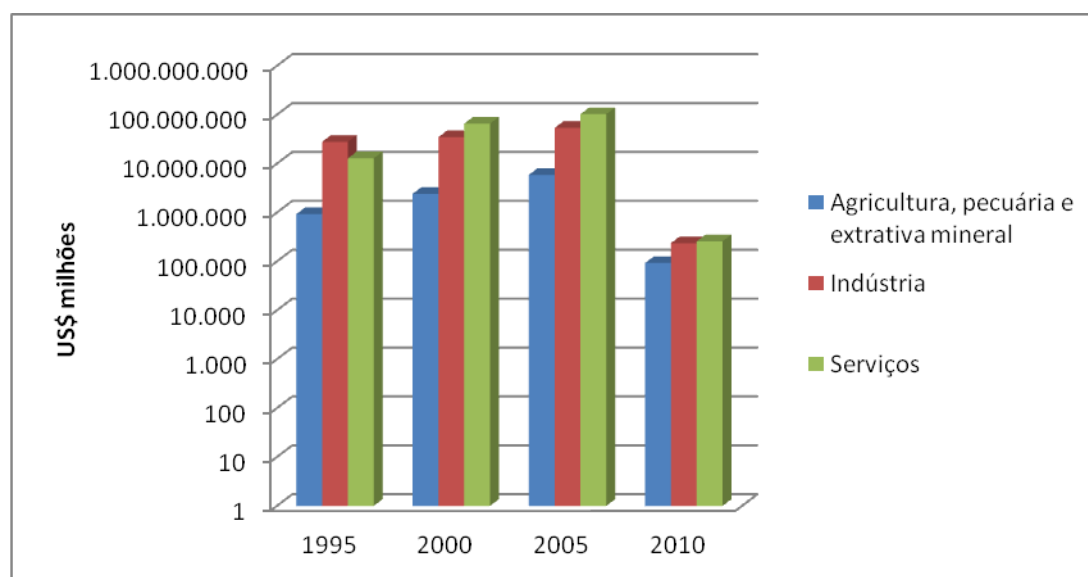
Nota-se que o pico do IED por via das privatizações é em 1999, ano que empresas nacionais do ramo da telefonia fixa foram alienadas para o capital externo tiveram seu capital alienado para o externo através de suas vendas²⁵.

Baseada nos censos de capitais estrangeiros do BACEN, a análise se direcionará neste segundo momento em apresentar essa evolução dos IEDs a partir dos setores mais expressivos e de valores que demonstram o alto grau de internacionalização, o que na década de 2000, pelo fato do colapso econômico mundial de 2008, gerou um ambiente de vulnerabilidade na economia nacional com queda significativa nos fluxos de IED como veremos a seguir.

Como apresentado, o aumento dos valores de capitais externos no país se deu expressivamente a partir da segunda metade da década de 1990 e a partir de 1995 que apresentaremos algumas características dessa internacionalização econômica por via dos investimentos externos. A Figura 4, apresenta os valores de estoque de IED entre 1995 - 2010.

²⁵ Em âmbito estadual "Em 28 de julho ocorreu na BOVESPA o leilão da Cia. de Geração de Energia Elétrica Paranapanema e foi adquirida pela empresa americana Duke Energy Corporação pelo valor de R\$ 1,239 bilhão, com ágio de 90,2% sobre o preço mínimo estipulado" (BNDES, 2014)

Figura 4 - Total líquido de IED no Brasil por setor no período de 1995-2010



Fonte: BACEN - Departamento econômico, 2013.
Org. Hamada, G.K.F. 2013

Para os setores como serviços, indústria, agricultura, pecuária e extrativa mineral, o aumento exponencial dos fluxos de IED se dá principalmente até o ano de 2005. A maior expressividade, como apresenta a Figura 4, principalmente nos anos de 2000 e 2005 se dá ao setor de serviços, que devido ao alto nível de especialização da produção e do próprio processo de terceirização acaba por aumentar de forma significativa juntamente com a indústria.

Atividades econômicas como "serviços prestados", principalmente às empresas e intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada, correios e telecomunicações, são os mais expressivos quanto a recepção de investimentos externos.

Apenas para ilustrar o exemplo dos correios e telecomunicações, temos um aumento de US\$ 399 mil em 1995, passando a receber em 2010 aproximadamente US\$ 41 milhões, representando um aumento dez vezes mais no valor do estoque dos investimentos. Ainda nos serviços, as "atividades auxiliares da intermediação financeira" que apresentavam valores em 1995 de cerca de US\$ 390.426 mil dão um salto em 2010 maior que dez vezes, somando o total de quase US\$ 100 milhões.

Essa expressividade no aumento de valores, principalmente nessas atividades, se dá ao fato de necessitarem não somente de maior tecnologia como também o seu alto grau de internacionalização, fato que é comprovado quando vamos a bancos

internacionais pagar as contas ou falamos no celular a partir de empresas de telefonia móvel ou fixa de origem internacional.

Na indústria, a alta recepção de IED avança na medida em que a importação de equipamentos, investimentos em parques industriais aumentam via empresa multinacional. E atividades vinculadas a produção de alimentos e bebidas avançam de maneira significativa passando de quase US\$ 3 milhões em 1995 para US\$ 52 milhões em 2010. Por sua vez, a fabricação de veículos automotores e reboque atividade mais expressiva no que tange ao processo de exploração de infraestrutura e parques industriais passa de aproximadamente US\$ 5 milhões para US\$ 29 milhões.

O processo de acréscimo do estoque de IED na agricultura, pecuária e extrativa mineral, muito se dá por via das fusões e aquisições e pelo alto valor agregado no processo de privatização, como o caso das indústrias de extração que, em sua venda estão presentes desde o direito de uso da propriedade até o próprio maquinário, colabora para o aumento dos valores de IED nesse setor, além da importação de peças e empréstimos intercompanhias.

Considerando as atividades econômicas mais relevantes na agricultura, pecuária e extrativa mineral, temos na extração de petróleo e gás natural o maior e mais expressivo acréscimo de estoque de IED neste setor, passando de US\$ 72 mil em 1995 para US\$ 50 milhões em 2010.

Constatamos que o crescimento do IED no MS nos três setores apontados na Figura 4 acompanham o crescimento em escala nacional. O maior crescimento nesta unidade a federação dá no setor de serviços que no período de 1995 com US\$ 9 milhões passou em 2005 para US\$ 52 milhões crescimento quase 6 vezes maior em dez anos, os outros dois setores também acompanharam o crescimento do fluxo de IED no país passando de US\$ 507 mil para US\$ 4 milhões em 2005 na agricultura, pecuária e extrativa mineral e na indústria de US\$ 18 milhões para US\$ 34 milhões.

Esse alto grau de investimentos externos nas atividades de maior tecnologia, relacionado ao processo de internacionalização econômica dado pelo início das privatizações, fusões e aquisições da década de 1990, nos incita a buscar as origens desse capital externo que transforma as atividades e a própria economia nacional, na medida em que altera os fluxos de investimentos.

Pensando no processo de evolução dos estoques de IED advindos de diferentes países, a Tabela 1 apresenta a evolução da origem dos investimentos, vinculados

principalmente aos oito países com maior volume apresentado no censo de capitais estrangeiros de 1995.

Tabela 1 - Brasil: país de origem do estoque de IED (1995-2010)

US\$ milhões

PAÍS	1995	2000	2005	2010
Alemanha	5.828.042	5.110.235	7.250.882	30 350 000
Canadá	1.818.978	2.028.298	6.690.029	14 443 000
Estados Unidos	10.852.183	24.500.107	27.096.546	109 700 000
França	2.031.459	6.930.850	12.238.007	30 674 000
Itália	1.258.558	2.507.168	4.181.269	18 235 000
Japão	2.658.517	2.468.157	3.261.433	29 004 000
Países Baixos (Holanda)	1.545.799	11.055.332	27.012.259	14 868 000
Reino Unido	1.862.609	1.487.950	3.491.377	41 635 000
Suíça	2.815.302	2.252.052	2.843.595	13 104 000

Fonte: BACEN - Departamento econômico, Censo de capitais estrangeiros. 2013
Org. Hamada, G.K.F. 2013

Constata-se com a Tabela 1 é que o maior volume da origem de estoque de IED em todos os anos do censo é liderado pelos EUA seguido pelos Países Baixos especificamente Holanda, que no período de 2010 acaba decaindo e perdendo "espaço" para o Reino Unido. A respeito da evolução da origem do estoque de IED, dos países apresentados o fato notável é o expressivo aumento no decorrer dos censos, visto que o processo de abertura do capital nacional como aqui já apresentado, é relevante a partir de 1995, percebemos que o grau de internacionalização econômica do Brasil advinda dos países apresentados aumenta no decorrer dos anos.

As variações de estoque de investimento são visíveis: o Reino Unido e o Japão, tornam-se notáveis, pois o salto dado principalmente no ano de 2010 eleva em quase dez vezes mais o volume de estoque. Esses investimentos se encaminham principalmente para a indústria de extração e de transformação para ambos os países. Diferentemente, os Países Baixos (Holanda) vão apresentando uma evolução gradativa entre os anos de 2000 e 2005, decaindo quase em dobro no período de 2010.

Focando o período de 2010, as atividades ligadas à indústria de transformação e atividades financeiras apresentam as mais expressivas, não somente devido ao alto valor de capital estadunidense agregado como também ao acúmulo proporcionado pelos

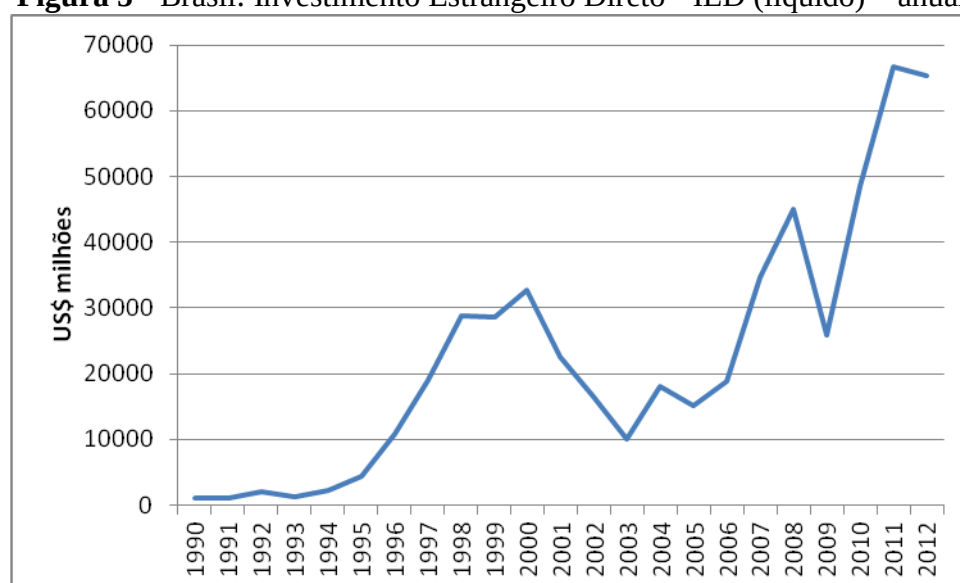
demais países presentes como apresentados na Tabela 1 anteriormente mesmo após o período de crise em 2008.

Se destacarmos as maiores empresas estadunidenses, percebemos que se destaca a indústria automobilística com a presença da General Motors e Ford, no ramo de serviços destacamos a Walmart, seguido também pela Cargill e Kraft Foods no ramo alimentício²⁶, apenas ilustram o porquê da ativa presença dessas empresas e capital norte americano nos fluxos de IED na indústria no Brasil.

Estudamos até agora dados referentes ao aumento dos fluxos de IED na década de 1990, a origem e os setores mais expressivos no grau de internacionalização de acordo com os censos de capitais estrangeiros.

Numa análise mais ampla acerca do aumento dos IEDs na economia brasileira, e seu fluxo líquido não somente na década de 1990 mas também de 2000, percebemos um alto grau de aumento e queda do fluxo de IED como apresenta a Figura 5.

Figura 5 - Brasil: Investimento Estrangeiro Direto - IED (líquido) – anual



Fonte: BACEN - Departamento econômico, Séries temporais. 2013
Org. Hamada, G.K.F. 2013.

Diferente do primeiro momento, como o apresentado na primeira parte deste item, percebe-se que o fluxo de IED no país começa a decair principalmente a partir do ano de 2001. As privatizações federais e estaduais que alavancaram o aumento do IED na década de 1990, agora decaem devido a venda de grande parte dos ativos das

²⁶ Fonte: Maiores e Melhores da revista exame 2011.

estatais. Acerca da queda dos fluxos de IED no Brasil e no mundo, Gregory & Oliveira (2005, p.12) discurrem que os

Acontecimentos ocorridos no mundo, tais como a queda nas bolsas dos Estados Unidos, o desaquecimento da economia global em decorrência de atentados terroristas e guerras, além das fraudes descobertas na contabilidade de grandes empresas americanas e multinacionais. Esse conjunto de fatores levou à queda de cerca de 40% nos níveis de investimento estrangeiro no mundo, tendência também verificada nos ingressos de investimentos no Brasil, nesse período, quando tais valores atingiram apenas a cifra de US\$ 22 (vinte e dois) bilhões.

Relacionado ao fato citado, percebemos então a expressiva queda dos investimentos estrangeiros no Brasil até 2003, voltando a decair em 2004 e novamente aumentando até o colapso financeiro dos EUA em 2008, que faz com que os fluxos de IED novamente voltassem a cair não somente no Brasil mas no mundo em geral.

Voltando a aumentar de forma agressiva em 2010, o IED nesse período se dá principalmente à participação de capital de empresas no país. O relatório anual de 2010 do BACEN (p.127) apresenta que

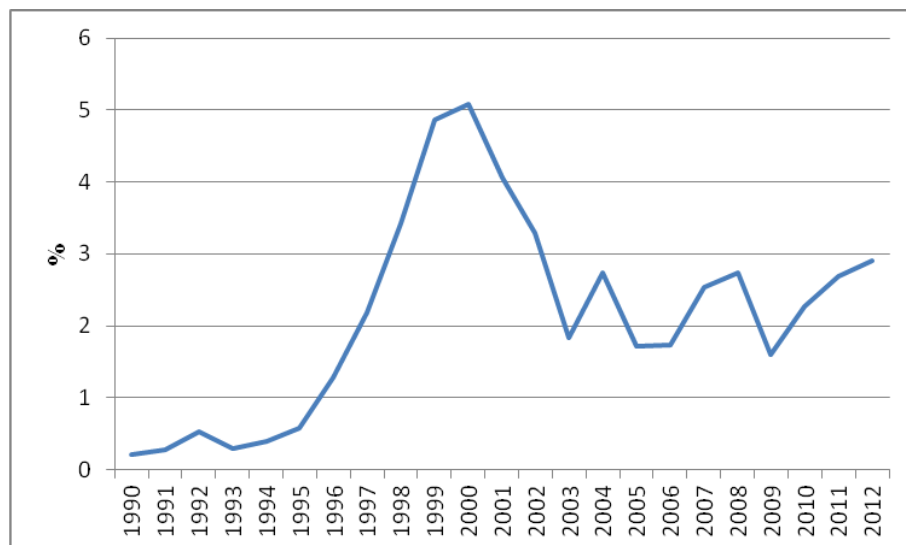
Os fluxos líquidos de IED para o Brasil elevaram-se 86,7% no ano, atingindo US\$48,4 bilhões, maior valor da série histórica, ressaltando-se que o estoque total de IED estimado para dezembro de 2010 totalizou US\$472,6 bilhões. Em relação aos ingressos líquidos, US\$40,1 bilhões destinaram-se à participação no capital de empresas no país, dos quais US\$4,4 bilhões referentes a operações de conversões de dívida externa em investimentos. Ressalte-se que, dessas conversões, US\$2,4 bilhões originaram-se de amortizações de empréstimos intercompanhias, com impacto líquido nulo em termos de IED. Os ingressos líquidos dos empréstimos intercompanhias somaram US\$8,3 bilhões, ante US\$6 bilhões, em 2009.

Percebe-se que o aumento do fluxo de IED, de maneira geral está relacionado a empresa multinacional²⁷ de grande porte, que atua de maneira significativa na economia do país. As transformações na economia decorrentes da década de 1990, elevaram o grau de vulnerabilidade externa do país, fato este que pode ser notado principalmente na relação do fluxos de investimento aumentarem a partir do capital externo e não pelo fortalecimento da economia interna.

²⁷Em Chesnais (1996, p. 73) citando Michalet (1985, p.11) define a multinacional como "uma empresa (ou um grupo), em geral de grande porte, que, a partir de uma base nacional, implantou no exterior várias filiais em vários países, seguindo uma estratégia e uma organização concebidas em escala mundial".

Em relação ao IED com o Produto Interno Bruto - PIB do Brasil, aparece na Figura 6 a linha que acompanha o aumento dos fluxos no período de 1997-2000 e a queda entre os anos de 2000-2003.

Figura 6 - Porcentagem de participação do IED no PIB brasileiro de 1990 a 2012



Fonte: BACEN - Departamento econômico, Séries temporais. 2013.
Org. Hamada, G.K.F. 2013.

Na Figura 6, podemos observar três momentos significativos já apresentados no texto, relacionando o IED na economia brasileira principalmente ao PIB nacional.

O primeiro momento é no início da década de 1990 até o ano de 1995. Nesta etapa, percebe-se que os fluxos de IED em relação ao PIB nacional não passam de 1%. Muito disso se dá, pelo baixo grau de internacionalização econômica no Brasil, antigos planos governamentais inseridos na gestão Collor de Mello e o início das privatizações na década, geram um processo de privatizações que em sua maioria foi arrecado a partir da compra de empresas nacionais por nacionais. Estes fatores ainda caracterizam o Brasil como uma economia pouco internacionalizada, visto que os fluxos de IED neste período alcançam o volume líquido de pouco mais de menos de US\$ 1 bilhão (cerca de 0,21% do PIB em 1990) e em 1995, US\$ 4 bilhões (0,57%).

A baixa porcentagem neste primeiro período faz com que no segundo momento, já relacionado à inserção do Plano Real em 1994 e o início da gestão do presidente FHC e a privatização de empresas no setor de serviços, elevasse o crescimento da participação do IED no PIB nacional até os 5% no ano de 2000, com patrimônio líquido no mesmo ano de aproximadamente US\$ 33 bilhões.

Esse crescimento em relação ao PIB, assim como o volume do patrimônio líquido, despenca em 2003 baixando dos 2% do PIB, visto que grande parte das empresas nacionais já tinham sido vendidas o que alavancou a participação do IED no PIB nos últimos seis anos. Nesta terceira etapa, podemos perceber um ambiente de altos e baixos na porcentagem do IED em relação ao PIB.

Esse período histórico, marcado pela transição de governo no Brasil²⁸ entre 2002-2003, vivência dois desastrosos momentos para a economia não somente brasileira como também internacional, visto que as incertezas de 2001 pela queda na credibilidade de empresas americanas, juntamente ao colapso financeiro de 2008 dos bancos americanos e europeus, que geraram a queda dos investimentos em escala mundial, demonstra como a vulnerabilidade externa pode ser um fator que acaba por proporcionar alguns aspectos, principalmente a queda da entrada de capital externo, numa economia que se encontra em plena expansão.

Nesse contexto, a partir dos dados apresentados, podemos tomar algumas conclusões acerca do processo de inserção do capital externo na economia nacional nos últimos 20 anos. A abertura para as privatizações na década de 1990 com o PND, assim como as demais políticas de incentivo a privatização, levou o Brasil a possuir uma conjuntura econômica com grande parcela da indústria, serviços e agropecuária internacionalizados.

Pensar as privatizações e o grau de internacionalização econômica do Brasil nas últimas décadas apenas servem como argumentos que se inserem no processo de mundialização do capital, visto que muitas empresas hoje instaladas no país são aquelas empresas de grande porte que formam infovias não somente de informação, mas de fluxos de capital nas economias com suporte aos fluxos de IED.

²⁸ Neste período ocorreu a transição entre dois governos de plataformas distintas, o partido do PSDB que regeu durante oito anos entre 1994 - 2002 e tinha como plano de governo as reformas políticas neoliberais a partir da abertura econômica por via das privatizações e não intervenção do Estado em determinados setores da economia, para outro governo de plataforma de cunho esquerdista, no qual foi presidido por Luiz Inácio Lula da Silva ex representante da CUT e líder do Partido dos Trabalhadores - PT.

CAPÍTULO III

3 - INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO MATO GROSSO DO SUL

Nos dois primeiros capítulos, apresentamos uma discussão acerca do processo de internacionalização da economia nacional e o IED no Brasil.

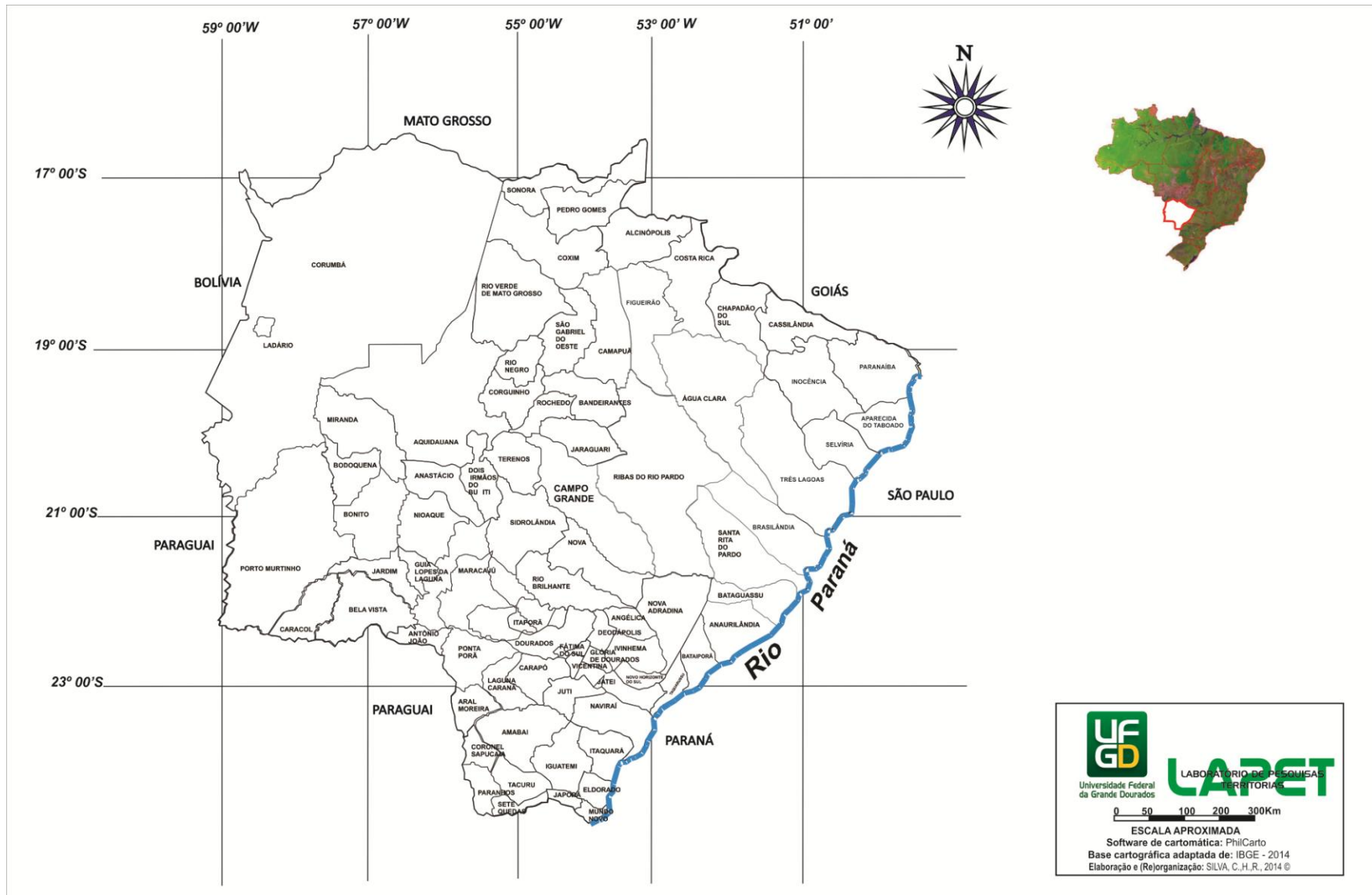
Neste capítulo, apresentaremos algumas características do estado do Mato Grosso do Sul, procurando destacar as mais relevantes para a compreensão dos investimentos.

Dividido em duas partes, o terceiro capítulo apresentará, na primeira parte, as características que compõem essa Unidade da Federação como Produto Interno Bruto - PIB, demografia e atividades econômicas. A segunda, apresenta os dados sobre o IED e capitais estrangeiros no estado, sua origem, montante, setores e atividades e a espacialização do investimento por município.

3.1 - Principais características do Mato Grosso do Sul

Localizado na região Centro-Oeste do Brasil, juntamente com Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal, o estado do Mato Grosso do Sul tem como capital a cidade de Campo Grande. A sua divisão político-administrativa é formado por 79 municípios e cerca de 2.449.024 milhões de habitantes de acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2010, sendo que 2.097.238 dos habitantes na área urbana e outros 351.786 na área rural (IBGE, 2010). (Ver Figura 7).

Figura 7 - Mato Grosso do Sul divisão política



Fonte: IBGE. 2014. Org. Hamada, G.K.F. 2014.

A base das exportações do estado são produtos como soja, pasta química de madeira, carne bovina e produtos derivados da cana-de-açúcar (MDIC, 2014). A pecuária e a produção de grãos (milho e soja) mantém seu protagonismo na base econômica, sendo esta última a responsável pela cadeia agroindustrial de aves e suínos, principalmente localizada no entorno do município de Dourados. Essa produção é exportada nas categorias: pedaços e miudezas,comestíveis de galos/galinhas; Outras carnes de suíno,congeladas e carnes de galos/galinhas,não cortadas em pedaço, conforme mostra o Quadro 6.

Com base nos produtos de maior volume nas exportações, o exemplo da soja em 2013 chega a alcançar mais de 1,2 bilhão de dólares em produtos exportados, com participação total de quase 23% nas exportações, seguido juntamente com a pasta química de madeira com 1 bilhão e 19,80% e carnes desossadas de bovinos congeladas com pouco mais de 500 milhões e 9,73% (MDIC, 2014), demonstram o quanto a agroindústria tem papel relevante para a economia estadual.

Somando o total 52,53% de produtos exportados a soja, pasta química de madeira e carne bovina se tornam os produtos de maior expressividade no que diz respeito a produtos exportados por esta Unidade da Federação nos últimos quatro anos, o que nos leva a pensar a importância que esses produtos principalmente os *commodities* tem para o crescimento econômico estadual como apresenta o Quadro 6.

Quadro 6 - Principais produtos exportados do Mato Grosso do Sul de 2003 a 2013 (US\$ FOB)

PRODUTOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	50.488.429	102.675.109	235.119.827	262.776.963	294.147.990	457.675.958	311.151.573	509.148.267	695.525.011	705.135.630	1.201.497.183
Pasta química de madeira	-					-	74.928.429	401.318.495	421.286.279	435.433.277	1.040.522.673
Carnes desossadas de bovino congeladas	30.387.314	84.077.866	225.869.931	36.905.104	62.340.290	343.239.791	326.925.777	371.945.518	306.776.769	436.025.411	511.278.721
Outros açúcares de cana	-	-	-	-	-	41.537.547	154.596.888	331.060.866	650.711.738	693.106.399	496.401.339
Milho em grão, exceto para semeadura	-	-	-	45.812.211	150.040.229	50.983.029	42.344.572	134.373.321	138.921.418	417.840.135	434.362.002
Minérios de ferro não aglomerados	25.403.027	29.440.420	51.988.564	94.436.940	65.226.379	232.516.246	98.921.729	276.180.530	574.579.554	327.009.187	400.593.926
Pedaços e miudezas, comest.de galos/galinhas	49.940.935	54.175.848	82.831.856	89.066.276	129.015.079	171.777.582	169.107.743	194.720.388	256.869.305	220.774.250	273.165.813
Outros couros bovinos,incl.bufalos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.229.095	117.695.579
Farinhas e "pellets" da extração do óleo de soja	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.288.561	109.549.081
Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	27.787.659	33.774.307	58.139.356	-	-	13.268.721	38.523.078	-	-	77.324.775	102.595.906
Bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo	89.190.374	40.308.286	123.959.484	111.866.217	154.439.370	204.017.475	184.018.760	171.712.583	149.621.485	-	-
Óleo de soja, em bruto mesmo degomado	19.945.101	57.160.540	54.630.574	12.830.741	41.122.639	-	-	53.335.246	98.321.115	-	-
Outras carnes de suíno congeladas	34.831.197	33.739.000	35.184.126	-	-	-	-	44.122.129	57.697.691	-	-
Carnes de galos/galinhas,n/cortadas em pedaço	-	-	-	27.249.860	53.379.415	69.619.701	47.506.210	-	-	-	-

Fonte: MDIC/SECEX. 2014.

Org.Hamada,G.K.F.2014.

Tomando em conta a produção para a exportação, o que podemos observar é que o crescimento da exportação de produtos como a soja aumenta cerca de 24 vezes mais num período de dez anos (2003 - 2013), assim como a carne bovina congelada que tem um crescimento 16 vezes maior entre o mesmo período. Isso se deve à presença do Grupo JBS e a expansão do abate nas unidades industriais, sendo uma empresa bastante internacionalizada que estreita a produção frigorífica com o mercado externo.

Outro produto que ganha importância no decorrer dos anos, muito devido a incentivo governamental da expansão da cana, é o açúcar. Este produto com base no MDIC, apenas aparece como sendo exportado em 2008 com um volume pouco maior que 41 milhões de dólares, valor esse cresce cerca de 11 vezes mais num período de apenas 5 anos 2008-2013 e passa a apresentar valor exportado de mais de 496 milhões de dólares em 2013.

O minério de ferro também se encontra presente entre um dos principais produtos exportados pelo estado do MS, com um crescimento maior do que 15 vezes no período de dez anos vem crescendo juntamente com a soja e carne bovina congelada, principalmente nos últimos quatro ou cinco anos dependendo do produto, se dá devido a expansão da sua extração nos municípios de Corumbá e Ladário, pelas companhias como a Vetorial Mineração, Mineração Corumbaense Reunida S.A. e Urucum Mineração S/A, as duas últimas controladas pela Vale.

Sobre o crescimento da produção de soja entre o período de 2002-2011 a área cultivada cresceu mais de 44% atingindo cerca de 1,76 milhões de hectares no estado (EMBRAPA, 2014).

A produção de carne bovina deve-se principalmente ao aumento da criação de gado de corte e a expansão de grupos empresariais de grande porte como JBS. Este grupo também adquiriu a empresa Seara Brasil em junho de 2013 expandindo suas ações na produção de aves e suínos, visto que o grupo Seara se encontrava entre as dez empresas que mais exportaram em 2013.

Acerca do crescimento das exportações da pasta química de madeira no MS, ele se deve pela inserção de duas grandes empresas no ramo de papel e celulose a FRIBRIA - MS que inicia suas atividades em 2006 mas começa suas exportações em 2010 e a ELDORADO Brasil Celulose S/A abre em 2012 iniciando já suas atividades e exportações, se tornando em 2013 a maior exportadora do estado. Essas duas empresas totalizaram no ano de 2013 a exportação de mais de 1 bilhão de dólares neste tipo de produto.

Quando falamos em exportação, temos que apontar também o destino dessas exportações além de quem são as empresas com maior número de exportações nesta Unidade da Federação.

No que diz respeito a maiores empresas exportadoras, temos no ano de 2013 a ELDORADO Brasil Celulose S/A como a maior empresa exportadora com um total aproximado de US\$ 595 milhões FOB, seguida pela ADM do Brasil do ramo de grãos e derivados com US\$ 501 milhões FOB, o grupo JBS S/A produtor de carnes e derivados vem em terceiro com pouco mais de US\$ 485 milhões FOB, seguida pelo grupo BUNGE e FRIBRIA - MS.

O que percebe-se é que as principais empresas exportadoras, estão concentradas principalmente na cadeia do papel e celulose, seguido pela cadeia de grãos e o complexo da carne. O Quadro 7 apresenta os valores das dez principais empresas exportadoras entre 2012 - 2013.

Quadro 7 - Principais empresas exportadoras do MS 2012 - 2013 (US\$ FOB)

Empresa	2012	2013
ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A	1.884.443	594.921.814
ADM DO BRASIL LTDA	339.472.046	501.090.920
JBS S/A	367.007.297	485.681.616
BUNGE ALIMENTOS S/A	355.739.550	453.956.942
FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSE LTDA.	433.548.834	445.600.859
MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA S/A	289.467.064	414.319.317
COOPERATIVA AGROPECUARIA MOURAOENSE LTDA.	261.073.729	368.531.488
CARGILL AGRICOLA S/A	209.359.082	164.843.349
SEARA ALIMENTOS S/A	167.867.619	156.112.482
TAVARES DE MELO AÇUCAR E ALCOOL S/A	149.149.582	135.977.324

Fonte: MDIC/SECEX. 2014.

Org. Hamada, G. K. F. 2014.

As principais empresas presentes no Quadro 7 com exceção da ELDORADO BRASIL que inicia suas atividades em 2012 estão entre as principais desde o ano de 2010. Dando enfoque ao Quadro 6 observa-se que os principais cadeias produtivas do estado estão representadas pelas empresas exportadoras que entre 2012-2013 foram responsáveis por cerca de 66% do total das exportações no MS.

Observa-se também um acréscimo nas exportações de empresas do ramo alimentício de grãos como a Cooperativa Agropecuária Mourãoense LTDA com mais de US\$ 100 milhões FOB, assim como a BUNGE Alimentos, ADM do Brasil com US\$ 100 e 160 milhões FOB, respectivamente. Vale destacar também a queda na exportação da CARGILL Agrícola com baixa de US\$ 44 milhões FOB entre os anos 2012-2013.

A cadeia do papel e celulose vai ganhando importância na medida em que o volume de exportações aumenta como pôde ser observado no Quadro 6, além também da maior produção para exportação de minério de ferro.

A relação entre os Quadros 6 e 7 está no que diz respeito ao aumento da produção e maior distribuição via exportações das empresas aqui apresentadas, não podendo ser descartado os outros 34% produzidos pelas demais empresas, visto que elas também proporcionam o acréscimo nas exportações do estado.

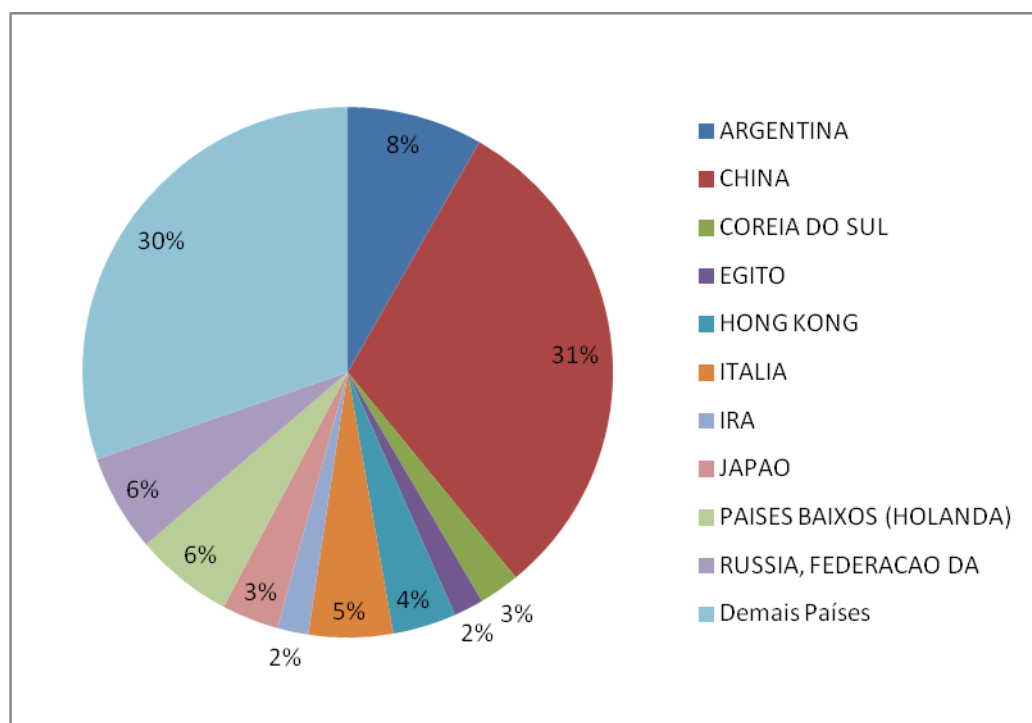
Os Quadros 6 e 7 se inter-relacionam na medida em que a produção e demanda vão aumentando, o caso do aumento da exportação da soja que passa de US\$ 700 milhões FOB em 2012 para US\$ 1,2 bilhão FOB em 2013, assim como a pasta química da madeira que dobra em valores e carne principalmente desossada com um leve aumento, está relacionada à maior produção da indústria no caso do papel e celulose e frigoríficos e o aumento das áreas de cultivo principalmente do grão soja.

Dando ênfase ao destino das exportações, o país com maior expressividade nos últimos quatro anos é a China, juntamente com os demais países da Ásia o volume alcançado das exportações chega a cerca de 40% do total. O que torna esse bloco econômico de extrema importância, visto que a formação de um mercado fortalecido como o caso da Ásia, gera certa estabilidade no que diz respeito à exportação.

Levando em consideração o ano de 2013, a presença de países como os Países Baixos (Holanda) com 6%, Federação Russa 5,93%, Argentina 8,27%, Irã 1,89% entre outros além da China demonstra como a inserção internacional do estado por via das exportações principalmente de grãos, minério e carne, levando em consideração este último ano pode-se afirmar que a China é o maior comprador totalizando mais de 30% do total, nessas exportações incluem-se produtos como minério de ferro, soja e celulose principalmente (MDIC, 2014).

A Figura 8 apresenta a porcentagem dos dez principais países de destino das exportações do MS, sendo que 30% fica pulverizado entre outros mercados menos expressivos.

Figura 8 - Participação em porcentagem do destino das exportações 2013 do MS¹



Fonte: MDIC/SECEX. 2014.
Org.Hamada,G.K.F.2014.

1 - A porcentagem devido aos valores aproximados de números inteiros, foram arredondados pelo programa de gerenciamento de dados Excel, o que acaba diferindo dos valores antes apresentados com precisão.

A Figura 8 apenas afirma o grau de importância da China principalmente no ano de 2013 como principal mercado das exportações a China (31%) apenas ela tem um valor superior a soma de outros vinte países como Vietnam (1,05%), França (0,91%), Canadá (0,94%), além de outros que não chegam a ultrapassar a margem dos meio por cento como Bangladesh (0,59%) e os já nomeados como outros pelo MDIC que somam juntos 30% no total das exportações.

Pensando em números gerais, o que deve ser levado em consideração a respeito das exportações do MS é que mesmo somando mais de vinte países a porcentagem final equivale a 30% do total das exportações, número esse que deve ser levado em consideração visto que absorve quase um terço dos produtos exportados.

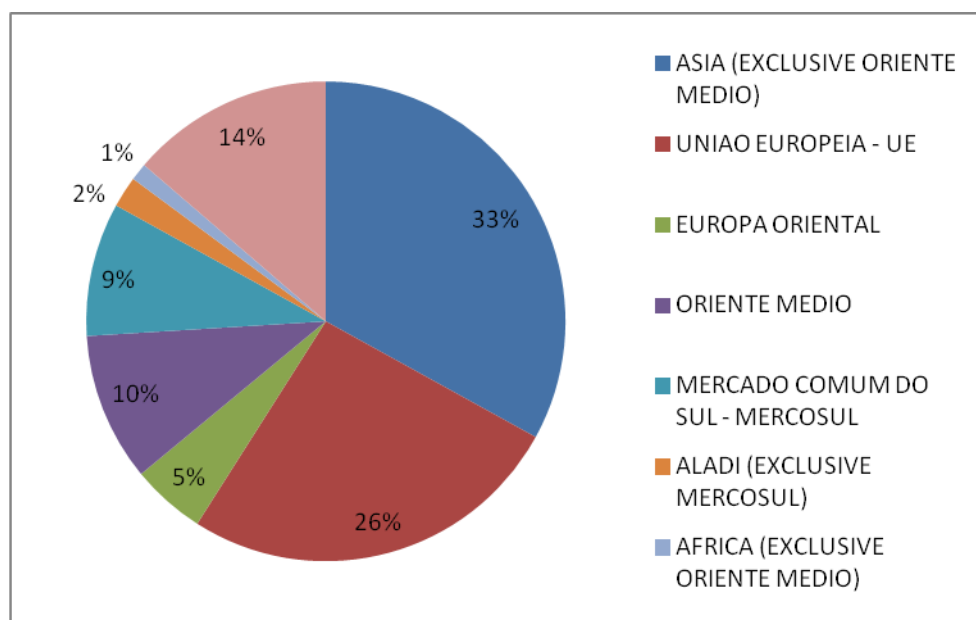
Em relação a exportação para a China e os fluxos de IED para o estado, pode-se afirmar que projetos estão sendo direcionados para investimentos em soja, principalmente na compra de terra, fato que "dependerá de como a questão da compra de terras será interpretada e incorporada na agenda de expansão internacional das empresas chinesas deste setor" (CEBC, 2013, p.60). Outro investimento é o projeto da Sinopec com a SAMARCO no setor de energia que "visa a construção de um

mineroduto e o projeto da UFN III ligado ao PAC 2, que prevê a instalação de um planta de fertilizantes" (CEBC, 2013, p.77) o que pode reforçar a hipótese de que a maior presença no volume nas importações financiadas e empréstimos estreitem as relações entre exportação e acréscimo de IED visto que a maioria dos investimentos vão para setores estratégicos.

A questão de mercados fortalecidos como o caso da Ásia que entre os anos de 2003 a 2013 teve média de 33% das exportações totais do estado, sendo seguido pela União Europeia com 26%, ganha importância devido ao fato de que os volumes e valores interferem diretamente na balança comercial. Outro fator é que mesmo com a proximidade, o bloco do MERCOSUL no mesmo período apenas detém 9% das exportações ficando atrás até mesmo do Oriente Médio com 10% o que demonstra que a proximidade nem sempre é o principal fator para alavancar as exportações ou até mesmo incrementar o mercado consumidor.

A Figura 9 apresenta a porcentagem das exportações entre 2003-2013 dos principais blocos econômicos.

Figura 9 - Blocos econômicos com maior porcentagem no volume das exportações entre 2003 - 2013¹



Fonte: MDIC/SECEX. 2014.
Org.Hamada,G.K.F.201.

1 - A presença da variável Demais Blocos deve-se pelo fato de alguns blocos não apresentarem valores expressivos em determinado ano como o caso da África, Aladi que pelo MDIC acabaram sendo incluídos como Demais Blocos.

Numa outra escala a Figura 9 apresenta os blocos econômicos com maior participação nas exportações do MS. Percebe-se que a maior participação das exportações está no bloco asiático levado principalmente pela China, Coreia do Sul, Hong Kong e Japão, seguido pela União Europeia com Holanda e Itália.

A presença do bloco do Oriente Médio deve-se principalmente pela participação de países como Irã e até 2011 pela Arábia Saudita. O MERCOSUL é representado pela Argentina. Neste contexto podemos dizer que a participação em maior número de países como China, Argentina, Holanda e até mesmo a Federação Russa eleva o nível de determinados blocos no volume de exportações como o caso do bloco asiático liderado pela China.

No que diz respeito ao produto importado, o principal produto é o gás natural advindo da Bolívia, seguido por catodos de cobre refinados, cloreto de potássio muito utilizado na agricultura e carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas, estes quatro produtos são os principais produtos mais importados seguindo a série temporal de 2003-2013 (MDIC, 2014).

Outro produto relevante é o fio de poliéster nas diferentes formas, a presença desse tipo de produto está ligado diretamente a indústria têxtil como Avanti, Adar Indústria Têxtil, Corttex que encontram-se na cidade de Três Lagoas.

Um fato interessante é que mesmo o estado sendo um grande produtor de carne de origem bovina, ele importa grande parte deste tipo de produto cerca de US\$ 67 milhões FOB em 2013. Essa importação é feita intra-firma das unidades do grupo JBS instaladas nos países vizinhos que são feitas para completar lotes. Outros produtos como secadores para madeiras, caldeiras denominadas "de água superaquecida" que apresentam volume nas importações em apenas um ou dois anos, servem como exemplos de produtos que eram necessários principalmente para indústria apenas naquele período para compor a planta da fábrica e atender determinada parte da produção.

Estes cinco produtos entre 2012 e 2013, foram responsáveis por 72,8% do total das importações, vale resaltar que somente o gás natural advindo da Bolívia representa cerca de 64% do total das exportações, o que responde o alto valor de importação agregado.

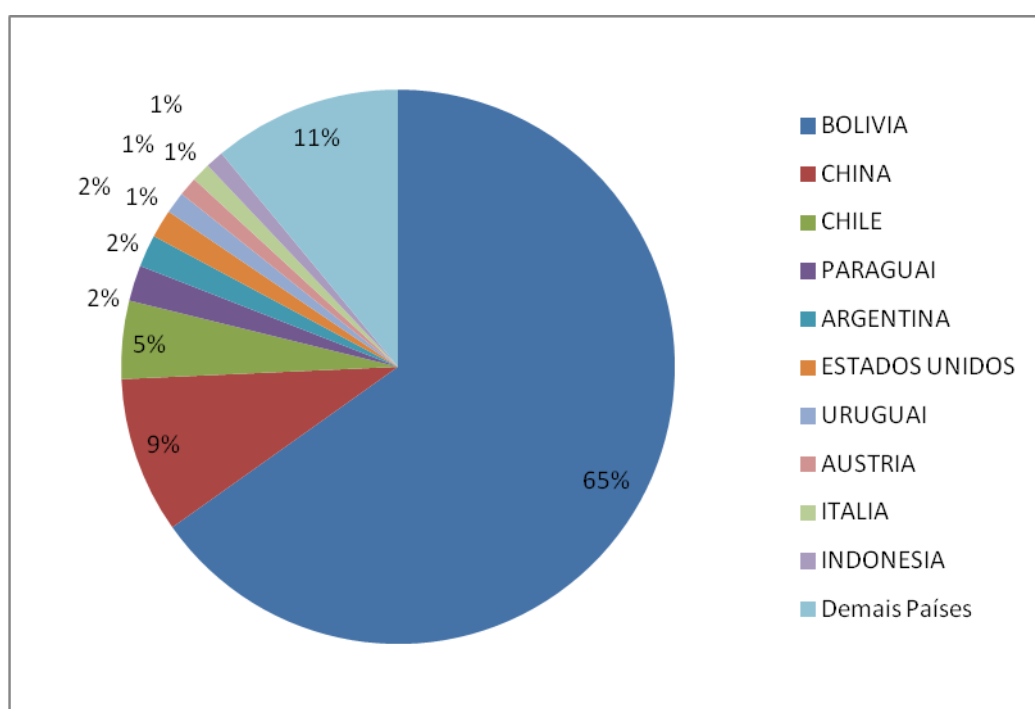
A respeito do gás natural nas importações a proximidade com o país vizinho facilita esse tipo de importação, proporcionando à Bolívia com média de 64% o maior

grau de importação, seguido de países como China e Chile com aproximadamente 8% e 5% do volume das importações do estado respectivamente entre 2012 - 2013.

Devemos também apontar outros países como Argentina, EUA e também o Uruguai que mesmo não apresentando valores expressivos como a Bolívia demonstram um alto número nos valores e total permanência entre os países que exportaram para o MS de 2003 - 2013.

A Figura 10 apresenta os países com maior porcentagem de exportação no ano de 2013 para o MS.

Figura 10 - Origem das importações do Mato Grosso do Sul em 2013



Fonte: MDIC/SECEX. 2014.
Org.Hamada,G.K.F.2014.

A Figura 10 apenas ilustra como a Bolívia se destaca como maior exportadora. Percebe-se também que a soma de outros vinte países o que o MDIC define como "Demais Países" apenas chega a marca dos 11% do total das exportações para o estado. Neste aglomerado de países estão presentes países como: Países Baixos (Holanda) (0,18%), Coréia do Sul (0,65%), Japão (0,36%), Hong Kong (0,18%) entre outros (MDIC, 2014).

Nota-se que Holanda, Coréia do Sul, Japão e Hong Kong, estão entre os principais destinos das exportações do estado, porém, o mesmo não acontece no que diz

respeito às importações feitas, visto que os quatro países juntos apresentam uma taxa de exportação para o MS abaixo de 2% do total.

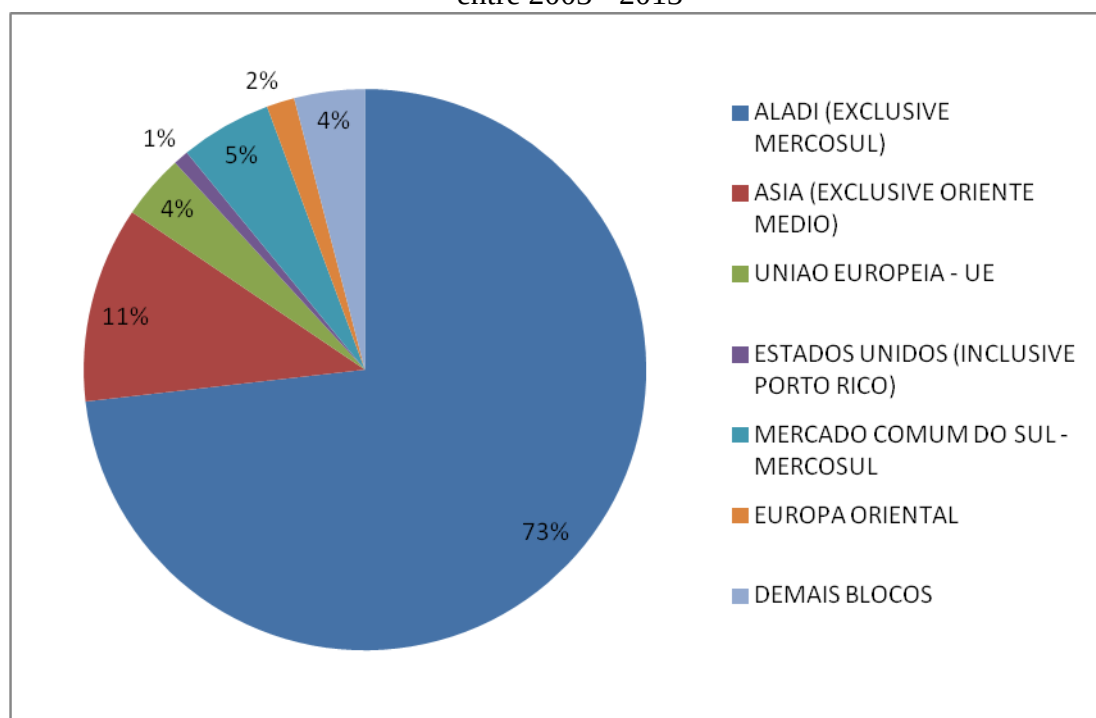
Em relação aos blocos econômicos o valor das importações do estado, está concentrado com 73% no ALADI com exceção dos países que fazem parte do MERCOSUL, seguido pela Ásia principalmente com a presença da China e Indonésia, União Europeia e MERCOSUL com (11%, 4% e 5%) respectivamente.

A forte presença de países do MERCOSUL entre os principais países exportadores para o MS.

Além de que mesmo em menor número, proporcionam a relação de mercado entre os países pertencentes, visto que os valores aqui apresentados são direcionados apenas para o MS, excluindo o restante do país.

A Figura 11 apresenta a porcentagem na participação das importações do estado nos principais blocos econômicos.

Figura 11 - Blocos econômicos com maior porcentagem no volume das importações entre 2003 - 2013¹



Fonte: MDIC/SECEX. 2014.

Org. Hamada, G. K. F. 2014.

1 - A presença da variável Demais Blocos deve-se pelo fato de alguns blocos não apresentarem valores expressivos em determinado ano como o caso da União Europeia, MERCOSUL que pelo MDIC acabaram sendo incluídos como Demais Blocos.

O que pode ser notado principalmente com as Figuras 10 e a 11 mesmo que em diferentes escalas é que o estado apenas utiliza das importações para o abastecimento de

determinados setores da economia. A baixa demanda de importação de produtos de maior tecnologia como o caso de *chips* de computadores ou até mesmo maquinário para planta de fábrica como o caso de caldeiras, seguido pela alta de produtos como o cloreto de potássio (utilizado na agricultura), demonstra como o estado em sua maioria dependente da produção primário agroexportadora.

O Quadro 8 com os principais produtos importados entre 2010-2013, apresenta o crescimento da importação do gás natural assim como de cloreto de potássio, nota-se também a queda da importação de catodos de cobre refinados entre 2012-2013 advindos principalmente do Chile.

Com exceção do gás natural, o que pode apontado é que os produtos são importados para complementar a produção interna. O caso dos catodos de cobre advindos principalmente do Chile são utilizados para a transformação em vergalhão, fios e cabos de cobre, da carne bovina com o grupo JBS, e dos fios têxteis com a produção de malhas no município de Três Lagoas.

Quadro 8 - Principais produtos importados no Mato Grosso do Sul 2010 - 2013
(US\$ FOB)

PRODUTOS	2010	2011	2012	2013
GAS NATURAL NO ESTADO GASOSO	2.131.673.796	2.732.814.208	3.236.240.930	3.662.863.080
CATODOS DE COBRE REFINADO/SEUS ELEMENTOS	286.380.099	339.214.972	301.274.825	266.388.841
OUTROS CLORETOS DE POTÁSSIO	63.774.781	84.976.751	77.113.955	95.157.519
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO FRESCAS OU REFRIGERADAS	37.457.999	41.033.929	69.129.402	67.696.172
FIOS TEXTEIS DE POLIESTERES CRUS	-	-	4.636.566	64.333.897
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO CONGELADAS	21.045.604	52.858.533	67.832.956	58.381.684
CALDEIRAS DENOMINADAS "DE ÁGUA SUPERAQUECIDA"	-	-	-	57.803.865
OUTS.APARELHOS E DISPOSITIVOS PARA TRAT.MATER.MODI	-	-	522.808	49.118.422
TECIDO DE FILAMENTO DE POLIESTER TEXTUR>=85%,TINTOS,	37.235.797	49.540.482	44.279.997	42.169.336
DIIDROGENO-ORTOFOSFATO DE AMONIO,INCL.MIST.HI	16.852.730	44.734.139	31.702.815	36.520.656
OUTROS DUBOS/FERTILIZ.MINER.QUIM.C/ NITROGENIO	10.983.368	33.319.568	-	-
LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,REVEST.LIGAS DE ALUMIN	56.030.529	29.173.517	-	-

Fonte: MDIC/SECEX. 2014.

Org. Hamada,G. K. F. 2014.

Acerca das principais empresas importadoras, temos com a Petrobrás os maiores valores de importação no MS, este fato está ligado principalmente a importação de gás natural advindo da Bolívia. Outras empresas como o caso da ELETROCAL

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS presente em Nova Andradina, assim como o grupo JBS S/A com unidades em oito municípios (Bataguassu, Bataiporã, Campo Grande, Iguatemi, Naviraí, Paranaíba, Porto Murtinho e Três Lagoas). Também presente a ELDORADO Brasil Celulose S/A em Três Lagoas assim como a Avanti.

Para ilustrar, o Quadro 9 apresenta as principais empresas importadoras entre o período de 2012 -2013.

Quadro 9 - Dez principais empresas importadoras do Mato Grosso do Sul 2012 - 2013 (US\$ FOB)

EMPRESAS	2012	2013
PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS	3.239.058.313	3.776.666.391
ELETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS ELE	234.486.172	186.756.097
JBS S/A	176.583.988	170.847.536
ADAR INDUSTRIA , COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTAC	163.964.872	147.419.472
ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A	211.626.514	134.298.855
CONSORCIO UFN III	---	102.624.417
MARFRIG FRIGORIFICOS E COMERCIO DE ALIMENTOS LT	106.567.049	86.735.493
I.F.C. INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETR	69.754.301	83.382.396
AVANTI INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORT	85.953.694	81.290.903
ADM DO BRASIL LTDA	51.222.560	65.025.919

Fonte: MDIC/SECEX. 2014.

Org. Hamada,G. K. F. 2014.

Em referencia ao Quadro 9, o caso do Consórcio UFN III está diretamente ligado a construção da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados em Três Lagoas vinculada diretamente ao PAC 2 que teve início das obras em 2013 e tem como executor a empresa Petrobrás, porém como já falado é um dos projetos com recebimento de IED advindo da China.

O grupo JBS S/A e ELDORADO do Brasil já importam determinados produtos desde 2003, a escolha por não colocar no corpo do texto até o ano de 2003 para as importações assim como não foi feito para as exportações, se dá principalmente ao fato de que muitas delas já estavam em funcionamento e com valores relevantes de importação e exportação para o estado do MS como pode ser visto nos ANEXOS 5 e 6.

As informações sobre o comércio exterior do MS demonstram que sua produção está voltada principalmente para a produção de *commodities*, produtos semimanufaturados e também da criação animal. Assim, o alto volume de exportações

de soja e da presença de empresas do ramo de alimentos como JBS S/A, SEARA, BUNGE Alimentos, Cargill, ADM do Brasil demonstram o grau de importância que o setor primário tem para a economia estadual, cabe destacar também que assim como a produção de grãos está aumentando, o complexo de papel e celulose cresce na "região" de Três Lagoas representando os maiores volumes de exportação no ano de 2013.

Neste sentido, a expansão do fluxo de capital estrangeiro e IED começa a aparecer nos setores da economia do MS. O aumento do fluxo de capital estrangeiro de certa maneira começa a se interligar a projetos que visam a compra de áreas para a produção da soja, assim como a prestação de serviços de engenharia na UFN III de Três Lagoas. Países como os EUA também possuem investimentos presentes no estado do MS, com a *greenfield* erguida pela *International Paper* com um investimento inicial de US\$ 300 milhões juntamente com a Votorantim Papel e Celulose em Três Lagoas que se transformou na Fibria após incorporar a Aracruz.

As informações levantadas acerca das exportações, importações assim como os países envolvidos neste censo, serviram para identificar os países com fluxo de capital externo dentro do estado do MS. Os exemplos dos EUA e China apenas ilustram três formas de IED, formas essas que com a demanda vão crescendo gradativamente, assim como a maior participação de outros países no estado.

3.2 - A evolução do IED no Estado do Mato Grosso do Sul

Nesta seção serão apresentados todas as características do IED, dados acerca da origem, seu montante, setores de atuação e também sua distribuição geográfica, o que demonstrará a forma como este tipo de investimento se (re)produz no território estadual.

Sobre a origem do IED no MS, o que pode ser percebido é que juntamente com a evolução do fluxo de capital estrangeiro no país, o fluxo do IED aumenta e os países se diversificam.

A origem do IED pode ser apresentada a partir dos censos de capitais estrangeiros apresentados pelo BACEN entre 1995, 2000, 2005 e 2010²⁹. O que pudemos descobrir é que temos países que entre determinados anos não fazem parte em

²⁹ Os valores de IED referentes ao ano de 2010, são a soma de todos os registros de capitais estrangeiros presentes no estado do MS, visto que a mudança na metodologia do BACEN e a opção de não mais registrar os fluxos de países de origem para determinado estado levaram a fazer o registro de forma manual entre os anos de 2005 a 2010.

relação a valores, mas que em outros aparecem com um alto valor investido como o caso da Finlândia, Holanda, China entre outros.

O Quadro 10 apresenta a origem dos investimentos externos no MS, levando em conta que foi somente a partir do início dos censos de capitais estrangeiros em 1995 que a origem do IED para determinados estados pode ser levantada.

Quadro 10 - Países de origem IED no MS 1995, 2000, 2005 e 2010 (US\$ MIL)

País de Origem	1995	2000	2005	2010	TOTAL (US\$ MIL)
Argentina	-	-	108	-	108
Antilhas Holandesas	-	-	-	40.000	40.000
Alemanha	-	-	-	6.096	6.096
Bahamas, Ilhas	-	-	-	460	460
Bélgica	-	29	557	978	1.564
Bermudas	-	-	-	6.792	6.792
Bolívia	-	-	-	576	576
Brasil	-	-	183	-	183
Canadá	-	-	-	451	451
Cayman, Ilhas	-	-	-	132.217	132.217
China	-	-	-	52.100	52.100
Chile	-	-	-	206	206
Espanha	-	14.601	-	11.000	25.601
EUA	188	611	3.693	131.632	136.124
Finlândia	-	-	-	170.000	170.000
França	2.977	1.481	2.124	9	6.591
Hong Kong	-	-	381	10.822	11.203
Holanda	-	-	-	100.240	100.240
Ilhas Virgens (GB)	-	7.494	5.217	1.575	14.286
Itália	392	6	583	29.000	29.981
Japão	7.981	6.100	11.908	5	25.994
Liechtenstein	1	112	85	-	198
Luxemburgo	-	2.319	1.773	1.299	5.391
Nigéria	-	-	-	132	132
Noruega	-	24	-	-	24
Panamá	74	-	-	289	363
Paraguai	190	-	-	900	1.090
Reino Unido	-	11.124	8.090	127.000	146.214
Suíça	3.045	751	"	17.490	21.286
Uruguai	175	348	855	1.000	2.378
Diversos	-	-	59	520	579
Total	15.023	44.997	35.616	842.789	938.425

Fonte: BACEN/ Censo de capitais estrangeiros. 2013.
Org. Hamada, G. K. F. 2014.

Sobre a origem do IED, podemos perceber que o fluxo de capital em maior quantidade apenas aparece entre 2005 e 2010, porém em 1995 já tínhamos na economia

sul-matogrossense investimentos externos advindos de países como EUA, França, Itália, Japão entre outros. Esses países estão entre os principais destinos do estoque de IED no Brasil no período de 1995 - 2010. O aparecimento dos demais de 2005-2010 além do citados deve-se por ter sido acrescentado os registros de capitais estrangeiros como empréstimos e importação financiada.

O país com maior número no estoque de IED no estado em 1995 é o Japão com mais de US\$ 7 milhões, seguido pela Suíça com pouco mais US\$ 3 milhões e França com quase US\$ 3 milhões em investimentos externos. Numa análise mais geral os maiores volumes no estoque de IED dos nove países presentes somam um total de pouco mais de US\$ 15 milhões e setores como serviços vinculados ao turismo pelas atividades recreativas, culturais e desportivas recebem investimentos no caso do Paraguai de US\$ 190 mil.

Este baixo valor nos fluxos de IED, pode ser respondido pelo fato de que a economia nacional como já mencionando estava num processo de abertura para o capital externo, o controle inflacionário com o Plano Real ainda impulsionaria esses fluxos em maior volume a partir de 1998, levando a maior participação estrangeira nos fluxos de capital nacional como discorrido no capítulo 1.

Um fator que implica nessa questão é que se pensado a partir do decorrer dos anos, os estoques de IED dentro do Estado em 1995 até o ano de 2000 cresceram de forma significativa, chegando a dobrar, incluindo países que anteriormente à 2000 não possuíam significativos montantes de IED.

Em comparação com 1995, o ano de 2000 já apresenta um expressivo aumento no número de IED. A presença de países como a Bélgica que apresenta investimentos na área da madeira US\$ 29 mil; Espanha com captação e tratamento e distribuição de água US\$ 14.601 milhões; Luxemburgo entre outros demonstra certa evolução no processo de inserção do capital internacional.

Pensando em valores que apresentam expressivo crescimento, o estoque de IED de determinados países acabam diminuindo como o caso da Itália que de US\$ 392 mil passa a apresentar apenas a soma de US\$ 6 mil, assim como a Suíça que tem valor reduzido por quatro, e também França e Japão entre 1995-2000, fato que na soma total acaba por passar despercebido, visto que a inserção de países como Espanha, Reino Unido, Ilhas Virgens e Luxemburgo acabam aumentando o estoque do IED no estado.

Já no período de 2000 a 2005, o que ocorre é a redução dos valores de estoque de IED e queda de investimentos de determinados países como Luxemburgo, Reino

Unido e Ilhas Virgens devem-se pela baixa nos empréstimos. Também ocorre o fato de países como Espanha que no censo anterior apresentavam um volume de mais de US\$ 14 milhões, simplesmente não somam juntamente aos demais no censo seguinte. O acréscimo no estoque de IED da Bélgica se direciona para a fabricação de produtos alimentos e bebidas cerca de US\$ 557 mil. Se dividido em setores, percebe-se que mesmo com a queda do estoque de participação estrangeira, em números por atividades principais temos um avanço nos três grandes setores da economia como o exemplo do setor de serviços que de US\$ 9.308.731 em 1995 passa para US\$ 52.695.842 em 2005 um crescimento de 466% em dez anos.

Nos outros setores, como apresenta o Quadro 11, o crescimento varia entre 90,5% no setor de indústria e no de agricultura, pecuária e extrativa mineral 701% entre os períodos de 1995 a 2005³⁰. O que pode ser percebido é que o maior crescimento neste período de dez anos se dá na agricultura, pecuária e extrativa mineral, seguido pelos serviços, o que se torna relevante visto que atualmente a agropecuária é o principal "carro chefe" das exportações como pôde ser visto no item anterior, seguido pelas receitas arrecadas pelos serviços principalmente os ligados à empresas.

O crescimento da indústria entre 1995-2005 deve-se principalmente a indústria alimentícia e também da fabricação de produtos químicos. Estas atividades são exemplos que apresentam taxas de crescimento no período de 1995 a 2005 no cálculo total dos países com atividades no Estado do Mato Grosso do Sul e se tornam relevantes no que diz respeito ao processo de industrialização ou não, assim como o aumento dos fluxos de capital externo na agricultura e pecuária.

Quadro 11 - Distribuição do IED no MS por atividade principal*

Ano	Agricultura, pecuária e extrativa mineral	Indústria	Serviços	TOTAL (US\$ MIL)
1995	507.872	18.198.051	9.308.731	28.014.654
2000	1.659.684	23.028.202	40.942.914	65.630.800
2005	4.152.632	34.677.698	52.695.842	91.526.172

Fonte: BACEN, 2012.
Org. Hamada, G.K.F. 2014

³⁰ Os valores especificados nos anos de 1995, 2000 e 2005 de taxa de crescimento nos apresentados setores, são a soma de apenas os países que possuem estoque de IED no Estado do Mato Grosso do Sul citados no Quadro 10.

Entre o período de 2005-2010 temos no estado o maior acréscimo de estoque de IED entre 1995-2010. Esse acréscimo no estoque se dá devido ao aumento da participação de outros países passando de apenas nove em 1995 para vinte sete em 2010, a maior número de participação assim como o acréscimo nos estoques de IED fazem do período de 2005 a 2010 o de maior concentração de capital externo visto que os empréstimos e importação financiada se incluem, fato que eleva o fluxo de capital estrangeiro.

Em relação a conjuntura brasileira o fluxo de capital estrangeiro aumentou em ambas as escalas, com queda entre 2008-2009 relacionado principalmente a baixa na participação de países centrais como EUA, Japão e Países Baixos devido a crise de 2008.

O aparecimento de países como a China em 2006, assim como Holanda, Ilhas Cayman, Alemanha entre outros, deve-se ao fluxos de capital externo principalmente para importação financiada e empréstimos. Estes tipos de investimentos externos ajudaram a alavancar os estoques de IED no estado do MS. Países como Bermudas que apenas no ano de 2007 por via da Fluviomar Ltda fez empréstimos para a CINCO - Cia. Interamericana de Navegação e Comércio que juntos somaram mais de US\$ 2.4 milhões.

Outra forma de ingresso foi a partir do pagamento ou renovação antecipada de exportação como o caso da ABN AMRO BANK da Holanda que em maio de 2008 pagou a Usina Eldorado S/A US\$ 40 milhões. Esse tipo de ingresso é feito a partir de contratos entre governo e empresas ou entre as próprias empresas, o maior número em renovação antecipada no caso brasileiro aparece a partir do vencimento das concessões. Esses e outros valores juntos aumentaram ainda mais o estoque de IED do estado, mas o que pode ser apontado é que a maior entrada de IED deve-se pelas importações financiadas e empréstimos assim como o pagamento antecipado da exportação.

As principais atividades ligadas à indústria e ao fluxo de IED já no último período estão ligadas principalmente aos produtos alimentícios com US\$ 473 milhões; produtos químicos US\$ 104 milhões; produtos de borracha e de material plástico US\$ 100 milhões e máquinas e equipamentos US\$ 10 milhões despontam de acordo com o censo de capitais estrangeiro com ano base 2010 do (BACEN, 2014), levando em consideração que determinadas variáveis não foram apresentadas sendo classificadas como "Outros" somando total de US\$ 3.159 milhões.

O objetivo de apresentar esses dados foi o de demonstrar que as variações dos fluxos de IED em determinada região se mobilizam de acordo com o crescimento seja da indústria, dos serviços ou da agropecuária. O Quadro 10 pode demonstrar o quanto esse processo de investimentos é dinâmico visto que países que não apresentaram volume no estoque em determinado ano, aparecem com um alto valor em outro como o caso da Finlândia que em 2010 contabilizou US\$ 170 milhões.

3.2.1 - Da expansão a concentração: a espacialização dos fluxos de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul

No item anterior apresentamos a evolução dos estoques de IED no MS a partir de 1995 apresentando os países de origem e algumas das causas que proporcionaram o acréscimo do IED no estoque no decorrer dos anos.

Esta parte a análise será voltada para a espacialização dos fluxos de capitais estrangeiros nesta Unidade da Federação a partir do início da década de 2000, visto que os dados levantados acerca das empresas receptoras, empresas de origem assim como o montante começou a ser registrado apenas a partir de outubro de 2000 com os registros de capitais estrangeiros do BACEN.

A análise será feita a partir de três recortes temporais: o primeiro, de 2000 a 2005, o segundo, de 2006 a 2010 e, por último, fazendo uma análise mais ampla fecharemos a análise da década entre 2000 a 2010.

Acerca do IED entre os anos de 2000-2005, podemos afirmar que a maior concentração deste tipo de investimento no MS estava concentrada no setor da mineração em Corumbá com a Mineradora Corumbaense Reunida S/A que recebe pelo ABN AMRO BANK da Bélgica R\$ 131.040 milhões em 2001, e da RIO TINTO EUROPEAN R\$ 27.450 milhões do Reino Unido em 2004, somando R\$ 158.849 milhões no período de cinco anos. Outros dois municípios que apresentam alto valor principalmente no setor sucro-álcool-energético são Maracajú pela Usina Maracajú que recebeu entre os anos de 2004 e 2005 por via da empresa INTER-AMERICAN INVESTIMENTOS dos EUA mais de R\$ 34 milhões, e em Brasilândia, a ENERGÉTICA BRASILÂNDIA LTDA recebeu da CSI LATINA FINANCIA o montante de R\$ 13 milhões de reais.

Na agropecuária, diferente da mineração e do sucro-álcool-energético percebemos maior expansão, estando presente em municípios como Campo Grande com importações financiadas a Cooperativa COABRA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL com investimentos advindos da Holanda com o ABN AMRO BANK N.V. em 2003 com R\$ 12. 3 milhões e a CONAGRA dos EUA, recebendo em 2005 um montante de R\$ 230 milhões.

Outros municípios como Dourados, Costa Rica, Bataguassu, Maracajú e Ponta Porã também recebem números significativos de IED advindos de diferentes países. Em 2002, Dourados pela COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA recebeu do Banco do Brasil das Ilhas Cayman R\$ 14 milhões; em 2005, o município de Costa Rica pela Agropecuária São Marcos LTDA recebe da AGRIPARTES S/A, de Luxemburgo R\$ 1.3 milhões.

Maracajú além de receber elevado volume de IED no setor sucro-álcool-energético, também recebeu pelo agropecuário, em 2004 somente pela Sta. Fé AGROPASTORIL LTDA recebeu do CREDIT LYONNAIS do Uruguai R\$ 13.5 milhões, o que destaca também de certa forma a importância que o setor energético tem para o município.

Na indústria, podemos afirmar que os dois principais municípios receptores são Três Lagoas e Campo Grande. Os demais como Amambaí, Bataguassu e Corumbá também recebem, porém em menor número que os dois já citados.

O caso do município de Três Lagoas o principal setor é o têxtil. Empresas como AVANTI, NELLITEX e AFIL IMPORTAÇÃO recebem investimentos de países como França (STAULBLI LYON), Reino Unido (CONTINENTAL PARTNER) e Luxemburgo (BANQUE LBLUX S/A).

Em Campo Grande, as atividades já se diversificam, sendo representadas por empresas como a importadora DE SUTTER DO BRASIL LTDA; do ramo dos laticínios a IMBAÚBA LATICÍNIOS S/A e PRATA 1000 IND. E COM. LTDA do comércio de equipamentos industriais. Acerca da origem dos investimentos temos países como a Bélgica (Petter Jam M A Sutter), Itália (CASEARIA BRAZZALE) e Japão com a *trading* YAMAZAKI MAZAK.

Nos demais municípios citados os investimentos se concentram no ramo alimentício em Amambaí com a FRIBAI - FRIGORIFICO VALE DO AMAMBAÍ LTDA e AMAMBAÍ ALIMENTOS LTDA. ambas recebendo investimentos advindos dos EUA pela financeira CSI LATINA FINANCIA. Em Bataguassu, está presente o

grupo MARFRIG, frigorífico do ramo de alimentos que hoje pertence ao grupo JBS S/A que em 2004 recebeu R\$ 503 milhões pela ONYC S/A do Uruguai. Já diferente dos demais, Corumbá tem como indústria presente em 2001 a CIA. CIMENTO PORTLAND ITAU, sendo financiada pelo grupo VOTORANTRADE NV das Antilhas Holandesas.

No que diz respeito ao período de 2000-2005, podemos afirmar que o maior valor está na mineração unicamente em Corumbá, seguido pela expansão da agropecuária em outros municípios e o sucro-álcool-energético em Maracajú e Brasilândia. Alguns municípios apresentam dados acerca do capital estrangeiro neste período porém buscamos destacar os mais expressivos formando uma rede de fluxos de capital externo no território estadual.

A Figura 12 apresenta a espacialização dos capitais estrangeiros no estado do MS no período entre 2000-2005.

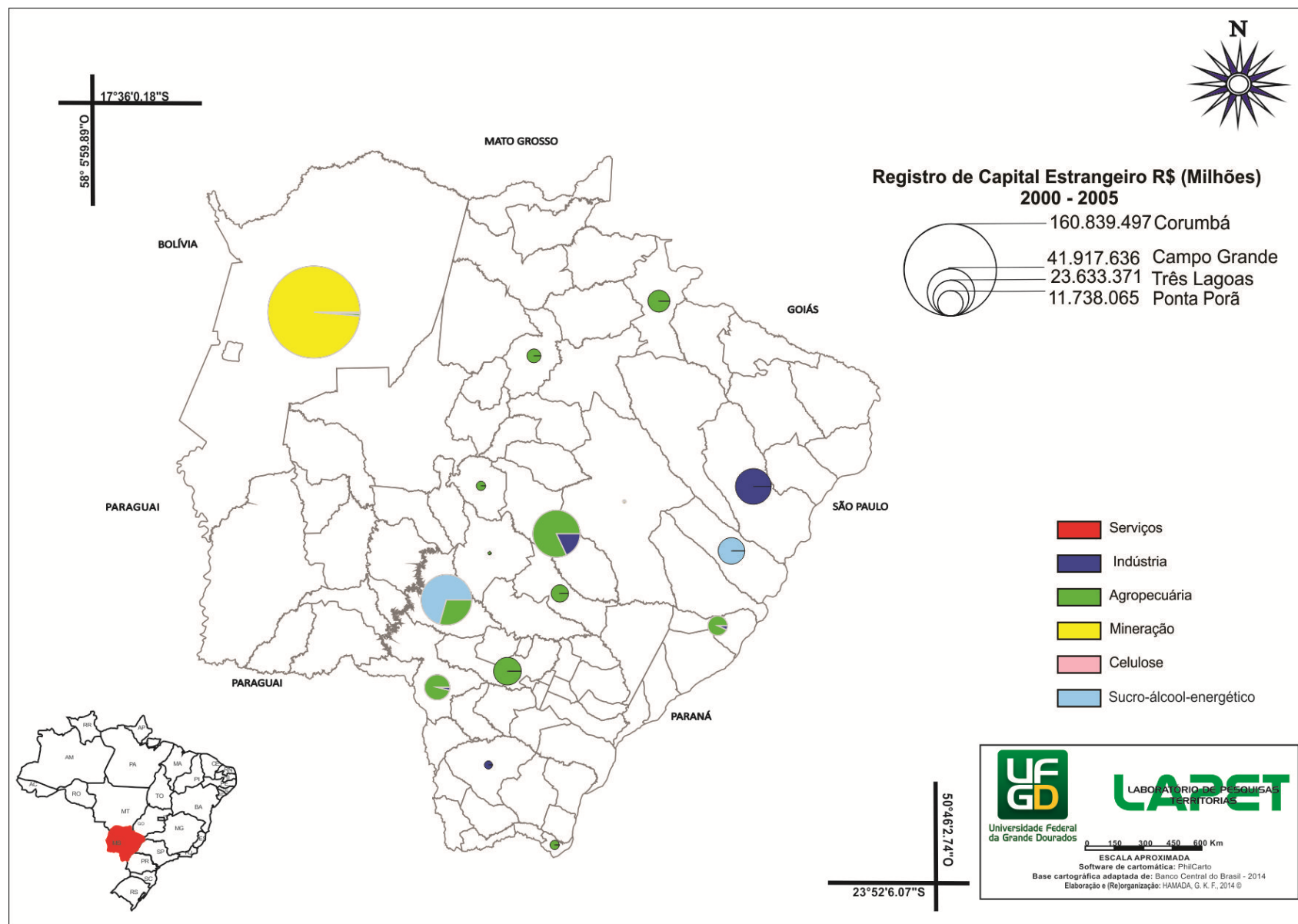


Figura 12 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2000 - 2005)

A expansão do capital externo no MS entre o período de 2000-2005 se deu em maior número na mineração, seguido pela agropecuária e sucro-álcool-energético, essa evolução nos faz lembrarmos dos principais produtos que são exportados pelo estado. Entre o mesmo período os principais produtos de exportação foram a soja, carnes desossadas e minério ferro, o que acrescenta ainda mais como os fluxos de IED estavam se direcionando neste período, principalmente para financiamento de importações e pagamento adiantado das exportações.

No período de 2006-2010 diferentemente do anterior, os investimentos em seu maior número se direcionaram para o complexo de papel e celulose em Três Lagoas e se concentrando na porção central e sul estadual em seu maior volume no setor sucro-álcool-energético. A mineração em Corumbá ganha força aumentando mais de R\$ 40 milhões neste período em relação ao anterior, assim como os serviços passam a aparecer em maior volume tanto em Corumbá como em Campo Grande.

O que iremos perceber é que o crescimento da indústria em relação aos capitais estrangeiros vai aumentando nas cidades de Três Lagoas e Campo Grande. Em relação ao período anterior o crescimento da participação do capital externo na indústria de Campo Grande cresceu mais de 15 vezes passando de R\$ 7.5 milhões entre 2000-2005 para R\$ 119 milhões em 2006-2010. Tal crescimento deve-se ao "aparecimento" da China no mercado sul-matogrossense com um fluxo de mais de R\$ 112 milhões em 2009 entre a POSCO IND. COMÉRCIO IMP. e EXP. LTDA do ramo de produtos de limpeza e SHANGAI ALA Internacional.

Em Três Lagoas, o crescimento da indústria relacionado ao capital externo mais que triplica no mesmo período, Esse crescimento foi movido principalmente pela indústria de materiais plásticos, têxteis e produtos em aço. A opção por separar a indústria do complexo celulose foi feita pra demonstrar a quantidade de capital externo que este tipo de indústria traz consigo.

Em relação a indústria de materiais plásticos, a principal empresa receptora é EMPLAL COM. Embalagens Plásticas LTDA. que recebeu entre 2006-2010 capital de países como Itália e Alemanha principalmente, totalizando mais de R\$ 10.6 milhões em capital, sendo que o principal financiador foi o alemão LANDESBANK BADEN-WU.

Na indústria têxtil, a principal empresa de Três Lagoas é a SULTAN IND. e COM. de ART. TÊXTEIS, recebendo por via de importação financiada quase R\$ 4 milhões da Alemanha pela empresa RIETER INGOLSTADT de manufaturados têxteis.

Outro setor de importância para o crescimento do município neste período foi o

da indústria do aço com a FERAL Metalúrgica LTDA somando quase R\$ 7 milhões com pagamentos de países como Itália (TEAM MECCANICA SPA do ramo de motores a combustão) e EUA (Banco Itaú S/A).

Outros municípios como Bataguassu, Itaporã também tiveram importância no que diz respeito a recepção do capital externo. O caso de Bataguassu é de um crescimento em cinco anos, vinte seis vezes maior. A empresa receptora foi a MARFRIG do ramo de carne bovina que recebeu pagamento por via de importação financiada cerca de R\$ 13.577 milhões da AVN AIR LLC de serviços de aviação dos EUA em 2006 e 2008. Em Itaporã, a empresa MAR e TERRA IND. E COM. de Pescados LTDA. recebeu da CARRICK INVESTMENTS das Ilhas Virgens mais de R\$ 24 milhões de pagamento antecipado de exportação entre 2007/2008.

Percebe-se que os fluxos de capital na indústria estão acumulados em alguns municípios sul-matogrossense, alguns mais concentrados como o caso de Três Lagoas e Campo Grande; outros mais isolados como Itaporã apenas com a indústria de pesca e Paranaíba com a METALGEAR CRYSTAL TECNOLOGIA DE METAIS LTDA. que opera com importações e mercado externo. Essa concentração gerou no período desses cinco anos a soma de R\$ 242 milhões valor maior que serviços e agropecuária com R\$ 81 e 66 milhões respectivamente no MS.

Acerca dos serviços a maior concentração esteve em Campo Grande e Corumbá. Em Campo Grande o fluxo de capital mais que duplicou entre 2006-2010 passando de R\$ 9 milhões em 2000-2005 para R\$ 21 milhões. A maior concentração esteve na importação de equipamentos de radiologia e comércio de importação via pessoa jurídica. No caso de Corumbá o aumento foi ainda maior, apresentando um volume de R\$ 756 mil entre 2000-2005 o fluxo de capital passa entre 2006-2010 para R\$ 29 milhões, um aumento 38 vezes maior. Tal volume relaciona-se principalmente à empréstimos intercompanhias entre a CINCO - CIA. INTERAMERICANA DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO com a FLUVIOMAR INTERNACIONAL LTDA. de Bermudas somando mais de R\$ 15 milhões entre 2007-2008; a Transportadora Visão também com empréstimos principalmente advindos de Hong Kong somaram R\$ 2.3 milhões o que proporcionou o aumento do estoque de IED nos serviços, mas por via dos empréstimos em Corumbá.

Com relação a setor agropecuário, entre o período de 2000-2005 para 2006-2010 houve uma queda 57% no total de investimentos decaindo de R\$ 104 milhões para R\$ 66 milhões, isso se deu devido ao fato da queda de cerca de R\$ 14.7 milhões nos

fluxos em de importação financiada no município de Campo Grande, assim como também Bataguassu com baixa de R\$ 4.7 milhões. Outros municípios também apresentaram queda como o caso de Corumbá e Terenos que passam a não mais somar neste setor.

Outros municípios como Chapadão do Sul e Rio Brillhante acabaram por se destacar pelo fato de ambos não apareceram entre os anos de 2000-2005, mas estarem presentes no volume acrescido entre 2006-2010, principalmente em Chapadão do Sul que deve-se pelo empréstimo do grupo JP MORGAN CHASE BANK dos EUA para RIBEIRÃO Agropecuária que totalizou R\$ 22.7 milhões em 2008, assim como em Rio Brillhante por pessoa jurídica recebeu das Ilhas Cayman pelo Banco Bradesco S/A o montante de R\$ 5.9 milhões .

Sobre o setor da mineração o alto volume ficou com empréstimos da MINERADORA CORUMBAENSE REUNIDA S/A advindos da Holanda pelo ABN AMRO BANK N.V e pelos EUA pelo HSBC BANK somando mais de R\$ 200 milhões.

Acerca do setor sucro-álcool-energético temos um aumento considerável em relação aos anos anteriores de análise. A expansão principalmente entre a porção central e sul do Mato Grosso do Sul provocou um acréscimo considerável no estoque de IED neste setor. Os altos valores principalmente de empréstimos elevaram nos municípios a presença do capital externo, em comparação a 2000 - 2005 que somou R\$ 47 milhões os anos entre 2006 - 2010 apresentaram um total de R\$ 820 milhões, valor 17 vezes maior que os anos anteriores.

A expansão das usinas em outros municípios, algo que no período anterior era concentrado apenas em Brasilândia, Maracajú e Ribas do Rio Pardo em menor valor. Neste período de análise outros seis municípios aparecem com valor concentrado principalmente de empréstimos. Estão inclusos além dos apresentados Angélica, Bataguassu, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina e Ponta Porã.

Como objeto de análise será destacada ANGÉLICA AGROENERGIA LTDA. do município de Angélica que entre 2008-2010 fez empréstimo de R\$ 360 milhões pelo RABOBANK CURAÇAO das Antilhas Holandesas e pelo DEUTSCHE BANK do Reino Unido. A Usina Naviraí S/A - Açúcar e Álcool pelo empréstimo de R\$ 300 milhões pelo Banco Bradesco S/A e Banco Santander das Ilhas Cayman. Nova Andradina com a CERONA - Companhia de Energia Renovável com valor de empréstimo recebido entre os anos de 2008 -2009 de quase R\$ 32 milhões pela BRAZILIAN ENERGY dos EUA.

Ponta Porã e Nova Alvorada do Sul com valores únicos o primeiro, em 2006 com empréstimo cedido a MONTEVERDE AGROENERGÉTICA S/A pelo CREDIT LYONNAIS do Uruguai num valor de R\$ 2.2 milhões, em Nova Alvorada do Sul, o empréstimo concedido em 2010 de R\$ 72.1 milhões pelo Banco Santander S/A das Ilhas Cayman à AGRO ENERGIA STA. LUZIA.

O complexo de celulose ficou por último por se tratar de ser um tipo de indústria que para o estado do MS está ganhando força com as duas principais empresas FIBRIA, inaugurada em 2006 e ELDORADO Brasil em 2012. Acerca do volume de capital externo neste setor entre 2008 e 2010 o valor disponibilizado foi de R\$ 433 milhões, montante que entre os anos foram levantados pela empresa VCP - MS CELULOSE SUL - MATOGROSSENSE LTDA do grupo VOTARANTIM com fluxos de capital vindo de países como a Itália pela KOALA Internacional somando R\$ 51 milhões e, pela FINNISH EXPORT CREDIT da Finlândia que particularmente somou mais de R\$ 381 milhões apenas no ano de 2010.

Sobre os investimentos apresentados entre o período de 2006-2010, podemos afirmar que o aparecimento do complexo celulose no município de Três Lagoas alavancou não somente o número de exportações principalmente a partir de 2008, mas também o fluxo de capital externo vindo diretamente para empréstimos no caso da celulose e também no setor sucro-álcool-energético. O financiamento para a instalação de plantas da indústria como o caso da VCP Celulose que inicia suas atividades em 2009, proporcionou a segunda maior quantia em volume de IED, ficando atrás apenas do setor energético alcooleiro que contabilizou R\$ 820 milhões entre os cinco anos.

Em comparação ao período anterior de 2000-2005 os dados demonstram em análise geral que o setor de serviços decresceu passando de R\$ 83 milhões para R\$ 56 milhões um queda de 45% nos últimos cinco anos. A o de agropecuária, por sua vez, também teve decréscimo passou de R\$ 104 milhões para R\$ 66 milhões, uma queda de R\$ 38 milhões, os outros setores mantiveram taxa de crescimento no montante de capital externo. A indústria apresenta crescimento sete vezes maior e o sucro-álcool-energético 17 vezes.

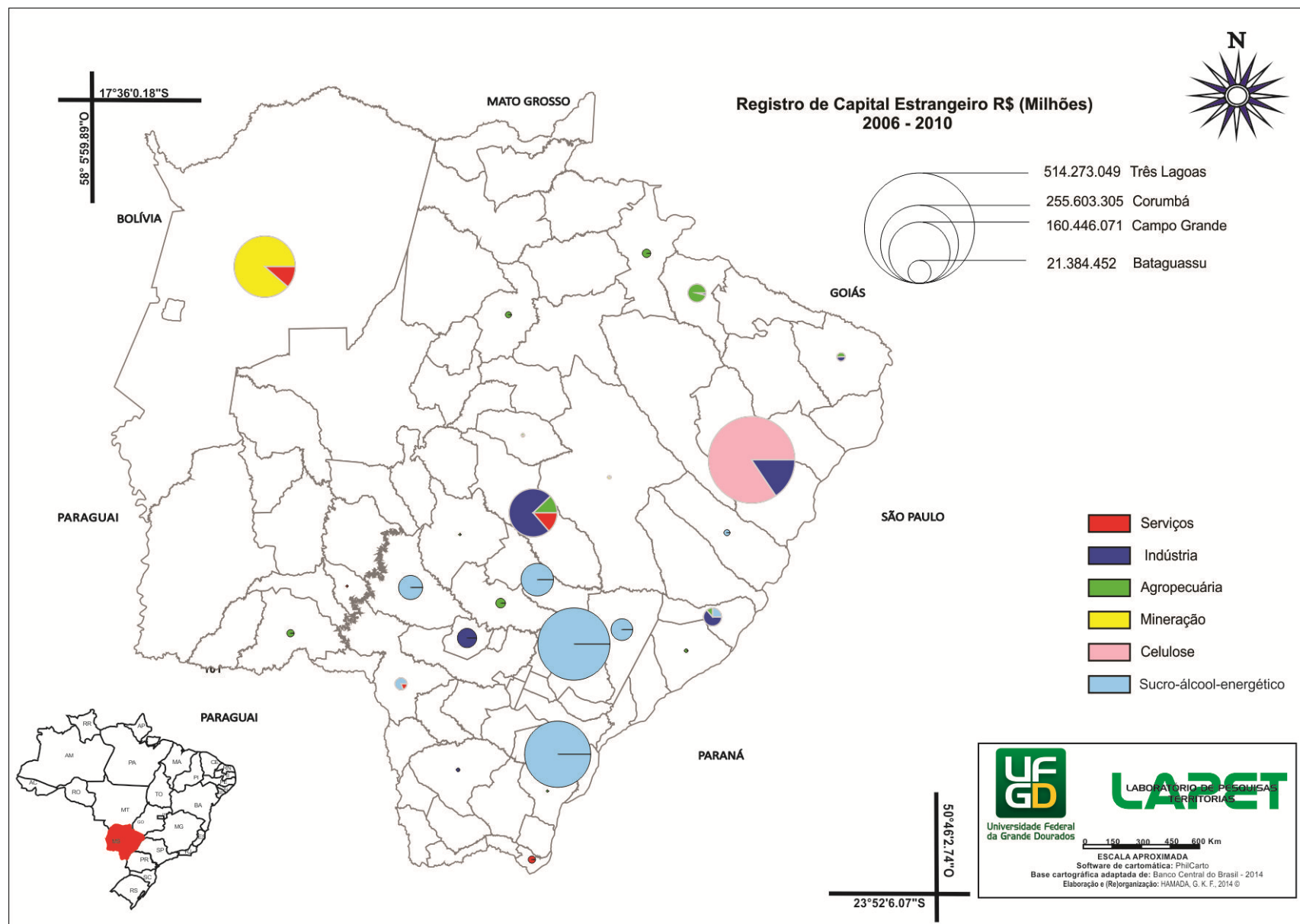


Figura 13 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2006 - 2010)

Até agora dividimos a análise em dois períodos: o primeiro de 2000-2005 e o segundo de 2006-2010 analisando separadamente cada período. Neste terceiro momento iremos fazer uma análise geral dos investimentos externos presentes na década de 2000 no MS.

Como já apresentado anteriormente os dados sobre o fluxo de capital externo estão concentrados em empréstimos e importação financiada. Nesta Unidade da Federação esses tipos de capital externo estão relacionados principalmente aos setores sucro-álcool-energético, mineração e mais recentemente o complexo celulose.

Como já observado Campo Grande é a que concentra a maior diversidade dos setores e fluxos de capital predominantemente a agropecuária, serviços e destaque para indústria que soma mais 40% no município. Três Lagoas e Corumbá são os outros dois municípios com alto valor de capital externo, porém esse índice está concentrado em apenas dois setores, no caso de Três Lagoas a indústria principalmente a têxtil e o complexo de papel e celulose que aparece no município apenas a partir de 2008 com a VCP - Celulose do grupo Votorantin. Corumbá com a CINCO - CIA INTERAMERICANA DE NAVEGAÇÃO no setor de serviços e a MINERADORA CORUMBAENSE REUNIDA S/A (Vale) na mineração.

Outros municípios por mais que tenham um alto valor como o caso de Angélica e Naviraí, são apenas representados um único setor. Referimo-nos ao sucro-álcool-energético que soma quase R\$ 900 milhões no período de dez anos, esse valor foi elevado devido ao aumento da participação entre os anos de 2006-2010.

O que se observa é um elevado fluxo de capital para setores primários ou de semimanufaturados no MS, a falta de fábricas de alta tecnologia como de *microchips* e a expansão da produção dos *commodities* proporciona uma baixa nos investimentos em parques industriais que demandam alta tecnologia. Campo Grande mesmo concentrando a indústria e serviços, não tem força suficiente para alavancar os valores de capital externo na indústria.

A presença do complexo celulose a partir de 2008 dá um novo impulso ao MS, visto que os maiores valores de exportação vem de empresas como FIBRIA e ELDORADO BRASIL presentes em Três Lagoas. A expansão da indústria não somente de celulose mas também têxtil e de aço proporciona ao município a maior arrecadação na indústria estadual.

O que mostra a Figura 14 é a formação de um arco entre Corumbá e Três Lagoas impulsionado pela mineração, celulose e sucro-álcool-energético, cortando toda a

porção sul estadual, deixando apenas alguns pontos relevantes na agropecuária na parte norte entre os municípios de Chapadão do Sul e Costa Rica. Porém, vale ressaltar que mesmo o setor agropecuário não sendo o dominante nos fluxos de capital externo, é a soja o maior número de exportação do estado, seguido por pasta química de madeira (MDIC, 2014).

O que observamos neste capítulo é que a concentração na produção de soja e a expansão da celulose juntamente com os frigoríficos alavancaram a exportação do MS principalmente para países como China, Itália e Argentina. Acerca das importações fato notável é que EUA, China e Itália são países que despontam como grandes importadores para o estado, assim como tem grande participação nos fluxos de capital externo.

Também foi constatado que o maior fluxo de capital externo no estado vem a partir de empréstimos ou importação financiada. Ambos se tornam relevantes pois proporcionam não somente a importação de equipamentos para a planta da fábrica como também a construção da planta.

Países como a China, Holanda, Itália dentre outros mais, atuam como financiadores e também como importadores do MS. A participação na receita estadual, balança comercial etc. potencializam uma ambígua expansão de relações mercadológicas que por um lado, quanto mais consolidadas melhores são as ações e o fluxo de capital aplicado, por outro a falta de outras vias ou mercados internacionais num período de crise pode gerar baixa nas exportações, além do enfraquecimento do próprio mercado interno visto que esses tipos de produção como o caso dos grãos, açúcares assim como o minério estão diretamente à sua exportação.

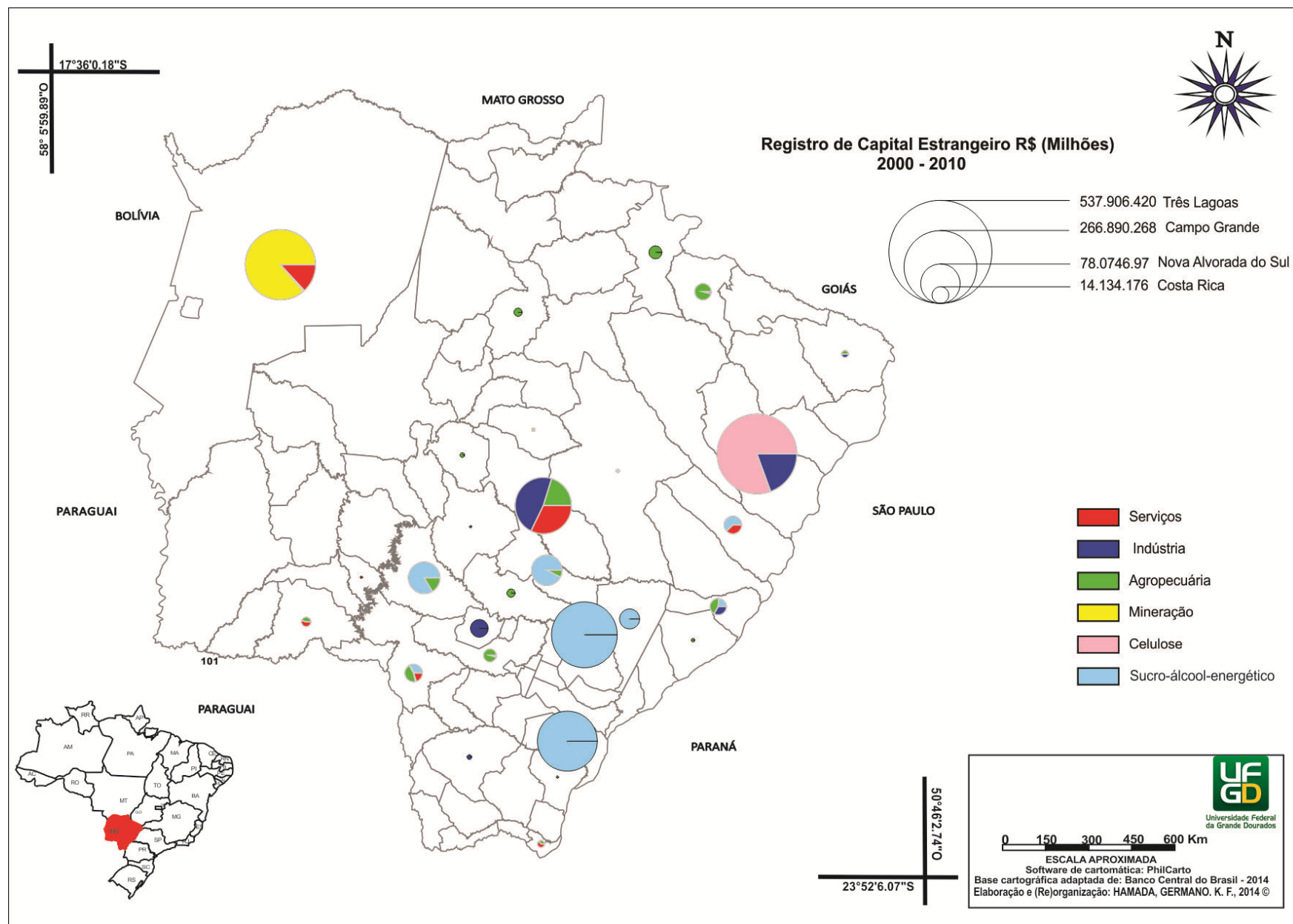


Figura 14 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2000 - 2010)

4 - CONCLUSÃO

O trabalho apresentou os fluxos de IED no Mato Grosso do Sul a partir de dois momentos: o primeiro, apresentando os países de origem de 1995 a 2010 através dos censos de capitais estrangeiros gerados pelo BACEN de cinco em cinco anos a partir de 1995. E o segundo, apresentando a espacialização desses investimentos nesta Unidade da Federação que compõem através dos registros de capitais estrangeiros, os quais foram levantados a empresa de origem, assim como o país, empresa receptora e montante acumulado.

O que podemos concluir a partir das análises é que os índices de capital externo no MS aumentam a partir de 2005, como desdobramento do aumento advindo de países como EUA, Hong Kong, Itália e Reino Unido entre outros que elevaram expressivamente a quantidade de IED, somando um total do fluxo de IED entre o período de 2005-2010 de US\$ 842 milhões de dólares cerca de 23 vezes maior que o período de 2000-2005 com apenas US\$ 35 milhões.

Outro fato notável é a maior participação de outros países além dos citados visto que em 1995 o estado teve participação de apenas 9 países, passando em 2000 para 12, 2005, 14 e em 2010, 27 países. Esse aumento da participação de outros países, juntamente com o elevado fluxo entre 2005 - 2010, proporcionou um acréscimo de capital externo nas indústrias através de importações financiadas e empréstimos. Isso representa maior exposição do estado aos fluxos internacionais.

Acerca dos setores da economia sul-matogrossense o que se constatou é que apesar da alto índice de exportação de soja até mesmo triturada, no setor agropecuário que se encontrava em evidência no período anterior a 2005, houve destaque para a expansão dos investimentos nas atividades sucro-álcool-energéticas, que é o maior destaque do agronegócio em termos de atração de recursos internacionais. Isso ajuda a explicar o potencial econômico de expansão física das unidades fabris, com implantação de novas plantas industriais e aumento da área arrendada, em consonância com a demanda açúcar/etanol.

A participação do capital no setor sucro-álcool-energético elevou os valores presentes, apresentando forte concentração entre os anos de 2008 a 2010, somando quase R\$ 900 milhões, fator que foi determinante para a incorporação dos municípios

de Nova Alvorada do Sul, Maracaju, Angélica, Nova Andradina, Brasilândia, Bataguassu, Ponta Porã e Naviraí, além da participação de Campo Grande.

A atividade da mineração, concentrada nos municípios de Corumbá e Ladário, que totalizou cerca de R\$ 361 milhões teve uma leve evolução no decorrer dos anos. Da mesma forma a indústria presente nas cidades de Campo Grande, Três Lagoas e Itaporã somando R\$ 269 milhões apesar do alto montante percebe-se que ainda encontra-se muito inferior na participação em relação ao setor sucro-álcool-energético e de mineração. O único setor da economia, como já discutido, a ter um decréscimo entre os anos examinados foi o dos serviços, que mesmo com a expansão dos empréstimos no ramo do transporte e navegação pela CINCO de Corumbá os valores ainda continuaram muito inferiores aos demais.

O mapa síntese para o conjunto do período de 2000 a 2010 (Figura 14) confirma o protagonismo e a relevância dos setores da agropecuária, com destaque para o sucro-álcool-energético. As usinas se concentram nos municípios da porção sul estadual. Dourados, apesar de exercer um papel de fornecedor de bens e serviços para os municípios do entorno, conhecidos como região da "Grande Dourados", é um município que recebeu poucos investimentos em serviços (R\$ 628 mil). A agropecuária captou R\$ 14 milhões e nenhum para o sucro-álcool-energético nem para atividades industriais no período. Houve um destaque para a área da saúde, com investimentos em equipamentos médicos.

A capital Campo Grande, pela densidade técnica, política e econômica, acaba tendo essa diversidade também representada pelos investimentos, pois há uma distribuição entre serviços, indústria, sucro-álcool-energético, faltando apenas dois conjuntos que são as atividades da mineração (concentrada no município de ocorrência da exploração de ferro e manganês) e celulose, em Três Lagoas.

A pesquisa conclui que a maior participação do capital externo no MS está através de empréstimos e importação financiada. As principais cidades no fluxo são Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Maracajú, Angélica, Naviraí e Bataguassu. Os principais países em montante foram: Ilhas Cayman, EUA, Finlândia, Holanda, Reino Unido e Itália que principalmente a partir de 2005 com exceção dos EUA começaram a apresentar valores elevados apenas no período de 2005 a 2010.

Concluída esta fase, a pesquisa espera ter contribuído para o início da discussão sobre IED no Mato Grosso do Sul e deixa a base de dados para futuros e necessários trabalhos sobre os investimentos, pois as informações até então levantadas permitem

ampliar a agenda de pesquisa e colocam novas questões para a investigação, sobre a qualidade desses investimentos para a população residente, os retornos em termos de formação de capital e as transformações na estrutura produtiva regional.

5 - REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. **A internacionalização da economia chinesa - a dimensão do investimento direto.** Disponível em: http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/3BCCCHINAINVESTIMENTOS_20130524125305.pdf . Acesso em fevereiro 2014.

ALVES, C. L. B. LIMA, C. C. S. de. Dinâmica do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil: evidências recentes de um fenômeno econômico consolidado. **Sociedade Brasileira de economia e política.** Niterói, 2009. Disponível em: < <http://www.sep.org.br/artigos> > . Acesso em: 15 fev. 2014.

ANTUNES, D. J. N. O Brasil dos anos 90: um balanço. **Leituras de Economia Política.** Campinas, v.?, n. 9, p. 63 - 89, Dez. 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. "**Censo de capitais estrangeiros**". Disponível em: www.bacen.gov.br. Acesso em março 2013

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Notas técnicas do Banco Central do Brasil.** Disponível em: www.bcb.gov.br/pec/notastecnicas/port/2001nt01bpm5p.pdf. Acesso em março 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório anual 2010.** Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em março 2013.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Privatização no Brasil.** Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/especial/Priv_Gov.PDF . Acesso em março 2013.

BANDEIRA, L. A. M. **Geopolítica e política exterior:** EUA, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. Disponível em: www.funag.gov.br.

BANESTES. **Importação Financiada.** Disponível em: http://www.banestes.com.br/pessoa_juridica/cambio/cambio_importacao_financiada.html . Acesso em fevereiro 2014.

BERTHOLI, A. **O lugar da pecuária na formação sócio-espacial sul-mato-grossense.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 2006.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado:** um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2003.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL - CHINA. **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil 2007 - 2012.** Disponível em: http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_2007-2012_-_digital_1.pdf . Acesso em fevereiro 2014.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, P. A. Breves notas sobre políticas econômicas e gestão do território no Brasil. In: VESTENA, L. et. al (org.). **Saberes geográficos: teoria e aplicações**. Guarapuava: UNICENTRO. 2009. p. 89-104.

FERNANDES, E. A. CAMPOS, A. C. Investimento direto estrangeiro e o desempenho das exportações brasileiras. **Revista de Economia Política**. vol. 28, nº 3, p. 490-509, julho-setembro, 2008.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. O nó econômico. In: SADER, Emir (org.) **Os porquês da desordem mundial – mestres explicam a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

GONÇALVES, R. POMAR, V. **O Brasil endividado: como nossa dívida aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 47p.

GREGORY, D. OLIVEIRA, M. F. B. A. **O desenvolvimento de ambiente favorável no Brasil para a atração de investimento estrangeiro direto**. 2005. Disponível em: http://www.cebri.org/midia/documentos/238_PDF.pdf . Acesso em fevereiro 2014.

GREICO, F. A. **O Brasil e a globalização econômica**. São Paulo: Aduaneiras, 1997.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE. **Mato Grosso do Sul - MS**. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=ms . Acesso em fevereiro 2014.

LAMOSO, L. A infraestrutura como elemento organizador do território. In: SILVEIRA, Márcio et. al. (orgs.) **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo : Expressão Popular, 2010.

_____. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul - Brasil. **Mercator**. Fortaleza, v. 10, n. 21, p.33-47, jan./abr. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. "**Comércio exterior**". Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/>. Acesso em fevereiro 2014.

MIRANDA, J. C. MARTINS, L. Fusões e aquisições de empresas no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, n. 14: 67-88, 2000.

MORAES, O. J. **Investimento estrangeiro direto no Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

PÊGO FILHO, B. CÂNDIDO JUNIOR, J. O. PEREIRA, F. **Investimento e Financiamento da Infraestrutura no Brasil: 1990/2002**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0680.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2011.

PAULA, N. M. MAZZETTO, T. S. C. Os fluxos de IDE no Brasil nos anos 1990: uma revisão de literatura à luz das transformações em curso. **Revista de Economia Política**. vol.31, n.3, São Paulo Set. 2011

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, M. Silveira, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 2010.

SENE, E. **Globalização e espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SALVINO JUNIOR, C. Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao PROES. In: **Banco Central do Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2011.

SILVA, C. L. **Investimento Estrangeiro Direto: da dependência à globalização**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005.

SILVA, J. R. FERNADES, F. C. Os novos fluxos de ide para o brasil desde 1995. **Prospectiva e Planejamento**. Vol. 9, nº especial, 2003.

VIDEIRA, S. L. **Globalização financeira: um olhar geográfico sobre a rede dos bancos estrangeiros no Brasil**. Guarapuava: UNICENTRO, 2009. 344 p.: il.

5.1. Outras Fontes

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Privatizacao/historico.html> acessado em 22 de fevereiro de 2011.

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/especial/Priv_Gov.PDF> acessado em 22 de fevereiro de 2011.

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/especial/pnd-port.pdf> acessado em 22 de fevereiro de 2012.

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Privatizacao/pnd.html > acessado em março de 2012.

http://www.spm.embrapa.br/noticias/noticia_completa/148/ > Acesso em fevereiro 2014.

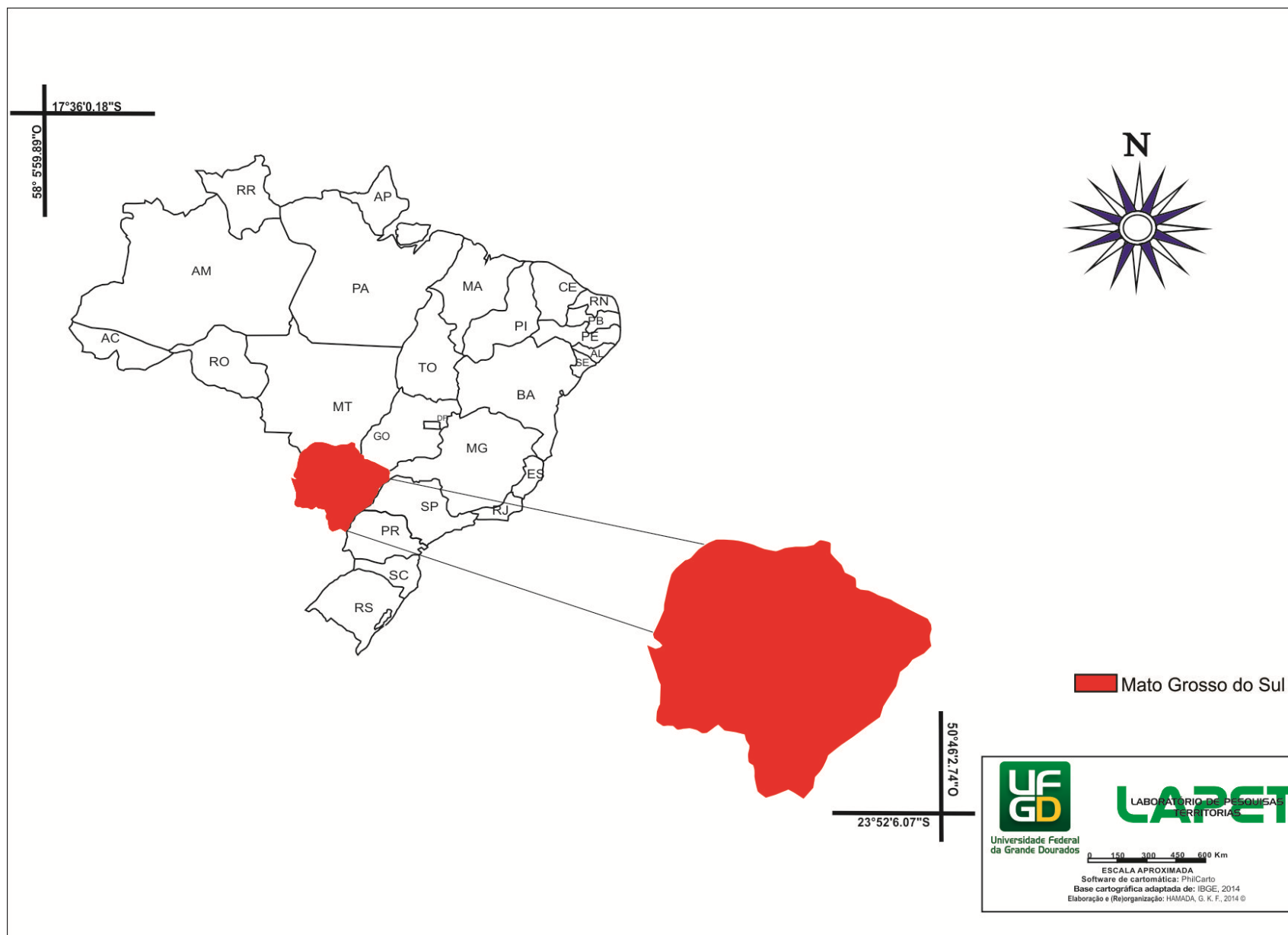
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1068.htm> acessado em 22 de fevereiro de 2011.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm> acessado em 22 de fevereiro de 2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm> acessado em 22 de fevereiro de 2012.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005_2009/pibmunic2005_2009.pdf > acessado em março de 2012.

6 - ANEXOS



ANEXO 1 - Mato Grosso do Sul em relação ao Brasil

ANEXO 2 - Principais empresas exportadoras do Mato Grosso do Sul 2003 - 2013 (US\$)

EMPRESAS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A				-	-	-	-	-	-	1.884.443	594.921.814
ADM DO BRASIL LTDA	28.519.322	44.079.419	141.220.416	89.227.841	146.401.669	253.729.105	200.117.712	213.202.162	231.863.389	339.472.046	501.090.920
JBS S/A		-	-	-	-	74.607.580	82.835.997	263.926.910	300.586.159	367.007.297	485.681.616
BUNGE ALIMENTOS S/A	40.657.118	27.779.312	86.763.809	85.931.433	98.568.999	154.812.985	80.993.472	190.142.883	270.042.811	355.739.550	453.956.942
FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA	-	-	-	-	-	-	-	399.891.940	421.286.279	433.548.834	445.600.859
MINERACAO CORUMBAENSE REUNIDA S.A.	12.218.937	-	-	57.670.385	38.216.689	-	-	185.326.328	379.291.233	289.467.064	414.319.317
COOPERATIVA AGROPECUARIA MOURAOENSE LTDA	-	-	-	-	-	-	-	58.730.435	188.238.118	261.073.729	368.531.488
CARGILL AGRICOLA S A	16.409.355	50.169.339	59.107.378	61.274.507	68.902.878	79.049.409	133.787.288	184.121.843	214.355.103	209.359.082	164.843.349
SEARA ALIMENTOS s/a	95.320.293	95.573.821	120.948.586	77.671.258	115.033.495	183.721.193	151.143.641	187.146.441	249.029.020	167.867.619	156.112.482
TAVARES DE MELO ACUCAR E ALCOOL S/A	-	-	-	-	-	726.229	71.632.574	127.652.173	209.626.632	149.149.582	135.977.324
URUCUM MINERACAO S A	29.518.988	30.300.002	48.271.063	89.227.841	146.401.669	133.870.064	65.221.936	77.070.093	123.520.402	-	-
BERTIN S.A.	-	-	-	-	-	65.526.301	209.120.232	-	-	-	-
VCP-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA.	-	-	-	-	-			-	-	-	-
MINERVA S.A.	-	-	-	-	-	---	74.928.429	-	-	-	-
INDEPENDENCIA ALIMENTOS LTDA	-	-	-	-	-	44.738.004	63.546.601	-	-	-	-
AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUARIA	20.708.303	77.108.975	173.771.323	88.097.209	87.653.046	-	-	-	-	-	-
COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL	3.782.780	16.344.486	30.538.279	39.592.799	65.572.495	-	-	-	-	-	-
GLENCORE IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A	-	-	-	37.987.797	56.558.522	-	-	-	-	-	-
BMZ COUROS LTDA.	-	-	-	55.747.694	43.900.886	-	-	-	-	-	-
FRIBOI LTDA	-	-	-	39.662.314	40.731.303	-	-	-	-	-	-
BOM CHARQUE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	26.330.991	31.431.886	35.721.495	-	-	-	-	-	-	-	-
FRIGORIFICO MARGEN LTDA	11.092.141	39.907.665	50.972.472	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO 3 - Principais países de destino das exportações do Mato Grosso do Sul 2003 - 2013 (US\$ FOB)

PAÍS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ARGENTINA	43.416.587	-	-	94.885.234	75.019.040	207.055.107	102.544.125	303.277.587	574.836.499	331.934.027	434.431.905
ARABIA SAUDITA	-	-	-	37.630.873	56.843.272	115.950.983	80.559.724	96.591.770	125.660.964	-	-
ALEMANHA	43.450.945	77.887.909	54.661.766	-	-	-	-	-	-	-	-
BOLIVIA	-	-	-	-	-	12.712.964	53.788.298	-	-	-	-
CHINA	-	61.655.237	135.549.045	187.716.584	241.377.539	381.170.959	289.476.956	517.723.918	771.521.431	937.093.266	1.619.330.400
COREIA DO SUL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101.012.726	130.194.919
EGITO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.254.593	95.582.530
ESPANHA	25.549.418	-	-	34.368.610	87.530.492	-	-	-	-	-	-
FRANCA	36.178.314	24.983.159	77.299.709	53.597.939	77.197.443	102.034.095	96.712.124	-	-	-	-
HONG KONG	26.861.250	22.395.342	44.462.116	51.287.736	61.149.267	85.022.734	104.894.688	-	-	113.720.697	204.059.575
ITALIA	25.828.511	53.978.204	57.939.547	36.323.453	69.466.898	-	-	142.277.659	115.627.038	95.033.519	269.589.185
IRÃ	-	25.094.677	41.637.925	38.567.919	66.472.429	80.227.863	79.298.180	182.095.876	152.137.410	179.358.282	99.470.826
INDIA	-	-	-	-	-	14.188.796	54.350.856	-	-	-	-
JAPAO	-	28.978.346	33.818.482	-	-	-	-	81.995.634	149.242.608	150.585.554	182.268.253
HOLANDA	37.183.953	27.345.990	121.994.409	61.693.506	115.710.129	105.120.201	96.597.429	206.697.229	234.692.494	171.084.692	315.771.212
REINO UNIDO	20.372.631	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RUSSA, FEDERAÇÃO	45.049.418	57.112.920	109.098.031	-	-	184.921.398	186.628.088	158.788.558	173.695.442	289.178.984	311.518.798
VENEZUELA	-	-	-	-	-	-	-	58.104.580	111.432.461	-	-

ANEXO 4 - Principais países de origem das importações do Mato Grosso do Sul 2003 - 2013 (US\$ FOB)

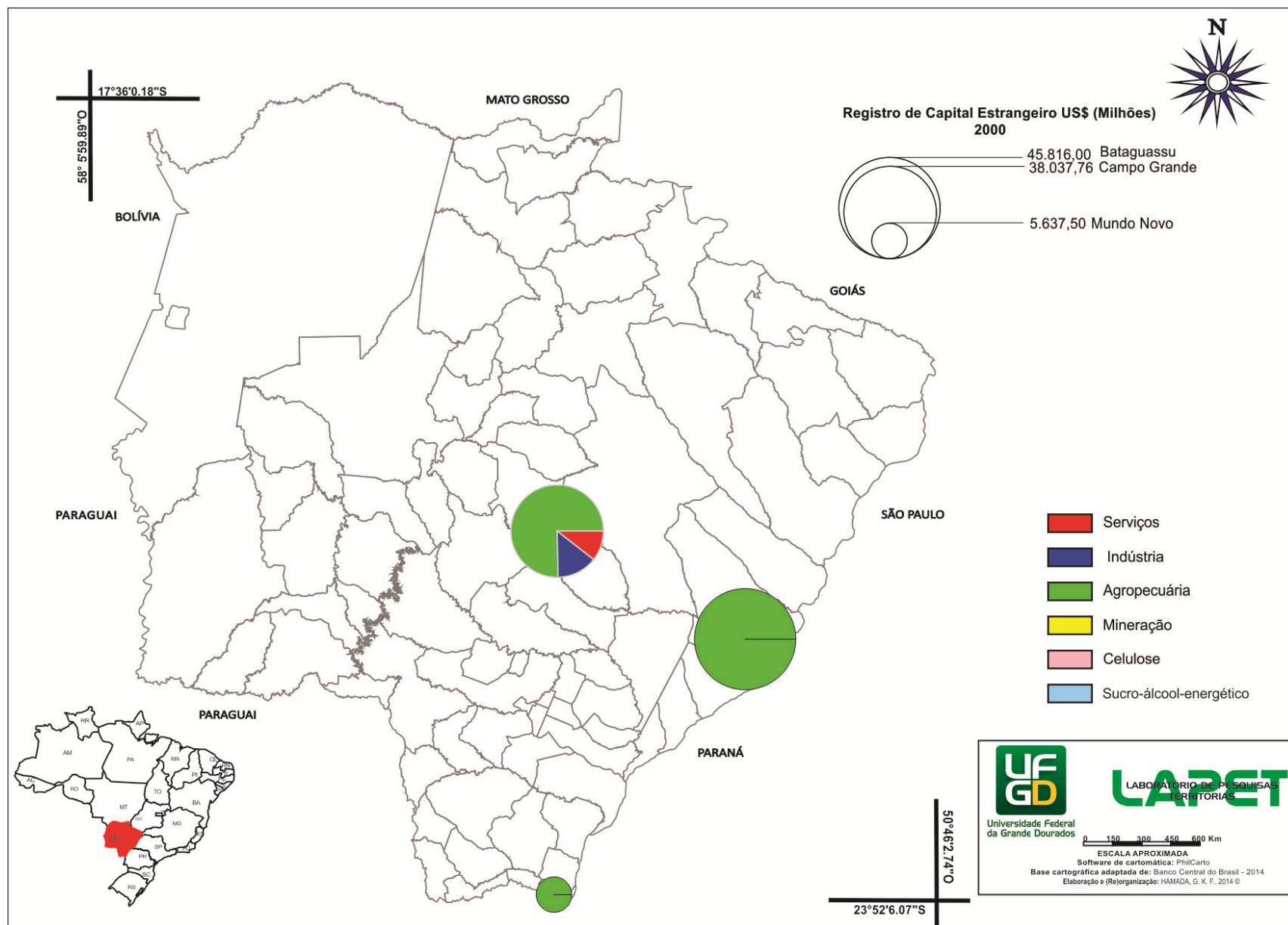
PAÍS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ARGENTINA	24.392.507	32.814.201	51.673.077	52.698.525	87.414.838	87.149.477	50.918.579	74.687.254	94.246.013	115.541.254	106.082.879
AUSTRIA	-	-	-	-	-	3.874.528	45.681.217	-	-	-	-
ALEMANHA	5.624.044	-	-	-	-	13.990.298	61.523.177	-	-	-	-
BOLÍVIA	346.523.400	544.543.364	761.205.744	1.232.891.464	1.445.028.360	2.679.970.134	1.592.578.876	2.133.965.276	2.736.348.337	3.246.527.235	3.686.455.816
CHINA	-	26.565.296	57.454.989	106.229.952	135.268.808	198.983.040	174.336.719	292.572.733	431.723.403	428.653.342	515.868.475
CHILE	13.470.701	30.507.570	48.472.633	98.798.803	133.007.905	184.861.795	137.912.397	273.646.782	321.384.264	288.115.081	257.312.849
ESTADOS UNIDOS	6.038.520	11.693.827	13.573.334	23.425.271	39.316.391	33.996.506	58.898.470	37.611.156	87.963.648	84.161.167	93.272.048
FINLÂNDIA	-	-	-	-	-	15.424.574	170.941.792	-	-	-	-
ITALIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.962.800	62.131.416
INDONESIA	12.303.622	9.980.470	21.705.854	35.231.783	33.468.176	-	-	-	-	57.858.148	59.900.458
ÍNDIA	-	-	-	7.626.961	20.801.926	-	-	64.976.781	74.005.843	-	-
PARAGUAI	22.093.693	-	-	-	-	-	-	30.980.453	78.522.231	109.862.111	118.205.750
PERU	-	-	-	22.197.138	26.131.356	-	-	-	-	-	-
RUSSA, FEDERAÇÃO	7.571.587	9.081.378	11.437.247	15.779.005	39.361.498	-	-	37.008.487	53.234.337	-	-
SUECIA	-	-	-	-	-	2.563.659	47.320.542	-	-	-	-
TAILÂNDIA	-	2.432.435	9.096.566	-	-	-	-	-	-	-	-
TAIWAN (FORMOSA)	11.382.199	21.022.418	13.829.842	-	-	-	-	27.090.494	48.281.394	-	-
URUGUAI	8.836.844	11.410.216	19.742.056	26.173.667	40.003.106	37.724.612	46.131.207	62.266.844	95.553.809	91.523.235	71.098.642

ANEXO 5 - Principais produtos importados no Mato Grosso do Sul 2003 - 2013 (US\$ FOB)

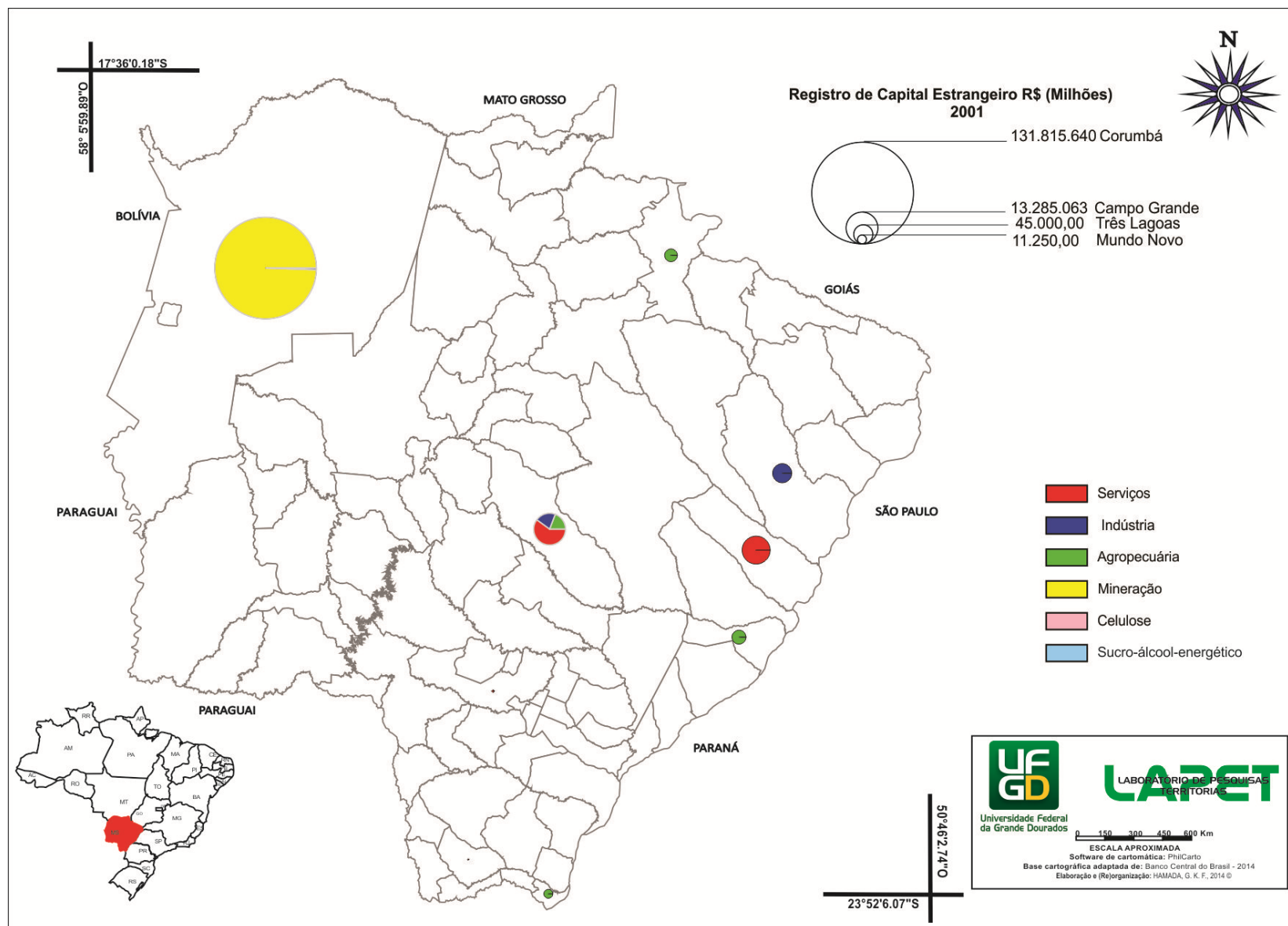
PRODUTOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
GAS NATURAL NO ESTADO GASOSO	345.305.439	530.535.664	753.619.408	1.227.679.997	1.436.886.827	2.674.548.564	1.590.053.386	2.131.673.796	2.732.814.208	3.236.240.930	3.662.863.080
CATODOS DE COBRE REFINADO/SEUS ELEMENTOS	12.269.440	26.693.866	42.854.644	79.319.662	107.896.838	160.540.246	116.246.726	286.380.099	339.214.972	301.274.825	266.388.841
OUTROS CLORETOS DE POTASSIO	10.648.892	12.047.470	18.504.433	19.092.962	36.718.764	75.955.885	68.598.563	63.774.781	84.976.751	77.113.955	95.157.519
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,FRESCAS OU REFRIGERADAS	26.322.076	22.824.140	10.915.080	16.729.317	32.573.324	34.869.349	23.824.313	37.457.999	41.033.929	69.129.402	67.696.172
FIOS TEXTEIS DE POLIESTERES CRUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.636.566	64.333.897
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,CONGELADAS	-	-	-	-	-	-	-	21.045.604	52.858.533	67.832.956	58.381.684
CALDEIRAS DENOMINADAS "DE AGUA SUPERAQUECIDA"	-	-	-	-	-	-	58.792.758	-	-	-	57.803.865
OUTS.APARELHOS E DISPOSITIV.P/TRAT.MATER.MODI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	522.808	49.118.422
TECIDO DE FILAM.POLIELSTER TEXTUR>=85%,TINTOS,	-	12.121.696	17.143.328	21.360.706	21.961.726	29.543.591	24.640.596	37.235.797	49.540.482	44.279.997	42.169.336
DIIDROGENO-ORTOFOSFATO DE AMONIO,INCL.MIST.HI	7.766.678	7.745.257	9.489.374	-	-	-	-	16.852.730	44.734.139	31.702.815	36.520.656
OUTS.ADUBOS/FERTILIZ.MINER.QUIM.C/NITROG ENIO	-	-	-	-	-	-	-	10.983.368	33.319.568	-	-
LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,REVEST.LIGAS DE ALUMIN	-	-	-	-	-	28.856.837	10.983.368	56.030.529	29.173.517	-	-
FIO TEXTURIZADO DE POLIESTERES	16.765.869	24.780.892	24.660.513	43.195.223	41.255.760	61.403.545	51.744.299	59.432.791	89.119.584	-	-
SECADORES P/MADEIRAS,PASTAS DE PAPEL	-	-	-	-	-	-	26.566.146	-	-	-	-
FIOS DE COBRE REFINADO MAIOR DIMENSAO	-	-	-	18.193.909	25.215.421	-	-	-	-	-	-
ZINCO N/LIG.CONT.ZINCO>=99.99%,ELETROLITICO,E	-	-	-	11.185.659	20.248.996	-	-	-	-	-	-
FIOS SIMPL.POLIÉSTERES ORIEN.S/C TORÇ.50VOL/M	7.268.712	15.394.997	12.978.072	-	18.034.733	-	-	-	-	-	-
SUPERFOSFATO,TEOR DE PENTOXIDO DE FOSFORO (P2	4.737.399	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO 6 - Principais empresas importadoras do Mato Grosso do Sul 2003 - 2013 (US\$)

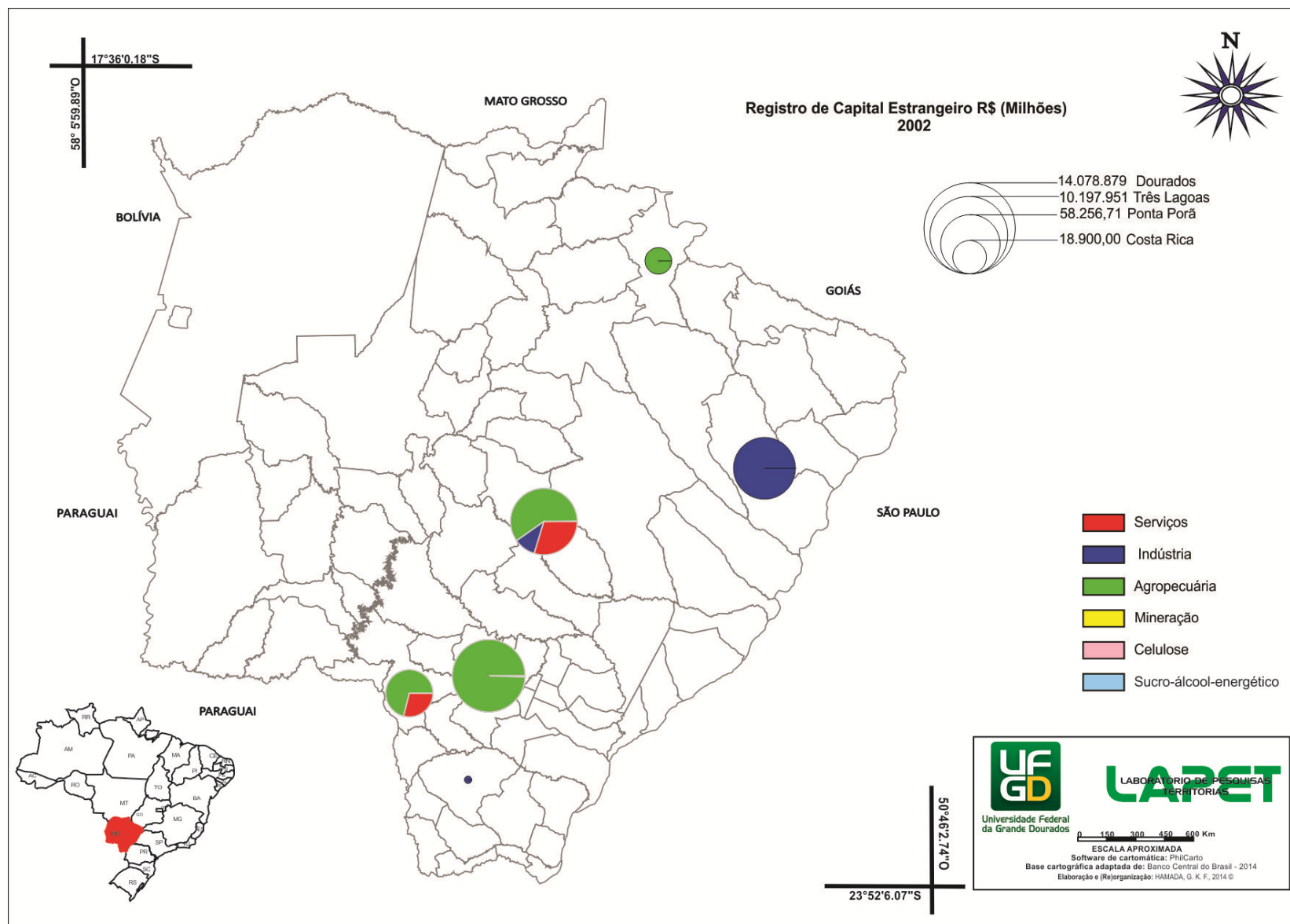
EMPRESA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	345.919.918	538.051.551	754.700.392	1.236.288.249	1.437.180.320	2.674.681.119	1.590.193.832	2.131.679.501	2.732.871.533	3.239.058.313	3.776.666.391
ELETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS	12.873.789	26.693.866	42.854.644	80.046.247	107.896.838	138.685.640	89.961.131	165.196.273	259.947.246	234.486.172	186.756.097
JBS S/A	-	-	-	-	-	-	-	23.327.123	99.606.254	176.583.988	170.847.536
ADAR INDUSTRIA , COMERCIO IMPORTACAO E	110.184	16.847.462	38.609.256	67.855.862	71.663.561	117.041.725	99.928.120	160.562.267	204.578.935	163.964.872	147.419.472
ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	211.626.514	134.298.855
CONSORCIO UFN I I I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	102.624.417
MARFRIG FRIGORIFICOS E COMERCIO DE	27.307.526	27.618.071	31.336.609	41.202.474	53.568.844	71.400.551	60.298.332	100.592.779	122.259.548	106.567.049	86.735.493
I.F.C. INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES	-	-	-	-	-	-	-	69.145.056	86.748.980	69.754.301	83.382.396
AVANTI INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E	32.217.825	42.320.995	45.864.273	74.697.989	80.796.012	85.529.824	65.486.351	81.829.496	106.080.069	85.953.694	81.290.903
ADM DO BRASIL LTDA	-	-	-	8.909.509	34.038.342	43.127.050	27.594.346	33.727.219	90.322.200	51.222.560	65.025.919
FERTILIZANTES HERINGER S.A.	-	-	-	-	-	54.156.236	39.901.563	27.474.218	51.545.097	-	-
FMC FERREZIN MARTINS COMERCIAL LTDA	-	-	-	-	-	33.054.866	34.539.127	95.746.348	48.425.455	-	-
POYRY EMPREENHIMENTOS INDUSTRIAIS S.A.	-	-	-	-	-	25.142.792	286.571.599	-	-	-	-
BRASCOPPER CBC BRASILEIRA DE CONDUTORES LTDA	-	-	-	20.083.759	31.948.079	54.804.685	29.604.952	-	-	-	-
AFIL IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO	583.600	9.622.170	28.036.988	37.170.285	61.763.119	-	-	-	-	-	-



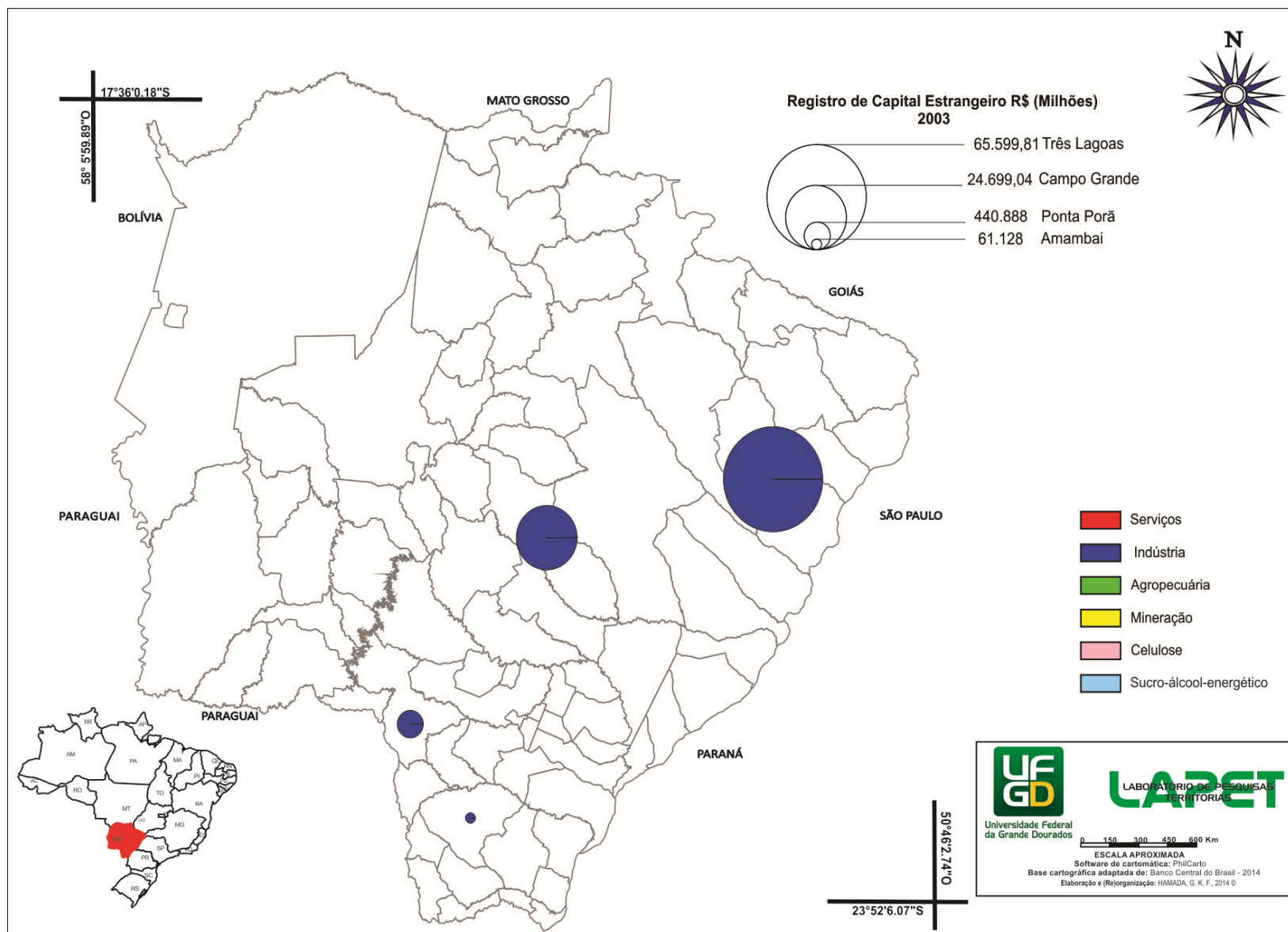
ANEXO 7 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2000)



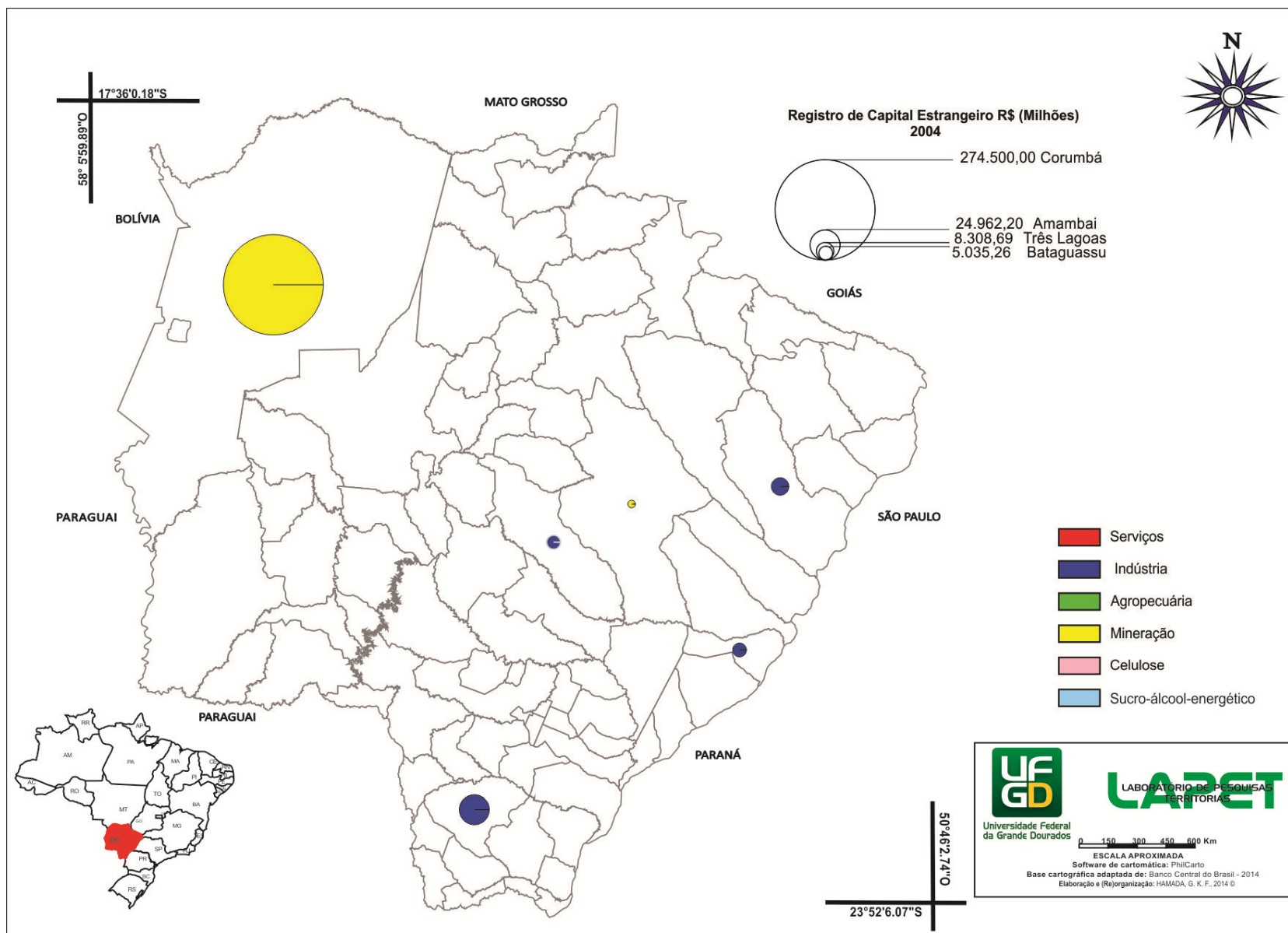
ANEXO 8 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2001)



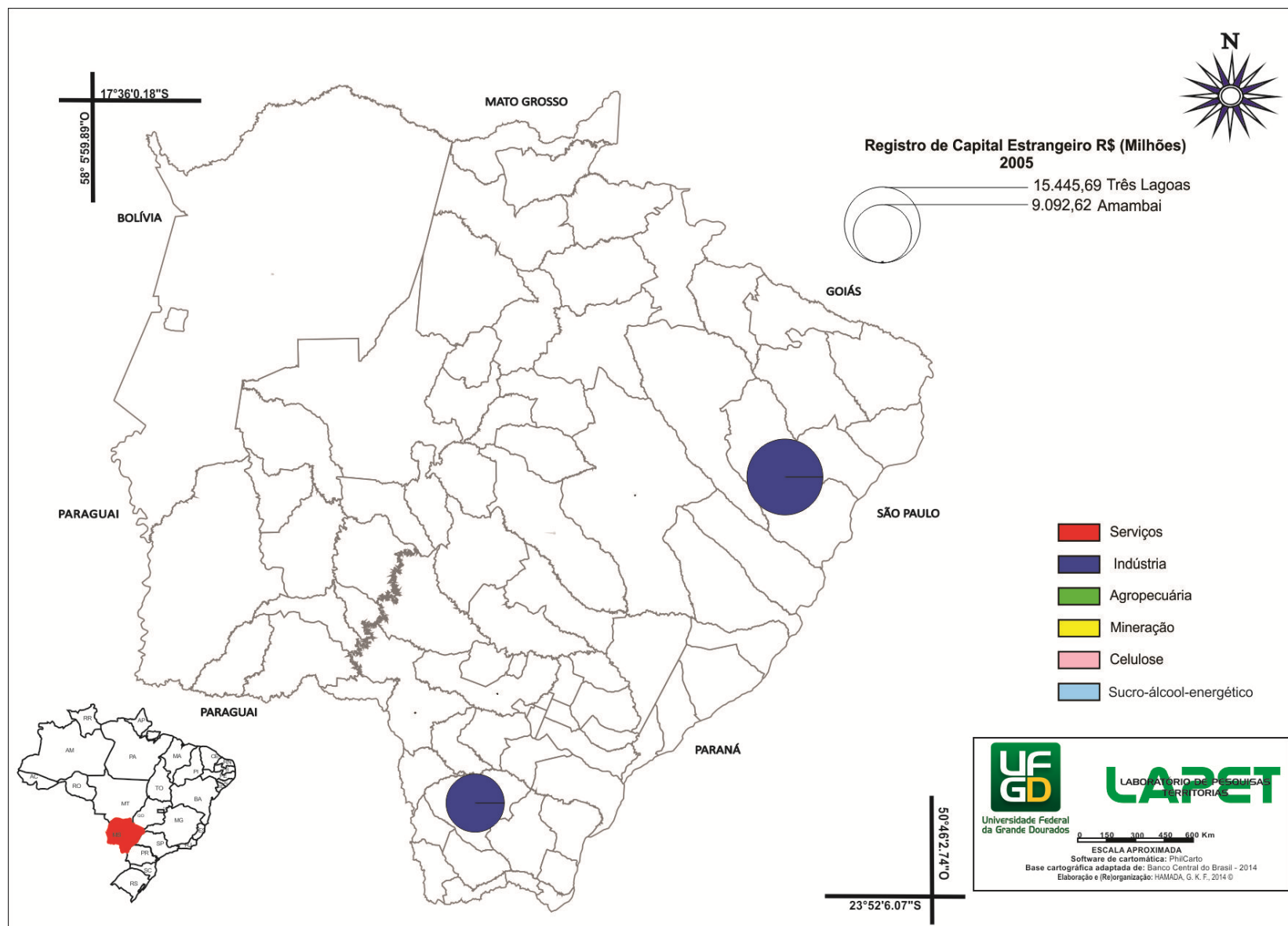
ANEXO 9 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2002)



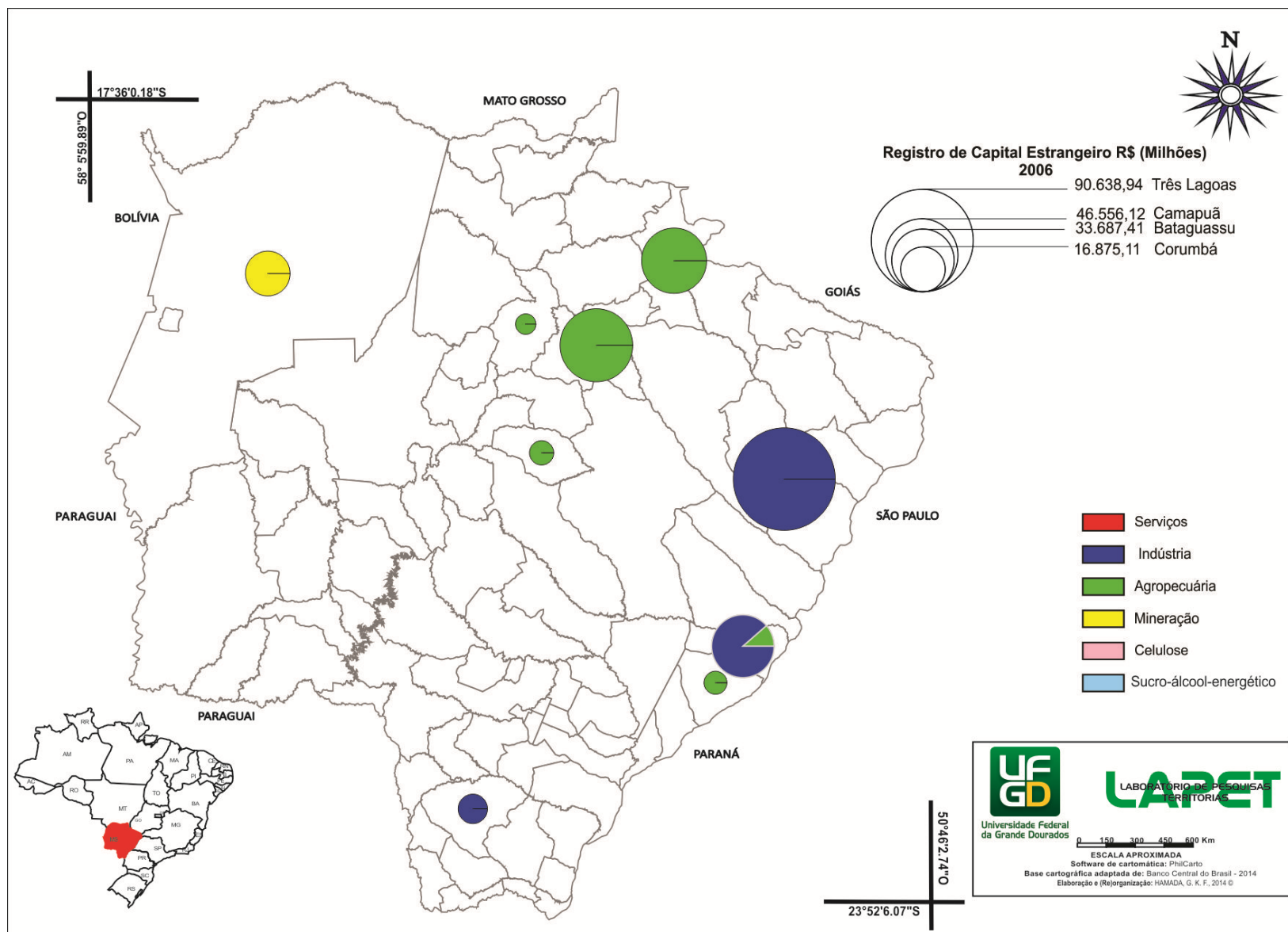
ANEXO 10 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2003)



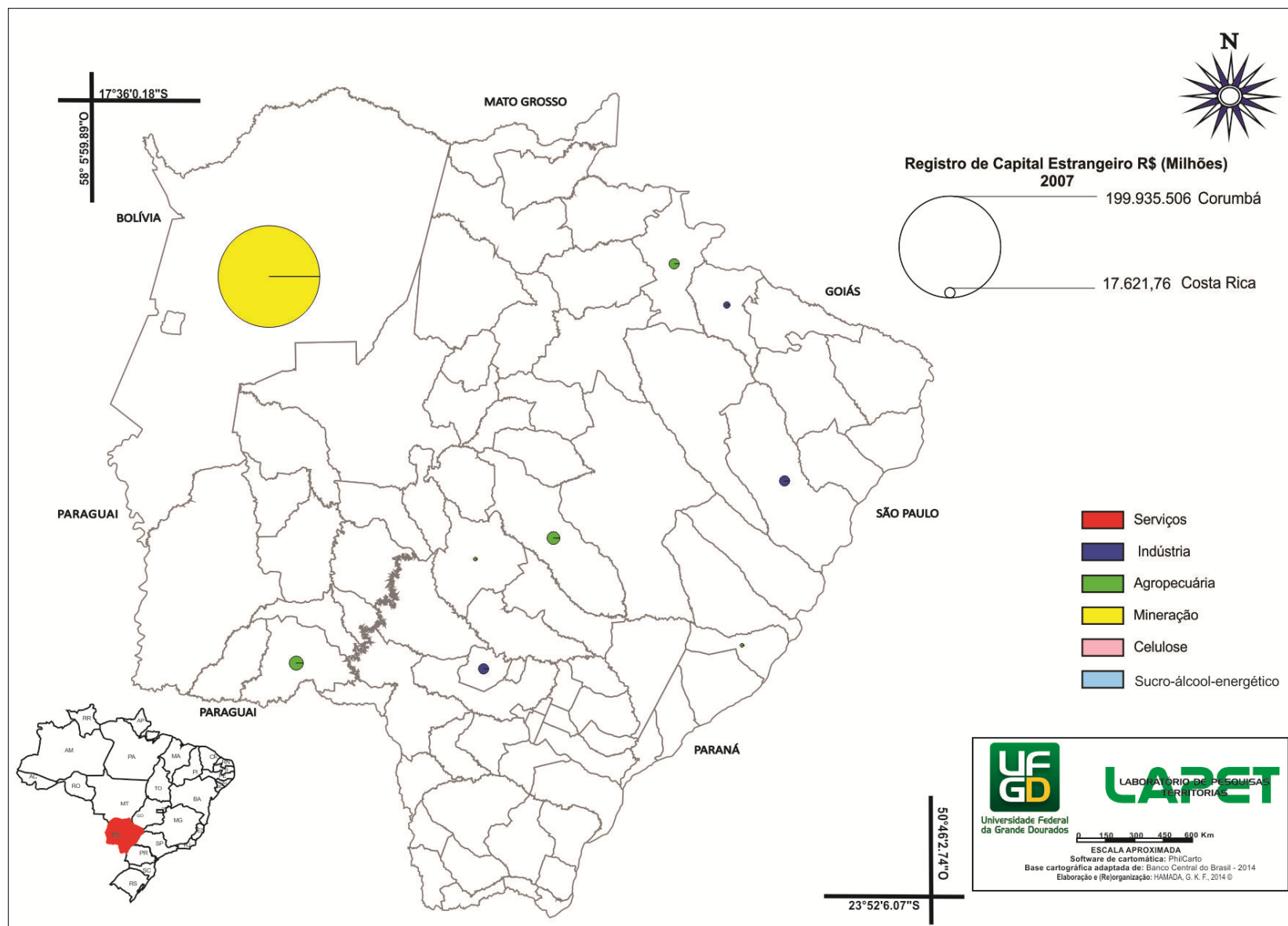
ANEXO 11 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2004)



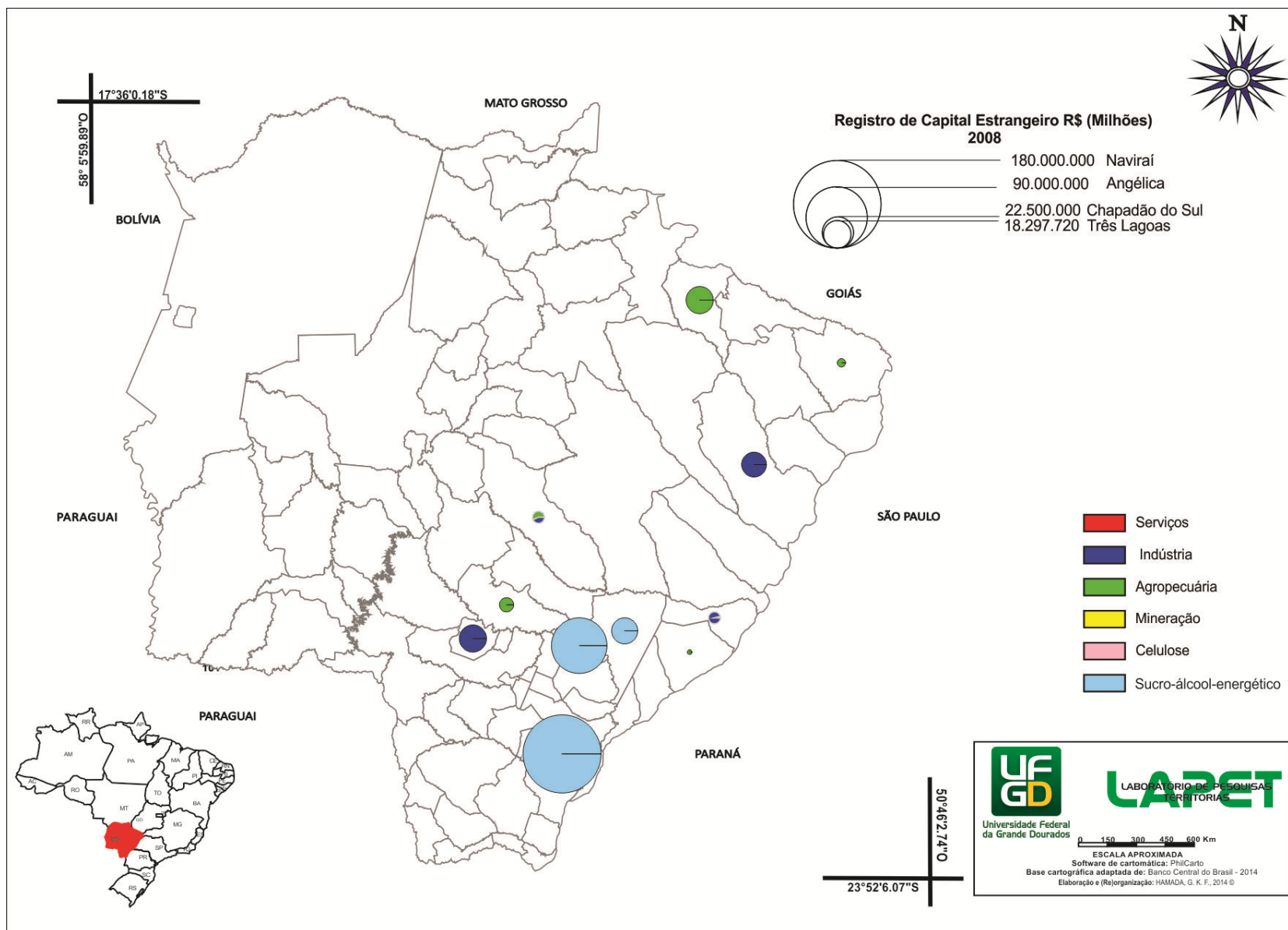
ANEXO 12 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2005)



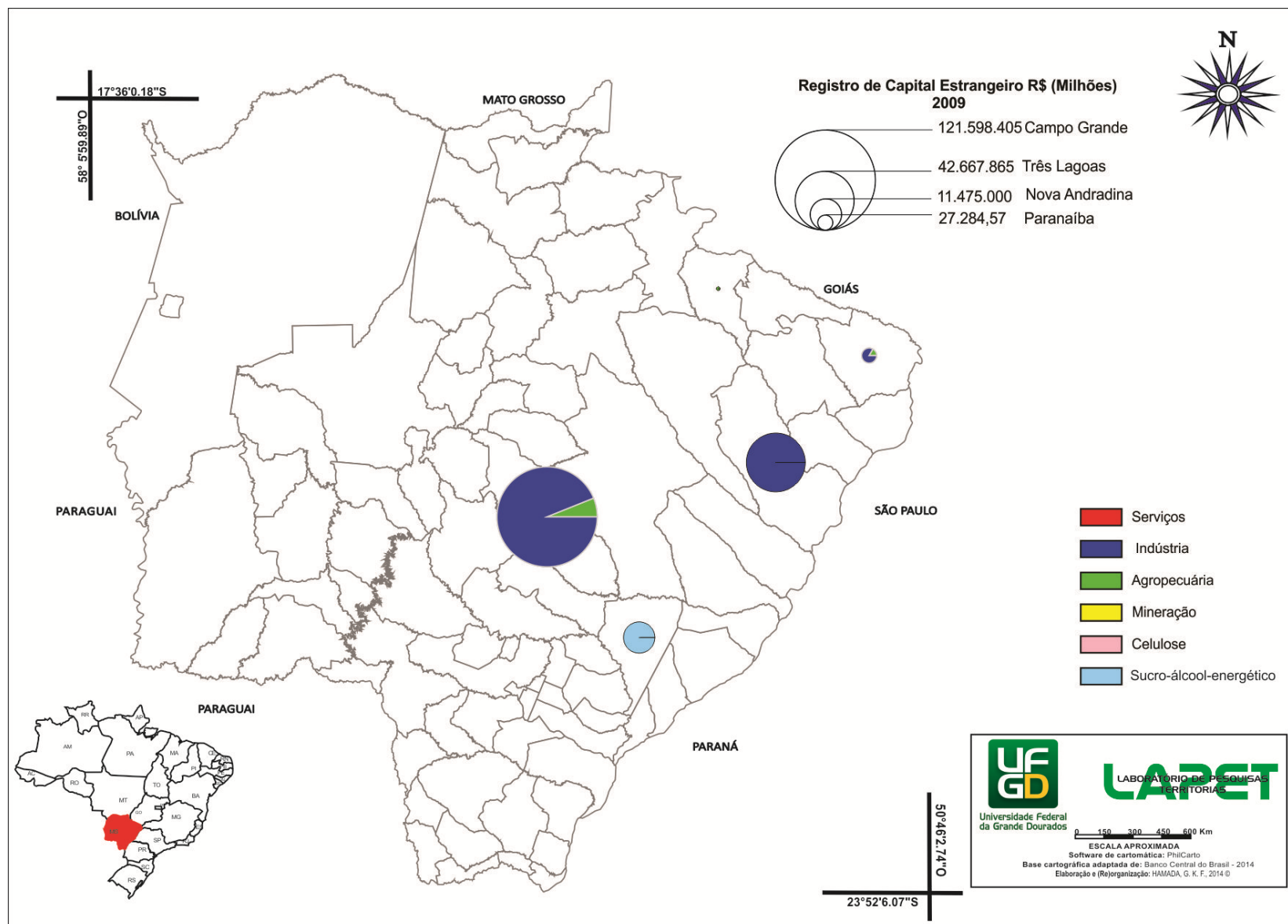
ANEXO 13 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2006)



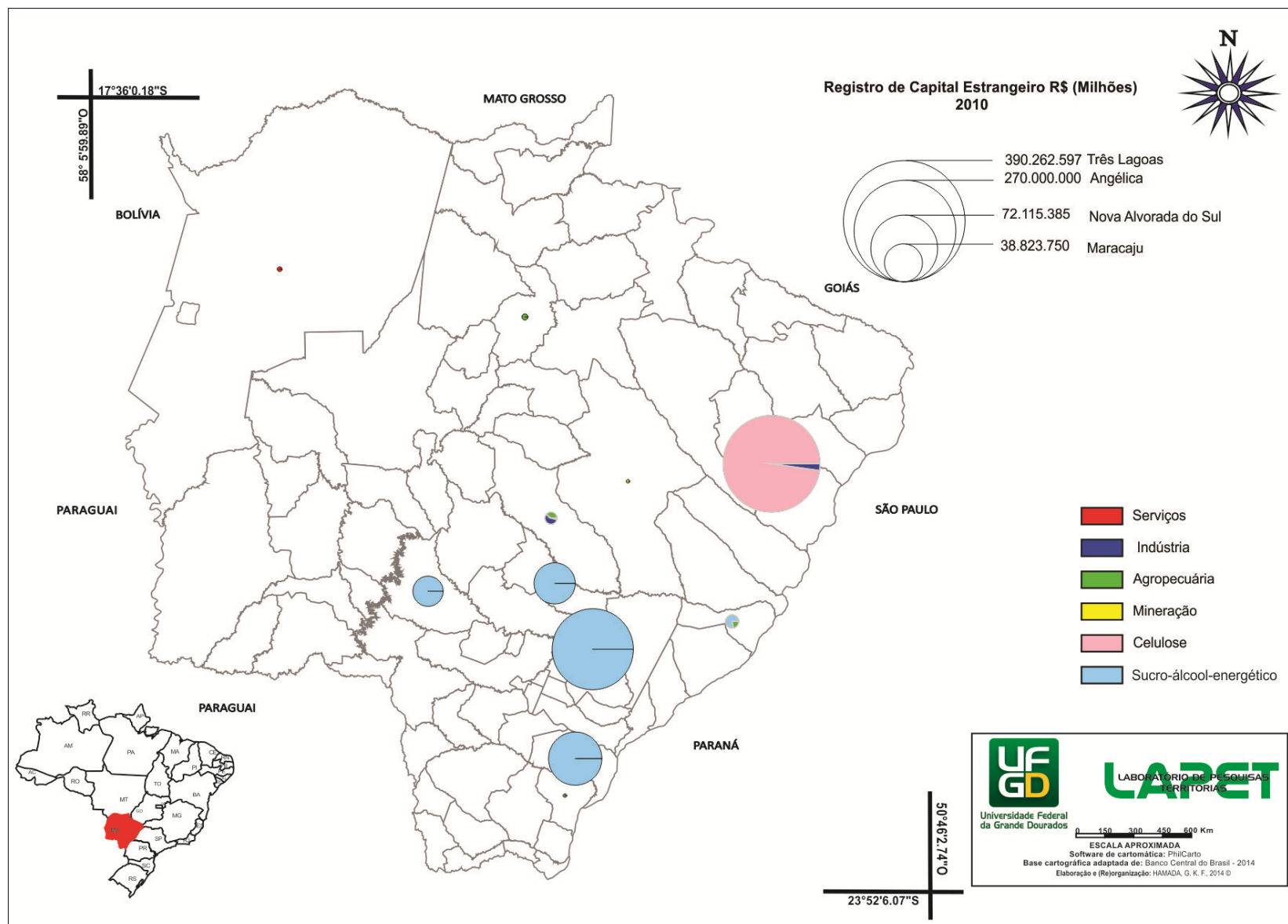
ANEXO 14 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2007)



ANEXO 15 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2008)



ANEXO 16 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2009)



ANEXO 17 - Espacialização do fluxo de capital estrangeiro no Mato Grosso do Sul (2010)